

Agradecimentos

Esta investigação com vista à obtenção do grau académico de mestre seria substancialmente diferente, ou até mesmo impossível, sem o contributo de algumas pessoas.

Deste modo, gostaria de agradecer à minha orientadora, a Professora Anália Torres, que me incentivou e elucidou, com o seu entusiasmo e conhecimento, nos momentos de maior angústia científica; e a quem devo não só esta pesquisa como também a aprendizagem do que é exercer profissionalmente a sociologia.

Devo também agradecer à Inês, colega de mestrado e amiga, sem a qual esta tese seria significativamente diferente, dado que me sugeriu esta vertente sociológica que me fascinou científica, cívica e pessoalmente; e que me facultou os meios para iniciar tão estimulante percurso.

Tenho igualmente de agradecer a todos os entrevistados que aceitaram com simpatia, amabilidade e disponibilidade participar neste estudo e que, dessa forma, contribuíram para o meu amadurecimento profissional, pessoal e cívico.

Quero agradecer simultaneamente aos meus colegas e amigos do CIES/ISCTE com quem aprendo todos os dias e que acompanharam todo o processo.

E, por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer à família, amigos e namorado a compreensão pela ausência sentida no quotidiano, o apoio e incentivo durante a pesquisa e o impulso necessário.

Resumo

A presente tese baseia-se na pesquisa *Género e poder local* realizada entre 2005 e 2008 para a obtenção do grau académico de mestre com a orientação da Professora Doutora Anália Torres.

A investigação visou estudar a relação entre género, suas representações, influências, limitações e expectativas, e poder, neste caso concreto o poder político ao nível local, com especial enfoque na trajectória e enquadramento políticos, representações e práticas, liderança, conflito e negociação. Sendo que se entende género enquanto significações e expectativas social e culturalmente associadas a comportamentos de cada sexo num determinado espaço e tempo (Lorber e Farrell, 1991; Almeida, 1995; Giddens, 1997; Smelser, s.d.; Kimmel, 2000); e poder enquanto uma relação instrumental, intransitiva e recíproca, presente em toda a interacção social (Crozier e Friedberg, 1977; Crozier e Friedberg in Ferreira, 2001).

No entanto, para a compreensão desta relação entre género e poder, em que se centrou a atenção no poder político, visto ser o campo da realidade social com maior simbolismo de poder (Barbosa, 1998), não se pode descuidar a importante relação que se estabelece entre a vida familiar e a participação activa na vida política, pelo que se incidiu igualmente na influência da família na trajectória política e a influência desta na estrutura familiar.

Foi com estes objectivos que se entrevistaram doze Presidentes de Câmara Municipal da Área Metropolitana de Lisboa (pessoa colectiva pública de natureza associativa, de âmbito territorial, que, à data da recolha de informação, englobava dezanove municípios): oito homens e quatro mulheres.

Palavras-chave: Género, poder, política, família e relação trabalho/família

Summary

This thesis is based on a research into gender and local political power conducted from 2005 to 2008 for a master's degree, under the guidance of Dr Anália Torres.

The research studied the relationship between gender and its representations, influences, limitations and expectations and power, in this case, local political authorities, with special focus on political careers and frameworks, representations and practices, leadership, conflict and negotiation. Gender understood as significations and expectations socially and culturally associated with behaviours of each sex in a certain place and time (Lorber et al, 1991; Almeida, 1995; Giddens, 1997; Smelser, s.d.; Kimmel, 2000) and power perceived as an intransitive, instrumental, reciprocal relationship in all social interaction (Crozier in Ferreira, 2001).

However, in order to understand the relationship between gender and power, in this case political power, since politics is considered the field of social reality with most power symbolism (Barbosa, 1998), we could not ignore the important relationship between family life and active participation in political life, and so the research also focused on the influence of the family on political careers and their effect on the family structure.

It was with these goals that twelve mayors in the Lisbon Metropolitan Area (legal person of public associative nature of territorial scope, which at the time of data collection had nineteen municipalities) were interviewed: eight men and four women.

Key-Words: Gender, power, politics, family and relationship between work and family

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Summary.....	iii
Índice.....	iv
1. Introdução.....	vi
2. Quadro teórico.....	2
2.1. Género.....	2
2.1.1. Género, sexo e identidade.....	2
2.1.2. Estereótipos de género.....	4
2.1.3. Problematização teórica.....	5
2.1.4. Assimetria simbólica.....	9
2.1.5. Genderização institucional.....	10
2.2. Relação Trabalho/Família.....	12
2.2.1. Problematização teórica.....	12
2.2.2. Relação entre trabalho e família em Portugal.....	17
2.2.3. Políticas sociais de relação entre vida profissional e vida familiar.....	24
2.3. Política.....	25
2.3.1. Problematização teórica.....	25
2.3.2. Política e género.....	28
2.3.1. Condição feminina na política em Portugal.....	39
2.4. Poder.....	44
2.4.1. Problematização teórica.....	44
2.4.2. Liderança.....	47
3. Objecto teórico-conceptual, hipóteses, dimensões e modelo de análise.....	50
<i>Figura 1. Modelo de análise</i>	55
4. Procedimentos metodológicos.....	57
5. Análise de entrevistas.....	61
5.1. Política.....	61
5.1.1. Trajectória e enquadramentos políticos.....	61
5.1.2. Género na política.....	69
5.1.3. Representações e práticas.....	77
5.1.4. Relações sociais e avaliação.....	79
5.2. Relação trabalho/família.....	81
5.2.1. Caracterização do agregado familiar.....	81
5.2.2. Influência da política na família e da família na política.....	85
5.2.3. Tarefas domésticas, estruturas de apoio e gestão de poderes.....	89
5.3. Género.....	92
5.3.1. Representações de género.....	92
5.3.2. Posicionamento face aos estereótipos.....	97
5.3.3. Género na trajectória política.....	99
5.3.4. Limitações e expectativas.....	103
5.4. Poder.....	105
5.4.1. Representações.....	105
5.4.2. Conflito e negociação.....	107
5.4.3. Liderança.....	108
5.4.4. Género no poder.....	113

6. Conclusões	115
7. Bibliografia.....	122
8. Anexos.....	128
I. Quadro conceptual.....	128
II. Guião de entrevista.....	129
III. CV em tabela.....	134

1. Introdução

Esta investigação visa compreender a relação que se estabelece entre género e poder. Sendo que se entende género enquanto significações e expectativas social e culturalmente associadas a comportamentos de cada sexo num determinado espaço e tempo (Lorber e Farrell, 1991; Almeida, 1995; Giddens, 1997; Smelser, s.d.; Kimmel, 2000); e poder enquanto uma relação instrumental, intransitiva e recíproca, presente em toda a interacção social (Crozier e Friedberg, 1977; Crozier e Friedberg in Ferreira, 2001).

Com vista a analisar as influências de género no exercício do poder e as interferências desse exercício nas representações, práticas e relações de género, tomou-se a decisão de se centrar a atenção na política, entendida como o campo da realidade social com maior simbolismo de poder (Barbosa, 1998). Dentro de toda a arena política, passível de ser estudada, tomou-se a decisão de se analisar a relação estabelecida entre género e poder em Presidentes de Câmara Municipal, dado o destaque e a centralidade desta figura no poder local, marcadamente presidencialista (Viegas, Faria e Nogueira, 2002).

Assim, entrevistaram-se doze dos dezanove autarcas da Área Metropolitana de Lisboa, área com a maior concentração populacional do país, mas também com uma proporção de participação política feminina superior à média nacional, permitindo assim um maior número de mulheres entrevistadas. As entrevistas realizadas tiveram então o enfoque principal nos quatro conceitos basilares da investigação: política, englobando a trajectória política do indivíduo, suas representações, práticas e enquadramento; género, com representações de género, posicionamento face aos estereótipos e limitações e expectativas associadas; poder, abrangendo, para além de representações sobre o poder, a liderança, conflito e negociação; e por fim, a relação possível entre vida política e familiar, visando a caracterização do agregado familiar, as influências da vida política na estrutura familiar e da vida familiar no exercício de um cargo político, a divisão de tarefas domésticas, gestão de poderes e estruturas de apoio.

É com base nos resultados dessas doze entrevistas que surge esta investigação, aqui estruturada em cinco pontos: o quadro teórico, apresentado de seguida, onde se problematizam os quatro conceitos fundamentais já mencionados; o capítulo sobre o objecto teórico-conceptual, hipóteses, dimensões e modelo de análise da pesquisa; os procedimentos metodológicos elaborados; a análise das informações concedidas pelos autarcas nas entrevistas conseguidas; e, por fim, o regresso às hipóteses de investigação inicialmente formuladas e a síntese das principais conclusões da pesquisa.

2. Quadro teórico

2.1. Género

2.1.1. Género, sexo e identidade

Podemos definir o conceito de género como um conjunto de significados e expectativas associados aos comportamentos dos elementos de cada sexo no seio de uma cultura, ou seja, o que significa em dada cultura ser homem ou mulher, ser masculino ou feminino (Lorber e Farrell, 1991; Almeida, 1995; Giddens, 1997; Smelser, s.d.; Kimmel, 2000). Miguel Vale de Almeida (1995) salienta a vertente cultural basilar no conceito de género, em oposição à biológica, quando o define enquanto *“um sistema de símbolos e significados influenciadores e influenciados de e por práticas e experiências culturais* (Almeida, 1995: 139). Neste sentido, género é algo distinto de sexo, entendendo-se o conceito de sexo enquanto uma categoria biológica que compreende as organizações cromossomais, químicas e anatómicas dos indivíduos, homens ou mulheres, que Giddens (1997) distingue como *“the anatomical differences which separate men from women (...) sex refers to the physical characteristics of the body; gender concerns socially learned forms of behaviour”* (Giddens, 1997: 585).

A biologia, ou seja, a composição anatómica, fornece a matéria-prima a partir da qual se pode começar a construir a identidade de género de cada indivíduo, enquanto que a sociedade e a história fornecem o contexto, a informação que cada um segue para construir a sua identidade. É necessária a interação, socialização e integração na sociedade. E é essa interação, e não o corpo, que faz do indivíduo o que ele é. Deste modo, é ao longo de um processo de construções, desconstruções e reconstruções, que o indivíduo desenvolve a sua identidade de género, num processo permanente, constantemente vulnerável a mudanças e contingências, que deriva da incorporação de práticas, hábitos, costumes, normas, crenças e valores, próprios da sua trajectória e contextos social, cultural, económico e político (Kimmel, 2000).

Nesse processo, estabelece-se uma rede de relações sociais, nas quais o indivíduo se aproxima e demarca face aos outros (Sussman e Steinmertz, 1987; Lorber e Farrell, 1991; Connell, 1995; Kimmel, 2000). É na conexão dos processos de pertença/referência e exclusão/oposição que o indivíduo constrói e forma “um nós” ao qual opõe e distingue “os outros”, em função do que surge então uma identidade construída relacionalmente (Pinto,

1991). Dado este carácter relacional, em que os outros têm uma importância preponderante na produção identitária do indivíduo (Sussman e Steinmetz, 1987; Lorber e Farrell, 1991; Kimmel, 2000), a identidade nunca poderia ser algo estanque e imutável (Pinto, 1991; Kimmel, 2000). Assim sendo, o género é uma percepção e avaliação cultural, relativista e conjuntural, da feminilidade e masculinidade dos indivíduos, e não apenas uma propriedade do indivíduo, alguma “coisa” que se tem (Lorber e Farrell, 1991; Almeida, 1995; Giddens, 1997, 2001; Kimmel, 2000).

Com efeito, como Kimmel (2000) defende, não se pode falar de masculino e feminino como se cada um fosse uma essência universal, constante e singular. O género é plural e não se refere a dois compartimentos estanques sem relação entre si. Não existe uma só forma de ser “masculino” e uma de ser “feminina”. Efectivamente, as identidades de género são bem mais plurais do que as consideradas no modelo binário, dado que não existem apenas duas formas de ser, parecer e sentir o género. Existe sim uma grande variedade de junções de factores, que dão origem a uma grande diversidade de identidades de género (Lorber e Farrell, 1991; Connell, 1993, 1995; Kimmel, 2000).

O que reenvia para o realçado por Rubin (in Lorber e Farrell, 1991; in Kimmel, 2000), quando sublinha que as diferenças intersexos são inferiores às diferenças intrasexos. Apenas existe um tabu da semelhança, em que são exacerbadas as diferenças biológicas dos indivíduos em detrimento de outros factores bem mais determinantes como a classe, geração e cultura.

Como defendem os sociólogos, Candace West e Don Zimmerman (in Kimmel, 2000; in Lorber e Farrell, 1991), género não é um componente fixo e estático, não é apenas o aspecto que se tem, mas o que se faz. Diariamente se constrói o género, desempenhando as actividades e exibindo as características que estão prescritas, dado que o género é uma representação, pela qual, através da manipulação bem sucedida de adereços, sinais, símbolos e emoções, o indivíduo consegue convencer os outros da aquisição bem sucedida da masculinidade ou feminilidade (Lorber e Farrell, 1991; Kimmel, 2000; Giddens, 2001).

No que se refere ao controlo do corpo para uma prática, interacção e comportamento adequados ao género do indivíduo, existem três níveis importantes. São eles: a aparência corporal, desde o modo de se vestir e enfeitar a acessórios, que dão pistas aos outros indivíduos e ao próprio de como interpretar condutas; a postura, forma como o indivíduo utiliza o corpo e a sua aparência nas suas acções; e, por fim, a sensualidade, controlo individual da dor e do prazer, o cultivo do corpo. O indivíduo aprende assim como comunicar

com o corpo, expressões e posturas, a mensagem que pretende transmitir, o que é algo altamente cultural e social (Giddens, 2001).

Deste modo, o género é construído em toda a interacção, em toda a situação e em toda a instituição na qual o indivíduo se encontra. É o que leva para cada interacção e o que é produzido em cada uma (Lorber e Farrell, 1991; Connell, 1995; Kimmel, 2000; Giddens, 2001).

Esta construção alia o factor voluntário, uma vez que cada indivíduo escolhe quem é, sendo participante activo na sua socialização. Não se trata de um mero receptor passivo das impressões culturais para os comportamentos apropriados para cada um dos géneros. Tem alguma liberdade para construir a sua própria identidade, não se limitando a imitar ou ajustar-se na perfeição aos papéis pré-definidos. Mas também tem o factor coercivo, já que o indivíduo não pode deixar de tomar em consideração as regras e os valores sociais e culturais que lhe são apresentados ao longo da sua vida. Porque quando o indivíduo nasce biologicamente homem ou mulher é-lhe automaticamente imposto um determinado modelo de conduta, de sentir e de ser. Modelos estes que estão tão rigidamente formatados que é complicado ultrapassar fronteiras, para aliar características dos modelos de ambos os géneros. Assim, o indivíduo é pressionado, forçado e sancionado para adoptar determinado tipo de comportamento que corresponda às expectativas da sociedade, pois o meio social está cheio de mensagens e actividades que envolvem o género (Kimmel, 2000).

2.1.2. Estereótipos de género

Segundo uma investigação no âmbito da psicologia social levada a cabo por Lígia Amâncio (1986, 1994), exactamente sobre os estereótipos socialmente construídos respeitante ao que é considerado ser homem e mulher na sociedade actual, os homens surgem como hierarquicamente superiores a um nível simbólico. Constituem um modelo universalista de referência de competências nos mais variados planos, desde o profissional ao relacional e comportamental. São percebidos como competentes e organizados no contexto do trabalho, gestores das situações e dos outros a seu bel-prazer, incluindo as mulheres que assumem uma posição e atitude submissa e dependente. Deste modo, são os exemplos de autonomia, independência, poder e dominação da realidade, com que se comparam as mulheres que, por oposição, detêm um valor simbólico muito mais particularista e inferior.

Efectivamente, o estereótipo consiste numa representação socialmente construída da realidade com o intuito de possibilitar ao indivíduo a adaptação e orientação no mundo

através de uma categorização mental do real. Esta construção é uma selecção de informação retida pelo indivíduo bastante generalizadora e simplista de forma a ajudá-lo no dia-a-dia ao organizar e categorizar a informação recebida dos indivíduos, com os quais interage e os comportamentos a adoptar em consonância. Porém, estas mesmas imagens na mente do indivíduo são muito difíceis de modificar e actualizar, por serem bastante resistentes à mudança. O que se deve também em grande parte às informações e avaliações relacionadas com o género difundidas pelos mais importantes veículos de socialização, como a família, a escola e os meios de comunicação (Amâncio, 1986, 1994).

2.1.3. Problematização teórica

Consequentemente, origina-se um grande desfasamento nos estereótipos do que é ser homem e mulher em relação às transformações ocorridas nos dias de hoje. Daí que estes estejam ainda muito próximos das teorias da primeira metade do século XX. Das quais se destaca, desde logo, a defendida por Parsons, autor funcionalista da década de 50.

Este sociólogo americano atribuía diferentes papéis em função do género do indivíduo. Ou seja, os homens desempenhavam um papel instrumental, que requer racionalidade, autonomia e competitividade, ao sustentar a família e tomar decisões. Assim, cumpriam a função produtiva da sociedade, proporcionando o desenvolvimento económico com o fruto do seu trabalho. Por seu lado, as mulheres desempenhavam o papel expressivo, sendo o porto de abrigo puro, completo e belo, onde os maridos encontrariam a paz do mundo exterior, o que exigia atributos como ternura e dedicação, ao tratar também da educação e socialização dos filhos. Deixando, consequentemente, os homens livres de responsabilidades e preocupações relativas ao seio familiar, cumprindo a função reprodutiva na sociedade, uma vez que era às mulheres que era atribuída a tarefa de educar as gerações vindouras da mesma, vendo os seus papéis sociais restringidos ao seio doméstico, em oposição aos homens, caracterizados por uma diversidade de papéis (Singly, 1996; Torres, 2000a, 2001; Kimmel, 2000).

Para Parsons, e para os funcionalistas em geral, homens e mulheres são marcadamente diferentes entre si, de forma irreversível, profunda e verdadeira. E essas diferenças são maiores do que as existentes entre mulheres e as existentes entre homens, para além da dominação de género ser o resultado inevitável da diferença de género, diferença que está na origem da dominação.

No entanto, esta postura afasta-se da posição assumida por Émile Durkheim (in Torres, 2000a, 2001). Uma vez que, este sociólogo francês do século XIX, para explicar as

diferenças de género, que se reflectiam em papéis sociais também eles diferentes e complementares, benéficos para um melhor funcionamento da sociedade conjugal, utilizou argumentos de cariz naturalista e biológico. Assim, defendeu que as mulheres, por serem elas a terem os filhos, precisam de protecção, e supôs que, como sempre desenvolveram mais as funções afectivas (femininas e amorosas), isso teria reduzido o tamanho dos seus crânios, originando uma diferenciação na execução de tarefas. O que se reflectia numa redução dos seus direitos cívicos. Para Durkheim, as mulheres, para se igualarem aos homens, e, assim, ganharem autonomia, teriam de sair do seu círculo doméstico e começar a desempenhar tarefas semelhantes às daqueles, que, como seres inteligentes, cumpriam funções intelectuais.

Diferente a esta perspectiva positivista, encontra-se a tese de Simmel (in Torres, 2000a, 2001), para quem, de um ponto de vista ontológico, as mulheres são um ser completo, que contém a vida e a reprodução, o que lhes confere tranquilidade e sentido, não precisando de uma procura do eu enquanto pessoa, porque a sua obra é a maternidade. Sendo o que falta aos homens, sempre seres incompletos, o que lhes atribui uma inquietação inata, porque o ser está sempre no devir, a sua obra tem de ser procurada, encontrada e construída para alcançar a tranquilidade de ser, levando-os à necessidade de produzir obras com o intuito de encontrar o seu eu. Desta forma, para este autor, os homens aproximam-se mais do que é objectivo e racional e as mulheres do que é emocional e subjectivo. Logo, para as mulheres se emanciparem há que proceder a uma alteração da cultura vigente, que é caracteristicamente masculina, para uma que se adapte às suas especificidades. Mas apesar de não encarar as mulheres enquanto seres inferiores, vê-las, tal como Durkheim e Parsons, enquanto ontologicamente diferentes dos homens.

Em oposição a todos estes autores, William Goode (1964; in Torres, 2000a, 2001) defende a igualdade entre os sexos, assumindo as mulheres com os mesmos direitos cívicos. Sugere que as mulheres devem entrar decisivamente no mercado de trabalho, não o vendo como um complemento da actividade profissional dos maridos, mas sim segundo uma perspectiva de carreira. O que lhes traria maior poder nas decisões familiares, reduzindo a autoridade dos maridos. Defende também que há ideias de tal modo atractivas que têm o poder de produzir a mudança social.

Foi o que aconteceu nos anos 70 do século XX, com o movimento feminista, em que se dá uma viragem completa, uma ruptura com a ideologia vigente, em que se encarava as mulheres enquanto seres que deviam restringir as suas actividades pelas suas capacidades físicas e biológicas. Verificou-se o movimento do que se considera ser a *“passagem de uma noção de mulher-natureza, condicionada pelas suas funções biológicas e por um destino*

específico, para uma concepção de mulher-indivíduo” (Torres, 2001: 60), concepção em que as mulheres são já indivíduos com autonomia e soberania, indivíduos de corpo inteiro. Com esta perspectiva, encontram-se vários autores que, com a realização de investigações e pesquisas empíricas, derrubaram alguns dos princípios que anteriormente eram tidos como adquiridos (Torres, 2000a, 2001). Efectivamente, alguns pensadores consideraram o modelo binário de papéis sociais entre homens e mulheres demasiado simplista, bem como politicamente conservador, e conveniente para o grupo social com maior poder e dominação: os homens.

Strathern (Torres, 2000a, 2001) realçou um ponto de grande importância. Apesar de as mulheres actualmente já não se limitarem, na sua generalidade, ao campo privado da sociedade, à família, também não é pelo simples facto de não agirem em conformidade com o papel tradicional da mulher, que colocam em causa o seu género.

Nesta linha de raciocínio, homens e mulheres tornaram-se dois seres independentes e capazes de se sustentarem economicamente. Porém, enquanto os papéis e as expectativas sociais e culturais de género eram mais segregadas, ou seja, quando os homens construíam a sua identidade pessoal no desenvolvimento das suas capacidades profissionais e na construção de uma carreira, sem uma presença muito efectiva na relação conjugal e parental; e as mulheres consolidavam o seu processo identitário no lar, sem grandes possibilidades ou desejos de dedicação a uma carreira profissional, a harmonia familiar mantinha-se relativamente intacta, mesmo que à custa dos seus processos identitários (Beck e Beck-Gernsheim, 1995).

Contudo, verifica-se actualmente uma tendência, mais visível em certas classes sociais do que noutras, para que homens e mulheres, ao verem-se actualmente enquanto indivíduos iguais, necessitem de uma maior negociação e partilha na conjugalidade e na parentalidade, porque as mulheres não mais sentem ter de se submeter e sujeitar. O que pode dar origem a algumas situações de conflito. Quanto mais as mulheres têm sonhos e objectivos próprios, menos aceitam que estes não se realizem (Beck, 1992; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Singly, 1987, 1993, 1996, 2000a; Torres, 2001). Ambos os géneros encontram-se assim ainda presos dentro numa prática de divisão tradicional dos papéis sexuais, mas com representações de igualdade.

Enquanto que a emancipação das mulheres se concretiza com a independência económica, através da entrada no mercado de trabalho, e conseqüentemente um maior poder de decisão, do acesso à educação, medidas de contracepção e planeamento familiar (Beck, 1992; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Singly, 1987, 1993, 1996, 2000; Torres, 2000a, 2000b,

2001, 2002a, 2002b), a libertação dos homens é passiva, oferecida pela libertação das mulheres. Consiste num forçar a sua renúncia ao monopólio do poder no trabalho e num abrir as portas de casa. O que lhes pode provocar confusão, vazio e perda identitária, aprofundando ainda mais o conflito, até porque a casa é um lugar socialmente desvalorizado (Beck e Beck-Gernsheim, 1995).

Segundo Giddens (1993), verifica-se a existência de uma geração pioneira de mulheres, que se afastam do modelo vivido pelas suas mães, muito ligado à maternidade e ao casamento enquanto alicerces da sua construção de identidade, mas sem abandonar totalmente a feminilidade nem adoptar por completo o modelo masculino. Deu-se a morte de uma representação social de mulheres apenas dedicadas ao trabalho doméstico e à família e o nascimento de uma nova representação. Mas não sem contradições, sem ruptura, sem sentimentos paradoxais de que os seus comportamentos não mais devem ser pautados única e exclusivamente pela devoção, abnegação e esquecimento de si em prol dos outros (Duby e Perrot, 1991; Giddens, 1993). Não mais as suas identidades, os seus eus femininos, se baseiam primeiramente em relação directa com os outros, com as suas necessidades e desejos, mas sim começam por elas, olhando para si. Contudo, continuam a sentir a necessidade de manter um certo altruísmo, como forma de demonstrar a sua feminilidade, demonstrar que continuam mulheres.

Os homens vêm-se, pela primeira vez, também frente à necessidade de descobrirem a sua masculinidade. Não mais são exclusivamente eles a fazerem história, o que os leva a uma procura identitária, por vezes, problemática. Sempre procuraram a construção de uma identidade individual no trabalho e na consecução de uma carreira profissional, dando menos atenção ao conhecimento do passado e de si próprios para agir em conformidade no futuro. Para esta ligação e conhecimento afectivo e emocional e conquista da sua identidade apoiavam-se nas mulheres, tornando-se dependentes. Os homens encontram-se então perante um dilema. Porque se continuarem a agir como têm feito desde sempre, serão acusados de chauvinismo e sexismo. Porém, se deixarem completamente de agir segundo os padrões tradicionais, sem procurarem realizar-se profissionalmente através de uma carreira de sucesso, sem estatuto ou poder, podem descobrir que se tornaram invisíveis, encarados como imaturos, cobardes, fracos, uns falhados, e desvalorizados quer pelas mulheres quer pelos outros homens. Deste modo, e tal como já se havia salientado na perspectiva de Beck, a libertação dos homens é interior, em oposição à das mulheres (Giddens, 1993, Beck e Beck-Gernsheim, 1995). Giddens coloca a pertinente questão: será a actual relação entre os sexos alicerçada sobre a pobreza económica das mulheres e a pobreza emocional dos homens?

Seguindo esta reflexão, Goldberg (in Giddens, 1993) alerta para a necessidade dos homens desenvolverem o seu plano emocional, a sua vulnerabilidade, sensualidade e necessidades afectivas, percepcionado como o lado tradicionalmente feminino: a expressividade, no sentido de um melhor conhecimento do eu, para depois sim assumir responsabilidades. Já Ehrenreich (in Giddens, 1993), mais voltado para a importância do nível económico e social, advoga que, para uma maior igualdade entre os géneros, é essencial uma maior paridade social, uma equidade nas oportunidades sociais entre homens e mulheres, como forma destas atingirem uma independência económica efectiva.

2.1.4. Assimetria simbólica

A sociedade e a cultura em que o indivíduo se encontra transmitem-lhe todo um conjunto de normas e ideologias. E os modelos existentes na sociedade sobre o que é ser homem ou mulher, masculino ou feminino não têm o mesmo peso (Almeida, 1986; Amâncio, 1986, 1994; Connel, 1993, 1995; Kimmel, 2000). Uns dominam, têm poder, decorrente do valor económico que lhes é atribuído pelas funções produtivas que exercem na sociedade, e detêm uma identidade positiva (imagem positiva e atitude de orgulho, agrado e ostentação/exibição de características próprias das suas identidades): os homens, enaltecidos numa sociedade em que todos os indivíduos são avaliados consoante os seus princípios hegemónicos. Outros são dominados, submissos, dependentes, com a atribuição de funções meramente reprodutivas, sem valor monetário numa sociedade de mercado, possuidores de uma identidade negativa (representação menos positiva e valorizada socialmente, originando atitudes de ocultação e vergonha face à sua individualidade cultural): as mulheres (Almeida, 1986; Amâncio, 1986, 1994; Connel, 1993, 1995; Kimmel, 2000).

Isto devido a lugares objectivos que os indivíduos ocupam e que lhes são social, cultural e simbolicamente atribuídos, dando origem a crenças e ideologias sobre as naturezas essenciais dos homens e das mulheres que, profundamente enraizadas e inconscientes, dão forma ao modo como o género é construído nas interacções quotidianas. Por essas crenças serem moldadas por relações de poder macro-sociais, as formas culturalmente apropriadas de construir o género favorecem os homens em detrimento das mulheres¹.

¹ Contudo há que referir que, apesar da assimetria simbólica de género e da diferenciação dos lugares objectivos ocupados por homens e mulheres, estas últimas não se vêem totalmente desprovidas de poder nas suas relações e interacções quotidianas como Almeida (1986) defende. Ou seja, apesar de, por vezes, os discursos veicularem representações de género em que as mulheres pouco podem fazer perante o poder hegemónico dos homens, na verdade as práticas demonstram o contrário, isto é, um poder invisível e silencioso, mas real, por parte das mulheres.

No entanto, tal como sublinhado por Connell (1993; Kimmel, 2000), e visto não existir apenas uma forma de ser “masculino” e uma de ser “feminina”, também existe uma hierarquização de versões de masculinidade e feminilidade, sendo que a mais poderosa e que constitui o paradigma de sucesso e serve de critério de avaliação é a masculinidade hegemónica. Nenhuma versão de feminilidade (sendo a representação tradicional de feminilidade denominada pelo autor como feminilidade enfatizada) tem o mesmo poder sobre as outras feminilidades que a masculinidade hegemónica tem sobre as outras masculinidades (Amâncio, 1986, 1994; Connel, 1993, 1995; Kimmel, 2000).

Com efeito, é a assimetria simbólica, o poder diferencial existente entre os géneros, que os faz parecer diferentes, quando, na verdade, uma vez colocado de lado o poder, constatar-se-ia que o ser homem ou mulher, o ser feminino ou masculino, é bastante semelhante. Pelo que as análises sociológicas de género devem incluir o estudo do poder exercido pelos homens: a dominação masculina (Connell, 1993, 1995; Kimmel, 2000). O que reenvia para Bourdieu, para quem não são as diferenças biológicas que ditam a desigualdade de género, mas sim o oposto, existindo um encontro entre as estruturas objectivas e as disposições incorporadas (Torres, 2000a, 2001).

2.1.5. Genderização institucional

Tal como os indivíduos vão construindo a sua identidade de género, também as posições que estes ocupam na sociedade e as instituições em que se inserem constroem-se tendo por base um determinado género. Porque o género é mais do que um atributo dos indivíduos, ele organiza e constitui o campo no qual esses indivíduos se movem. As instituições que fazem parte da vida do indivíduo são elas próprias instituições com género específico, reproduzindo diferenças e desigualdades entre homens e mulheres (Connell, 1993; Lorber e Farrell, 1991; Kimmel, 2000). Com efeito, criam padrões normativos de género, expressando uma lógica institucional genderizada. A identidade dos indivíduos dá forma às instituições segundo uma ideologia de género, e estas expressam e reproduzem as desigualdades que compõem a identidade de género. As próprias instituições expressam uma lógica, uma dinâmica que reproduz as relações de género entre homens e mulheres e a ordem de hierarquia e poder (Connell, 1993; Kimmel, 2000).

Deste modo, os indivíduos inseridos em estruturas organizacionais que veiculam determinada ideologia de género, são sujeitos a processos organizacionais ideológicos e avaliados por critérios que obedecem a essas percepções de género. Assim, todo o indivíduo,

masculino ou feminino, é avaliado segundo critérios masculinos, que são tomados como o protótipo do que é humano, aparentando uma neutralidade ideológica e tornando as mulheres invisíveis no seio da organização. O homem e o corpo do homem são a representação em abstracto do trabalhador, com controlo sobre as suas emoções e sensações, poucas responsabilidades na procriação e toda uma racionalidade instrumental. Enquanto que a mulher e o corpo feminino, com a maternidade e todas as suas consequências, amamentação, cuidado com os filhos, menstruação e a representação de uma emocionalidade e sensibilidade ‘descontrolada’, parecem ao olhar da organização enquanto suspeitas e estigmatizadas em cargos de maior poder (Connell, 1993; Kimmel, 2000).

Desta forma, com uma aparente neutralidade de género, as diferenças entre homens e mulheres no seio das organizações parecem ser apenas diferenças naturais entre indivíduos com determinado género que as contaminam e não algo que já faz parte integrante das organizações. É através da ideia da neutralidade ideológica relativamente ao género das organizações que se reproduz a ordem tradicional e conservadora do género. Isto porque a teoria e a prática da neutralidade cobre e obscurece a estrutura de género implícita, permitindo práticas que a perpetuam, mesmo com paralelos esforços para reduzir as desigualdades.

Joan Acker (in Kimmel, 2000) defende que é através das experiências no local de trabalho que as diferenças entre homens e mulheres se reproduzem e as desigualdades se legitimam. As instituições são como fábricas que produzem diferenças de género, através de *“gendered processes [which] mean that ‘advantage and disadvantage, exploitation and control, action and emotion, meaning and identity, are patterned through and in terms of a distinction between male and female, masculine and feminine”* (Kimmel, 2000: 97).

Existem assim cinco processos de genderização nas organizações. As práticas formais e políticas, que são profundamente baseadas em representações sociais de género, como os ciclos de vida familiar, por exemplo, no caso feminino, a maternidade, que vai influir na avaliação de desempenho, atribuição e descrição de funções, entre outras. As práticas de trabalho informal, como, por exemplo, o horário tardio de reuniões, onde, muitas vezes, são tomadas decisões importantes. Interações sociais diárias, a forma como mulheres e homens se relacionam no ambiente profissional, onde, por vezes, se recorre a uma chefia masculina para se conseguir atingir determinado objectivo de uma outra equipa. Internalizações e expressões da identidade de género, o significado atribuído à forma como o indivíduo se comporta, comunica e raciocina em conformidade com o seu género. E, por fim, símbolos e imagens, ou seja, representações que os indivíduos têm, nomeadamente em relação a como um líder deve ser: dedicado ao trabalho, organizado, racional, ponderado, inteligente,

empreendedor. Características que tradicionalmente se associam à masculinidade hegemónica (Kimmel, 2000).

Mais do que crenças e ideias interiorizadas, parecem ser os meios interpessoais e sociais em que o indivíduo se move que o influencia na construção da sua identidade de género, na forma como se sente, aparenta e comporta enquanto homem ou mulher (Kimmel, 2000). Dentro dos meios interpessoais e sociais em que o indivíduo se insere, que constituem simultaneamente instituições sociais, logo também elas veículos de determinada ideologia de género, encontram-se a família e o trabalho.

2.2. Relação Trabalho/Família

2.2.1. Problematização teórica

Segundo Barrère-Maurisson (1992), a família encontra-se estreitamente vinculada com o trabalho. Consoante o trabalho desempenhado pelos seus elementos, com vista a assegurar a sobrevivência e a prossecução da sua célula familiar, assim se define a divisão das tarefas domésticas de acordo com os recursos económicos. O que se deve a uma cultura social secular, em que, desde os primórdios das civilizações, os seres humanos foram distinguidos em dois grupos, cada um deles com características físicas diferenciadas. Deste modo, os homens eram vistos como os mais fortes, competitivos, com maior destreza física, enquanto que as mulheres eram consideradas sensíveis, maternais e preocupadas com o bem-estar do seio familiar. Isto porque as mulheres engravidam e amamentam, sendo julgado benéfico serem estas a dedicar-se à família, ao cuidado e educação dos filhos.

As diferenças temporais no que respeita à organização familiar foram analisadas teoricamente. Nesse sentido, Émile Durkheim (in Singly, 1996; in Torres, 2000a, 2001) analisou diferentes modelos de família, cada um com uma dada interacção conjugal. Assim, começa por citar a existência de um modelo de família patriarcal, própria das sociedades romanas. Nesse modelo, a figura central é o pai, que concentra o poder nas suas mãos, sendo o provedor do sustento da família, ao gerir a propriedade e a lógica familiar. O que institui uma grande desigualdade entre os homens e as mulheres, já que estas últimas encontram-se numa condição de submissão, sem qualquer poder nas decisões e encaradas como incapazes e inferiores. Este modelo de família difere muito do característico das sociedades germânicas, a família paternal, em que existe uma maior paridade entre os cônjuges, maior companheirismo, autonomia e liberdade do núcleo conjugal em relação à família de origem. Do ponto de vista

de Durkheim, é deste último modelo que se vai desenvolver a família conjugal moderna, caracterizada por constituir-se apenas pelo marido, mulher e filhos, e não já por um núcleo mais alargado. Neste modelo, dá-se grande realce aos sentimentos dos indivíduos, à sua personalidade e afectos. Há um maior respeito pela individualidade tanto dos homens como das mulheres, visto que aqui as pessoas assumem um papel predominante sobre interesses económicos e materiais que conduziam os outros enlaces.

Já no século XX, Burguess (in Torres, 2000a, 2001) distingue o casamento instituição, aliança baseada nas lógicas da propriedade e dos interesses económicos; do casamento companheirismo, regido pela lógica dos afectos e sentimentos, sendo este o sentido da evolução. Passa-se por um declínio da diferenciação dos papéis, que se baseavam em normas sociais, para um aumento da negociação entre o casal sobre desempenho dessas mesmas funções.

Por sua vez, Parsons (in Singly, 1996; in Torres, 2000a, 2001) encara as famílias enquanto autênticas “(...)fábricas de produção de personalidades humanas(...)” (in Torres, 2001: 42), funcionando como um sistema social, no qual existe uma distinção e complementaridade de papéis, considerada funcional. Existe assim o papel instrumental (sustentar a família e tomar decisões) atribuído aos homens e o expressivo (educação e socialização dos filhos) às mulheres. A família cumpre assim duas funções primordiais: a socialização das crianças e a estabilização das personalidades dos adultos.

Goode (1964; Torres, 2000a, 2001) defende que a forma como os papéis se distribuem dentro da família influi a forma como os mesmos se distribuem fora desta. Deste modo, embora com a diversidade existente ao nível das classes sociais, na generalidade, as mulheres com as suas obrigações domésticas e familiares têm menos tempo e disposição para prosseguir numa carreira profissional de sucesso, o que também não é esperado delas social e culturalmente. Já os homens encontram-se no pólo oposto, em que não têm nas suas funções uma presença muito efectiva e afectiva no seio familiar, pelo que é absorvido pelas suas próprias possibilidades de ascensão profissional. De qualquer forma, qualquer que fosse o trabalho e papel realizado pelos homens seria este o detentor de maior estatuto e poder social. As mulheres, ao entrarem no mercado de trabalho de forma mais massiva e organizada, acabam também por conquistar maior poder decisional no seio da família, o que se revela importante como passo inicial na sua libertação.

Com a ruptura dos anos 70, começa-se a compreender e a identificar as causas do mal-estar das mulheres na condição de doméstica, descobrindo-se uma maior satisfação conjugal nos casais onde existe uma partilha das funções “instrumental” e “expressiva”, como

documentam Blood e Wolfe (in Anderson, 1980; in Torres, 2000a, 2001). Nos seus estudos revela-se que as mulheres, quando trabalham no exterior, acabam por ter a ajuda (mesmo que reduzida) dos maridos nas funções expressivas, o que origina um certo alívio para elas no que se refere às tarefas domésticas. Para além disto, ganhariam também mais poder nas tomadas de decisão e mais autoridade, como também a sensação de companheirismo e entreajuda.

Para além desta constatação, derrubou-se também a ideia tida de que o lugar das domésticas era uma espécie de situação dourada, derivada do conforto e segurança da dependência financeira dos maridos. Através de pesquisas levadas a cabo, descobriu-se que as mulheres nesta posição sofrem um fechamento social, já que passam o dia encerradas no universo doméstico, com a responsabilidade de educar os filhos. O que se agravava por uma conjuntura de incapacidade de compreensão mútua. As mulheres não compreendiam o cansaço dos maridos depois de um dia de trabalho, e estes, por sua vez, não entendiam a fadiga das mulheres que tinham passado o dia em casa nas suas funções, o que contribuía para uma imagem desvalorizada de si próprias enquanto mulheres (in Torres, 2000a, 2001).

Deste prisma, evoluiu-se para a ideia de que o trabalho doméstico devia deixar de ser encarado como uma demonstração de carinho e valorização da família por parte das mulheres, mas sim como trabalho efectivo, devendo inclusive ser remunerado pelo Estado. Tratando-se de um trabalho produtivo, como refere Dorothy Smith (in Torres, 2000a, 2001), não o é directamente, pois não tem um valor de troca, apenas valor de uso. Seguindo esta linha de raciocínio, Christine Delphy (in Singly, 1996; Torres, 2000a, 2001) defende que o casamento é uma forma de exploração das mulheres por parte dos homens, que, desta forma, vêem esses afazeres cumpridos sem despesas adicionais. Situação que dificilmente será harmoniosa, uma vez que não existe reconhecimento nem protecção sociais das mulheres. Mesmo que estas trabalhem no exterior, não se está perante uma situação igualitária, visto que têm de suportar igualmente as obrigações domésticas.

Por sua vez, para Andrée Michel (1970; Torres, 2000a, 2001), a satisfação conjugal é tanto maior quanto mais autónomas forem as mulheres, com o sequente poder de decisão adquirido, maior partilha das tarefas domésticas e a comunicação entre os elementos do casal. Porém, também avança que esta autonomia, derivada da actividade profissional exercida, depende dos recursos económicos detidos através da profissão dos maridos. Assim, trabalham no sentido de melhorar as condições de vida da família, mas ganham também uma imagem de si próprias muito mais favorável, sentindo-se mais realizadas. Há que ter em conta que, no entanto, isto significa uma dupla jornada de trabalho, já que a partilha das funções nunca chega a ser igualitária o que leva a que as mulheres se sintam sobrecarregadas. O que explica

a elevada taxa de celibato nas mulheres mais intelectualizadas durante os anos 60 e 70. O nível de satisfação sentido pelo casal ressentia-se igualmente com a chegada do primeiro filho, pois significa mais trabalho e responsabilidades.

Para além de, durante o século XIX e início do século XX, os homens (maridos e filhos solteiros) serem os provedores da família, enquanto as mulheres cuidavam da casa e dos filhos (podendo trabalhar esporadicamente ou não), Tilly e Scott (1978) realçam o facto do trabalho pago das mulheres ser característico de determinadas fases do ciclo individual e familiar. Ou seja, as mulheres trabalhavam sendo remuneradas antes do casamento ou até ao nascimento do primeiro filho, ou depois na viuvez. Também era possível a sua presença no mercado de trabalho se fizessem parte de uma família com grandes carências económicas, sendo necessária a sua ajuda para assegurar as condições mínimas de subsistência. Após uma diminuição do número de mulheres que trabalhavam no exterior de casa no início do séc. XX, com a II Guerra Mundial, este valor voltou a aumentar, tal como aconteceu em Portugal com a Guerra Colonial (Torres, 2000a, 2001, 2002b), como será destacado mais à frente.

No final da década de 70, Teresa Sousa Fernandes (in Torres, 2000a, 2001), sob o ponto de vista do trabalho, avança constatações inovadoras. Assim sendo, para esta, a remuneração que as mulheres recebem pela sua actividade profissional é inferior à dos homens, por ser encarada como um complemento, pois a obrigação essencial destas é a doméstica e familiar. Ao que se acrescenta o seu posicionamento na hierarquia profissional: cabe-lhes os cargos menos qualificados (a nível vertical) e o desempenho de actividades em sectores específicos e diferenciados dos dos homens (a nível horizontal da escala profissional).

Isto vai ser reafirmado e corroborado, na década de 80, com Martine Chaudron (in Torres, 2000a, 2001), segundo a qual é necessário considerar os postos que são ocupados pelos homens e os que o são pelas mulheres, visto terem especificidades. As mulheres restringem-se aos lugares menos qualificados, pois cabe-lhes igualmente a tarefa da reprodução social, com a educação dos filhos e as tarefas domésticas. Isto repercute-se nas próprias trajectórias individuais, porque as mulheres não encaram a sua profissão sob o ponto de vista de uma carreira, como acontece nos homens.

Ao que Françoise Battagliola (in Torres, 2000a, 2001) acrescenta que o esforço por parte dos homens de subir na hierarquia profissional acarreta maior trabalho para as mulheres nos cuidados com os filhos, para já não falar nas tarefas domésticas.

Jean Kellerhals (1982, 1984) defende que, como já foi mencionado, o trabalho das mulheres tem menor visibilidade social que o dos homens, pois é considerado como um

complemento do daqueles; e é pior remunerado, o que origina a que as mulheres, mesmo com uma formação semelhante, se encontrem numa posição inferior e subordinada, sendo as que cedem mais facilmente frente a exigências adicionais. Para além de que a actividade profissional dos maridos é sempre considerada essencial, e na qual é exequível a evolução na carreira, enquanto que o mesmo já não acontece com a das mulheres, pelo menos nas mesmas proporções. No entanto, há que frisar que quanto maior é o nível de instrução das mulheres, maior a importância dada à actividade profissional desempenhada. Também os motivos que levam à sua realização é diferente, para estas é uma questão de realização pessoal e interesse pelo trabalho em si, enquanto que para as possuidoras de níveis inferiores de formação se poderá tratar também de melhorar o orçamento familiar.

Beck, Lash e Giddens (2000) avançam o conceito de modernidade, reflexiva ou avançada, caracterizada por uma individualização, o 'nós' é substituído pelo 'eu', e por uma maior reflexividade, ou seja, maior capacidade do indivíduo se pensar e analisar a ele próprio e aos outros (Beck, 1992; Giddens, 1993; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Beck, Giddens e Lash, 2000; Singly, 1996, 2000; Torres, 2000a, 2001, 2002a, 2002b). Levando a que a harmonia no casamento tenha de existir para cada um dos seus elementos, não sendo já suficiente a harmonia no seu todo. Dá-se uma maior valorização do amor, o que origina a busca pela compreensão e entendimento totais e mútuos (Singly, 1996, 2000; Beck, Giddens e Lash, 2000; Torres, 2002a, 2002c), provocando, quase paradoxalmente, um maior número de divórcios. Mas isso não revela uma crise da família. A conjugalidade apenas não mais se baseia na herança, no património ou legado a deixar aos descendentes, mas sim no sentimento de partilha, de intimidade, de desvendamento mútuo e desejo de estar junto. Efectivamente, descobrem-se assim novas estruturas familiares, desde a família nuclear às famílias recompostas, passando pelas monoparentais (Kauffman, 1993, 2002; Singly, 1987, 1993, 1996, 2000; Torres, 2000a, 2001, 2002a, 2002b; Aboim, 2005a, 2005b, 2005c, 2006).

Já Anderson (1980) distingue quatro pontos essenciais na relação entre família e trabalho. Primeiro, família e trabalho estão cada vez mais diferenciados, com uma especialização cada vez maior de papéis a serem desempenhados. Segundo, as funções realizadas em cada um destes campos varia consoante a importância que lhe é conferida, sendo revestida de maior ou menor dedicação, maior ou menor ambição. Terceiro, a interacção entre estes dois níveis da vida do indivíduo tendem a ser isomórficos, isto é, muito semelhantes, dado que reflectem a forma como o indivíduo reflecte sobre si mesmo e os outros. E, por fim, a interligação entre trabalho e família é afectada pela etapa do ciclo de vida

em que o indivíduo se encontra, existindo fases mais exigentes no plano familiar e outras no plano profissional.

Na perspectiva de Singly (1987, 1993, 1996, 2000), enquanto que o casamento beneficia os homens profissionalmente, visto que são encarados, no seio organizacional, enquanto indivíduos com responsabilidades acrescidas, o que lhes trará uma vontade e predisposição maiores de sucesso profissional, as mulheres saem geralmente (embora com maior peso em algumas classes sociais do que noutras) altamente prejudicadas com o casamento. Exactamente pelos mesmos motivos: as responsabilidades familiares, que, no contexto feminino, implicam uma maior ausência do local de trabalho (com as licenças de maternidade, as faltas por motivos de apoio à família, entre outras). Assim, para as mulheres, quanto maior o compromisso familiar, maior a desconexão profissional. Assim, se as mulheres têm em vista uma carreira profissional, muitas vezes abdicam da maternidade e até mesmo da vida marital. Sendo actualmente cada vez maior o número de mulheres celibatárias. Singly realça inclusive o primado da sobreposição. O doméstico feminino sobrepõe-se ao doméstico masculino, o doméstico feminino sobrepõe-se ao profissional feminino e o profissional masculino sobrepõe-se ao profissional feminino.

Por fim, Martine Segalen (1999), nos anos 90, constatou que, ao contrário do que parece ser comum pensar-se, as mulheres não entraram no mercado de trabalho só no século XX. Elas sempre tiveram uma actividade profissional, só que como era numa posição de submissão aos maridos, não era algo tão visível. No entanto, é certo que durante o século passado, houve uma entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, sendo sinal de uma importante mudança, esperando-se que houvesse uma evolução semelhante nas tarefas domésticas, o que não se verificou. O que se continua a notar é que se mantém a atribuição às mulheres das funções que se relacionam quer com a casa, quer com os filhos. Embora a participação dos homens exista, a verdade é que é marcante uma certa hesitação por parte destes na entrada no mundo dito feminino, socialmente desvalorizado, enquanto que as mulheres há muito que se inseriram no dito masculino.

2.2.2. Relação entre trabalho e família em Portugal

Portugal, no século XX, passou por diversas mudanças políticas, económicas, sociais e culturais (Rodrigues, 1983; Barreira, 1994; Diniz, 1994; Ferreira de Almeida, 1994; Sousa, 1994; Almeida et al, 1998; Torres, 2000a, 2001, 2002a, 2002b; Leandro, 2001; Aboim, 2005a, 2005b, 2005c, 2006). Em 1910, passou-se de uma monarquia constitucional para uma

república. República essa que viu a sua constituição, muito moderna e revolucionária para a época, nos mais variados aspectos, ser aprovada em 1911. Porém, esta não esteve em vigor durante muito tempo, visto que em 26 de Maio de 1928 implantou-se, através de um golpe de estado, um regime ditatorial, que veio a permanecer até 25 de Abril de 1974. Estes quase cinquenta anos de fascismo influenciaram intensamente as representações sociais dos indivíduos, deixando marcas que ainda hoje são notórias em alguns sectores menos informados e mais envelhecidos da população (Almeida et al, 1998; Rodrigues, 1983; Torres, 2000a, 2001, 2002a, 2002b).

Durante este período ditatorial, Portugal esteve encerrado nas suas fronteiras geográficas, sendo difícil a influência de valores e comportamentos exteriores. O poder político, aliado à Igreja Católica, construiu um mote que iria destacar-se nas décadas seguintes: Deus, pátria, família (Rodrigues, 1983; Torres, 2000a, 2001, 2002a, 2002b). Sendo que Deus é considerado pela Igreja Católica uma entidade masculina, a pátria era dirigida por homens e a família comandada por um chefe de família: o marido, o pai. Com este princípio fundador e moldador do regime e da realidade social, as mulheres foram excluídas e afastadas da plenitude dos seus direitos humanos e cívicos.

Deste modo, as mulheres, embora, por vezes, pudessem desempenhar uma actividade profissional, idealmente deveriam restringir-se aos papéis tradicionalmente femininos, nomeadamente: o cuidado do lar, do marido e dos filhos. Não tinham liberdade para abrir a sua própria correspondência, sair do país sem a autorização do marido ou até votar. Por seu lado, aos homens era-lhes exigido uma profissão que lhes permitisse sustentar toda a sua família, para que, deste modo, as respectivas mulheres não tivessem necessidade de sair de casa e ir trabalhar, desvirtuando assim o seio familiar. Para além da sua actividade laboral ser exterior ao lar, até os seus lazeres e as suas redes de sociabilidade encontravam-se igualmente fora do círculo doméstico. Não era bem visto social e culturalmente a participação activa dos homens nas tarefas domésticas e na educação e cuidado dos filhos. Estes eram assuntos femininos, e os dois mundos não se cruzavam (Rodrigues, 1983; Barreira, 1994; Diniz, 1994; Ferreira de Almeida, 1994; Sousa, 1994; Torres, 2000a, 2001, 2002b). Sendo, no entanto, importante sublinhar que a realidade não era linear, assumindo contornos e cambiantes ligeiramente diferenciados consoante a classe social dos indivíduos.

Neste sentido, esta visão mais tradicional da realidade não permaneceu inalterada até 1974. Nos anos 60, e principalmente por parte da geração jovem, de certos sectores sociais mais escolarizados e das mulheres trabalhadoras, buscou-se novas ideologias e concepções sociais. Contestaram-se as normas, valores, comportamentos e princípios tradicionais e

conservadores da vida portuguesa, aos mais variados planos: político, económico, social e cultural. O que reenvia logicamente também para as representações sociais do que é ser mulher e ser homem e o que compete a cada um destes grupos sociais. Consequentemente, defendeu-se e lutou-se pela liberdade pessoal, cívica e social das mulheres, igualando-se aos homens enquanto seres humanos completos, independentes e soberanos (Torres, 2000a, 2001, 2002b).

Contribuíram para esta mudança um conjunto múltiplo de factores. Como o descontentamento generalizado que se fez sentir devido à conjuntura económica desfavorável e difícil, agravada pela guerra colonial, que despoletou uma necessidade cada vez maior de emigrar em busca de melhores condições de vida. Sendo que geralmente eram os homens que o faziam, as mulheres quando se deparavam com a ausência dos maridos, ganhavam outro protagonismo, detendo agora poder de decisão e autoridade no âmbito familiar, com um consequente aumento da sua liberdade. As que acompanhavam os maridos na emigração também se encontravam numa situação diferenciada da que tinham no país. Com o objectivo de enriquecer rapidamente, os maridos aceitavam o trabalho exterior das mulheres, o que lhes conferia poder e alguma autonomia, originando que aquelas, no regresso, muitas vezes, já não aceitassem a subordinação novamente. Mas para além disto, trouxe também notícias do que se passava no exterior do país através dos emigrantes que comunicavam com os seus familiares em Portugal, abrindo as fronteiras há muito encerradas para a influência do exterior.

Outro factor importante, já apontado, a ter em conta foi a continuação de uma situação de guerra, com a guerra colonial (1962-1974) e o serviço militar obrigatório, que só se alimentavam com constantes e contínuos recrutamentos de jovens do sexo masculino para o campo de batalha, o que cada vez mais retardava a entrada destes no mercado de trabalho. O que provocou a necessidade das mulheres entrarem no mercado para ocuparem os postos deixados vagos pelos homens que partiam para as colónias portuguesas. Muitas vezes, estes postos de trabalho eram qualificados, devido ao desenvolvimento económico vivido nos finais da década de 50, fruto também de uma economia de guerra, originando a necessidade de recorrer à mão-de-obra feminina detentora de curso superior ou escolaridade secundária para a ocupação dos cargos. Essa entrada no mercado de trabalho aliada a um aumento da escolaridade nas mulheres gerou um maior conhecimento e consciência dos seus próprios direitos e capacidades físicas, intelectuais e emocionais, levando-as à contestação da discriminação de que eram vítimas (Torres, 2000a, 2001, 2002b).

Com uma maior abertura a novas concepções e representações sociais, que contrastavam com a conjuntura de desigualdade social e cultural, dificuldades económicas e

repressão política, criou-se a ambiência ideal e propícia a um golpe militar que pusesse fim à ditadura. Esta caiu em 25 de Abril de 1974, data em que foi instaurado o regime democrático em Portugal. Este regime teve a necessidade lógica de realizar uma constituição que reflectisse toda a ideologia do movimento e da sociedade igualitária, democrática e livre que se queria construir e alcançar.

Os cidadãos, quer se tratassem do género masculino quer se tratassem do feminino, ficaram mais cientes dos seus direitos humanos, cívicos e sociais, tendendo a desenvolver diferentes comportamentos, expectativas, atitudes, representações e concepções do mundo e deles próprios. Viveu-se um período de grande euforia e algum descontrolo, mas alguns receios e dúvidas foram, sem dúvida, sendo destruídos, com um maior acesso e abertura à informação e ao esclarecimento. Desta forma, as mulheres deixaram de ser encaradas como seres humanos que idealmente deveriam estar restritas exclusivamente ao círculo doméstico, às tarefas que o lar impunha e à educação e tratamento dos filhos. Com efeito, as mulheres viram a sua emancipação e independência defendidas e valorizadas. O que permitiu que as que já tinham encetado uma profissão se mantivessem nessa situação. E as que ainda não tinham enveredado por uma actividade profissional remunerada a iniciassem, com as transformações sociais e económicas ocorridas, como: o declínio da agricultura, a diminuição da importância da indústria a nível nacional, o crescimento do sector terciário (comércio e serviços), a nova lógica do consumo, a crise económica e as mudanças operadas no mercado de trabalho trazendo novas estratégias por parte dos empregadores (Rodrigues, 1983; Barreira, 1994; Diniz, 1994; Ferreira de Almeida, 1994; Sousa, 1994; Torres, 2000a, 2001, 2002b).

No entanto, este desenvolvimento foi acompanhado por um considerável grau de exclusão social e aprofundamento das diferenças sociais. A população feminina, devido às tarefas e responsabilidades que tem na família, vê-se ainda confrontada com maiores dificuldades no seu progresso profissional num mercado de trabalho, altamente competitivo (André e Feio, 2000). Sendo essas dificuldades sentidas de forma tanto mais pesada quanto menores forem as margens de manobra na delegação do papel doméstico a mão-de-obra paga. Na verdade, actualmente as taxas de actividade de homens e mulheres são muito próximas, todavia mantêm-se as discriminações e desigualdades.

Nos últimos anos, Portugal tem-se afirmado enquanto um dos países da União Europeia com uma das maiores taxas de actividade profissional feminina a tempo inteiro (65% de mulheres trabalhadoras actualmente; 84% trabalha a tempo inteiro; poucas

interrupções da actividade laboral ao longo da vida) (Crompton e Lyonette, 2007); sendo que as mães portuguesas mantêm uma relação contínua com o mercado de trabalho, independentemente da idade dos seus filhos (Almeida et al, 1998; Torres, 2004; Torres et al, 2004; Torres, 2006; Torres et al, 2006; Casaca, 2005). Ao contrário do que acontece em muitos outros países da Europa, onde o regime de trabalho a tempo parcial é a escolha de mães com filhos pequenos², as mulheres portuguesas trabalham, sobretudo, a tempo inteiro, sendo, aliás, o país onde as mães de crianças até aos 10 anos mais horas por semana trabalham.

No contexto da União Europeia, Portugal encontra-se também entre os países em que mais horas se trabalha durante a semana, variando a duração média do horário de trabalho semanal a tempo inteiro em Portugal entre as 36 e as 40 horas semanais (Casaca, 2005), sendo para Crompton e Lyonette (2007) de 41,9 para os homens e 39,2 para as mulheres. No entanto, quando se trata de homens e mulheres com filhos menos de 10 anos passa para 46,4 horas e 45,9 horas por semana em média, respectivamente (Torres et al, 2006). Portugal tem assim o mais baixo diferencial entre sexos no que se refere ao tempo dedicado ao trabalho pago.

As mulheres portuguesas, com idades compreendidas entre os 25 aos 49 anos (fase da maternidade), em comparação com as europeias, são das que menos trabalham a tempo parcial (Casaca, 2005). No entanto, são também as mulheres que estão mais sujeitas a vínculos de contractos laborais mais precários. Desde a década de 80, que se assiste em Portugal a uma tendência para o crescimento da flexibilidade do emprego. Sendo que, no nosso país, a flexibilidade do emprego está associada a um padrão de relações laborais precárias, sendo que as modalidades flexíveis de emprego são atravessadas por uma linha de género, em que os homens estão mais representados no trabalho por turnos, no trabalho nocturno e no emprego por conta própria; e as mulheres no trabalho a tempo parcial e no emprego temporário (Drew et al, 1998; André e Feio, 2000; Casaca, 2005). Em 2002, 48% das mulheres em Portugal estavam envolvidas numa relação contratual precária há mais de 3 anos. Na maior parte dos países da EU, a taxa de desemprego feminino é também superior à masculina (André e Feio, 2000; Casaca, 2005). Em 2003, em Portugal as mulheres totalizavam 53% dos desempregados (Casaca, 2005).

² Em Portugal, o peso do tempo de trabalho a tempo parcial na actividade feminina é pouco significativo (10,8%), para além de que as condições de trabalho neste regime não se traduzem em verdadeiras opções, visto situarem-se em sectores profissionais pouco qualificados e com precariedade de emprego.

Consequentemente, “*as estruturas do emprego masculino e feminino mantêm características distintas*” (Torres et al, 2004: 86). Existindo uma maior “*dispersão relativa das mulheres por grupos profissionais e maior concentração dos homens em certas profissões*” (idem). Embora se encontre uma certa “*preponderância feminina em sectores de actividade caracterizados por altas qualificações escolares, como é o caso das profissões intelectuais e científicas*” (idem), os empregos femininos são muitas vezes empregos com baixos salários e com poucas perspectivas de estabilidade, mais precários e com poucas ou nenhuma oportunidade de desenvolvimento profissional (Casaca, 2005; Torres, 2006).

Deste modo, as mulheres estão mais sujeitas a trabalhos precários e mal pagos, ao desemprego e ao trabalho a tempo parcial (indicadores das desiguais oportunidades no mercado de trabalho), o que tem a sua correspondência na maior valorização do salário do cônjuge masculino como fonte de subsistência para o agregado doméstico e consequente desvalorização do trabalho feminino. Os constrangimentos existentes ao nível do trabalho pago tornam-se uma fonte de legitimação para a divisão assimétrica do trabalho não pago, no interior da relação conjugal (Torres et al, 2004). Esta divisão ideológica entre os homens, a quem cabe o papel instrumental de ganhar pão da família, e as mulheres, a quem cabe as funções expressivas de cuidado com a casa e com os filhos, acaba por ser incorporada pelas empresas que criam expectativas diferenciadas quanto ao papel dos homens e das mulheres, a quem ligam sempre os cuidados com a família.

No entanto, para as mulheres, o trabalho profissional não corresponde apenas à resposta de uma necessidade, à busca de melhorar o orçamento do agregado familiar no sentido de “*acompanhar novos padrões de referência quanto a patamares de consumo e esforços de escolarização dos filhos, ou (...) dotar-se de condições para eleger novos estilos de vida*” (Almeida, 1994: 325); surge também como fonte de sociabilidades e produtor de identidade social, indispensável (Torres, 2004; Casaca, 2005; Torres, Mendes e Lapa, 2006; Crompton, 2006), permitindo a melhoria das condições de vida da família mas também o aumento do poder negocial no interior da relação conjugal, detendo as mulheres um estatuto superior que lhes possibilita ganhar certos direitos de consumo, opinião e decisão no seio familiar. (Torres et al, 2004).

Esta conjuntura da actividade feminina foi possibilitada e facilitada com o aumento concomitante do seu acesso à escolaridade, sendo actualmente uma presença maioritária nas universidades. O que levou à aquisição do direito a estarem presentes em todos os níveis e sectores da sociedade, não lhes sendo vedados por se julgar social e culturalmente as mulheres como seres humanos intelectualmente menos capazes e competentes. As mulheres

adquiriram, legalmente, com a constituição de 1976, o estatuto de igualdade e paridade com os homens e já não de dependência e submissão, como sucedia anteriormente em que os homens tinham o poder de decisão e a autoridade decorrentes do seu estatuto de chefe de família (Torres, 2000a, 2001, 2002b).

Mas não foram só as mulheres a ganhar terreno e direitos com a democracia. Também os homens alcançaram direitos novos, como a lei da paternidade (década de 90), que lhes permite tirar uma licença de duas semanas após o nascimento do seu filho, para poder acompanhar de perto os prazeres, mas também as dificuldades da paternidade. Isto permitiu uma maior responsabilização e proximidade dos homens em relação aos seus filhos, bem como um maior vínculo afectivo e emocional com eles. Consequentemente, permitiu construir também, desde o início, uma relação mais próxima e igualitária entre os dois elementos do casal (Sousa, 1994; Wall, 1995, 1996; Guerreiro, 1998).

Estas transformações sociais e culturais reflectiram-se nas várias legislações que foram sendo aprovadas depois da instauração da democracia, com grande destaque para a Constituição Portuguesa de 1976. Segundo a qual homens e mulheres passaram a ser juridicamente iguais, quer no plano exclusivamente humano, sendo considerados indivíduos com os mesmos direitos e deveres, quer a nível familiar, de educação, trabalho, etc. Desta forma, a legislação levada a cabo em regime democrático espelhou as modificações substanciais verificadas nas concepções e representações sociais e culturais respeitantes ao que se considera ser feminino ou masculino e na dignidade e respeitabilidade que cada designação merece por si. Para além destas transformações jurídicas, legalizou-se também o divórcio, as uniões de facto, a maternidade e a paternidade, o planeamento familiar e a educação sexual (Sousa, 1994).

Porém, estas transformações sociais levantaram questões importantes à sociedade portuguesa, bem como ao mundo ocidental: que políticas sociais implementar para melhorar a relação da vida familiar com a vida profissional? Isto porque, independentemente da classe social, a vida profissional limita a vida familiar em tempo (para o trabalho doméstico, a educação dos filhos, as relações familiares, de amizade e com as restantes redes de sociabilidade) e em espaço (a família encontra-se limitada a um determinado raio de quilómetros em função da localização do trabalho dos seus membros). Mas também a família impõe constrangimentos à vida profissional, principalmente no que toca à carreira profissional das mulheres que reflecte a fase em que se encontra o ciclo de vida familiar.

2.2.3. Políticas sociais de relação entre vida profissional e vida familiar

Apesar da elevada taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, mesmo com um défice de equipamentos de apoio à família, no que se refere aos estatutos e papéis atribuídos a cada elemento da família verificam-se ainda comportamentos muito tradicionais. Assim, na modernidade, encontram-se elementos sociais característicos de alguma lentidão na transformação das práticas em relação às representações, ou seja, continuam a ser as mulheres as principais cuidadoras do lar, das crianças e dos idosos (Guerreiro e Lourenço, 1999).

O que ainda se agrava se se tiver em conta outra característica da modernidade: as novas formas familiares, como as famílias monoparentais, derivadas do maior número de divórcios e de nascimentos fora da conjugalidade. Deste modo, a relação entre a vida profissional e vida familiar, em Portugal e na Europa, não é algo simples de ser sustentada. Até porque, do ponto de vista organizacional, cada vez mais as empresas têm de ser competitivas e rentáveis para conseguirem sobreviver no mercado. O que lhes dificulta uma maior flexibilização de políticas de relação trabalho/família, de forma a facilitar a dedicação das mulheres ao trabalho, possibilitando-lhes pensar numa progressão na carreira, e a dedicação dos homens à família, permitindo-lhes uma vida privada com presença efectiva (Guerreiro, 1998; Guerreiro e Lourenço, 1999).

Para além de que é essencial a criação de infra-estruturas de apoio à família e redes de serviços de apoio, com horários alargados, para que os pais trabalhadores tenham a oportunidade de colocar os seus filhos ao cuidado de pessoas especializadas por horários diversificados. Em Portugal, devido aos recursos limitados do Estado, a sua intervenção é muito baixa, seguindo-se uma estratégia de aumento de todo o tipo de serviços de apoio. O que se tem revelado de extrema importância como forma de preencher lacunas existentes nas variadas formas familiares da modernidade. Assim, vários autores defendem que as mulheres, depois de longos períodos de dependência dos homens, quer se tratasse do pai ou do marido, dependem agora do Estado (Wall, 1995, 1996; Guerreiro, 1998; Leandro, 2001).

Estado esse que, detendo um papel decisivo, tem uma política familiar com o objectivo de implementar uma boa relação da vida profissional com a família. Política visível através da possibilidade de criação de novos modelos de trabalho para se adaptarem aos novos modelos familiares, mantendo-se assim em estreita relação e interacção; da promoção de cooperação entre as instituições públicas e privadas de cuidado à família; auxílio ao desenvolvimento de serviços e infra-estruturas de apoio, como sejam: creches, berçários, escolas pré-primárias, entre outros; e da criação de medidas que desenvolvam uma melhor

relação entre trabalho, lazer e família (Wall, 1995, 1996). No entanto, há que realçar que a cobertura nacional de equipamentos de apoio a crianças dos 0 aos 3 anos é ainda uma falha.

2.3. Política

2.3.1. Problematização teórica

A política, campo simbólico do poder por excelência (Barbosa, 1998), consiste essencialmente numa aspiração ao poder ou à influência na sua distribuição (Weber, s.d.), estando, desse modo, fortemente relacionada com quem o detém, como o conseguiu e o que faz com ele (Giddens, 1997). Segundo Weber (s.d.: 10), *“Quem faz política aspira ao poder; ao poder como meio para a consecução de outros fins (idealistas ou egoístas) ou ao poder ‘pelo poder’, para desfrutar o sentimento de prestígio que ele confere”*. A política reflecte-se em qualquer actividade directiva e autónoma no comando de um Estado, ou na influência sobre esse mesmo comando.

Nas sociedades democráticas, o Estado tende a definir-se pela relação de domínio de uns indivíduos sobre outros, relação essa suportada por uma base legal e constitucional, em que o território é delimitado por uma barreira geográfica, e o Estado sustentado pelo monopólio da violência física legítima, que não tem necessariamente de ser utilizada (Giddens, 1997; Weber, s.d.). O Estado nas sociedades contemporâneas, distinguindo-se dos característicos das sociedades tradicionais, possui três especificidades: soberania, cidadania e nacionalismo. Sendo que soberania consiste no poder supremo e autoridade detido por um governo central sobre um território fortemente demarcado. Cidadania constitui o conhecimento e interesse, por parte da população, em quem a lidera, sentindo-se parte de um determinado Estado, com direitos e influências cívicas e políticas. Já o nacionalismo baseia-se num conjunto de crenças, valores e símbolos que fornecem e providenciam ao cidadão o referido sentimento de fazer parte de um Estado-nação (Giddens, 1997).

Essa relação de domínio dos detentores do poder e da autoridade sobre os dominados, que acatam essa autoridade, tem necessariamente de ser sustentada por um tipo de legitimação, para que esse uso legítimo do poder por parte de uns seja aceite e reconhecido por todos. Desta forma, existe a legitimidade tradicional, do costume secular da orientação dos indivíduos para o respeito e reverência à autoridade; a legitimidade carismática, a entrega dos indivíduos a outrem, possuidor de características pessoais e ideológicas marcantes e

incentivadoras; e ainda a legitimidade legal, que se fundamenta na crença nos preceitos legais, seus valores e objectivos (Weber, s.d., Ferreira, 1995).

As sociedades tradicionais eram dirigidas, na sua larga maioria, por um líder legitimado pela tradição e pelos costumes. No entanto, por vezes, essas sociedades eram assoladas por alguma inovação directiva derivada da legitimação carismática, em que um indivíduo personificava a ligação da sociedade ao divino (Weber, s.d.). Nos últimos séculos, verificou-se, nas sociedades europeias ocidentais, uma tendência para a legitimação legal, em que os dirigentes do Estado são reconhecidos, pelos cidadãos, enquanto legítimos detentores do poder político, devido ao suporte legal e constitucional do Estado, cada vez mais fundamental. Tal como referido por Alberto Martins, deputado parlamentar do Partido Socialista, “*A moral da república é a lei*”³.

Assim sendo, num Estado democrático, sistema político em que a população detém o poder de decidir quem a governa e representa, como são actualmente os países ocidentais, existe uma legitimação legal para a existência de partidos. Partidos esses que constituem instituições centrais e indispensáveis para o funcionamento da democracia representativa, tendo como objectivo a detenção de poder governativo legítimo através de processos eleitorais, e com esse poder a persecução do seu programa político específico (Giddens, 1997). Existem diversos tipos de sistemas partidários, consoante envolvam dois partidos ou uma maior pluralidade partidária, o que depende geralmente da natureza dos processos eleitorais de cada país. Assim sendo, os sistemas multipartidários, permitem uma expressão mais directa de interesses e pontos de vista diferentes e divergentes, inclusive a representação de abordagens alternativas radicais, funcionando num sistema eleitoral de representação proporcional, onde o número de assentos parlamentares, por exemplo, depende da proporção de votos conseguidos por cada partido. Caso se trate de um sistema político de apenas dois partidos políticos, o sistema maioritário, o funcionamento segue uma lógica em que o candidato que consegue o maior número de votos vence as eleições, independentemente da proporção geral de votos (Giddens, 1997).

Os partidos políticos podem ter bases ideológicas diferenciadas, designadamente religiosas, étnicas, ambientais, ou puramente políticas, sendo que usualmente são colocados num continuum que vai da extrema esquerda, partidos políticos mais progressistas e radicais até à extrema direita, partidos políticos mais conservadores.

³ MARTINS, Alberto, *Sessão de Assembleia da República*, 21 de Setembro de 2007

No que se refere aos modelos ou sistemas de recrutamento político no interior dos partidos existem essencialmente dois: o de patrocínio ou clientelar e o meritocrático. Assim, no primeiro modelo, os indivíduos responsáveis pelo recrutamento e selecção dos candidatos privilegiam a amizade pessoal, as redes sociais e familiares, a influência económica ou financeira e a lealdade ao partido e seus dirigentes. No segundo sistema, os critérios são mais objectivos, como por exemplo: currículo e prestígios profissionais, formação e experiência políticas, qualidades e atributos pessoais. No entanto, dada a pouca transparência no que diz respeito aos critérios utilizados na selecção ou exclusão dos candidatos, os processos de recrutamento no interior dos partidos parecem constituir uma espécie de ‘jardins secretos’ ou ‘espaços interditos’ da vida política (Martins e Teixeira, 2005).

A luta partidária que marca a democracia divide-se em dois planos distintos, mas complementares: a elaboração de programas políticos com orientações gerais de acção; e a mobilização de apoios para a conquista de cargos de poder e de decisão e a legitimação dos programas políticos pelo voto. O primeiro plano, isto é, a elaboração dos programas políticos, das concepções e ideias partidárias, requer do indivíduo o que Bourdieu definiu como *habitus* político, ou seja, as suas experiências, competências e saberes académicos, profissionais, políticos e organizacionais acumulados. Já o segundo plano, a mobilização de apoios requer capital social por parte do indivíduo, ou seja, recursos de liderança e/ou de representação de grupos ou organizações sociais, canalizáveis para a angariação de apoios políticos. O que se adquire com a presença e participação em organizações públicas: cívicas, socioculturais, sindicais, socioprofissionais, patronais e políticas (Viegas e Faria, 1999).

A liderança é algo complexo, mas os líderes políticos de sucesso conseguem estabelecer um equilíbrio e interacção perfeitas entre as suas capacidades e as suas oportunidades. Sendo que por capacidades compreende-se: o estilo de liderança, traços de carácter, atributos pessoais e acumulado de experiência política. Por oportunidades entende-se: as estruturas institucionais, a situação imediata, o tipo de regime e cultura política e as dinâmicas de apoio (Genovese e Thompson, 1993).

Dentro desses traços de carácter ou atributos pessoais referidos, segundo Weber, um político, deveria necessariamente possuir três qualidades: paixão, no sentido de entrega a um ideal, sentido da responsabilidade e medida. Sendo que esta última se reveste da maior importância, uma vez que é a capacidade de manter uma distância entre os homens e as coisas, manter um equilíbrio entre a paixão e a responsabilidade, distinguindo-o de um simples diletante político. O político tem ainda de saber vencer a vaidade, inimiga de todo o ideal e da medida perante si próprio. Esta pode levar às duas falhas mortais num político: a

inexistência de finalidades objectivas (levando-o a procurar o brilho do poder em vez do poder efectivo) e a ausência de responsabilidades (que origina que este desfrute do poder pelo poder, sem ter em consideração a sua finalidade), tornando-o num indivíduo que actua no vazio e sem qualquer sentido (Weber, s.d.).

Para além destas características, o político deveria possuir ainda parcialidade, ética e luta, o que o afasta dos simples funcionários. O político baseia a sua honra no assumir pessoalmente toda e qualquer responsabilidade das suas acções, não podendo nem devendo lançá-las sobre outrém. Qualquer acção eticamente orientada pode personificar dois tipos diferentes de ética: a da convicção (segundo seus ideais, sem qualquer preocupação com as devidas consequências) e a da responsabilidade (considerando as consequências previsíveis da sua acção). No entanto, elas não constituem realidades absolutamente opostas, mas sim complementares para a formação do político autêntico, com verdadeira vocação política (Weber, s.d.).

Existem duas formas de política enquanto profissão: os que vivem ‘da’ política e os que vivem ‘para’ a política. Sendo que os primeiros constituem os indivíduos que encaram a política como a fonte duradoura do seu rendimento e os segundos são os que têm recursos económicos independentes desta actividade. De qualquer forma, independentemente do modo como o indivíduo percebe a política e independentemente das suas capacidades e oportunidades, o exercício da política oferece, desde logo, um sentimento íntimo de poder aos que o empreendem, *“a consciência de ter uma influência sobre os homens, de participar no poder sobre eles e, sobretudo, o sentimento de manejar os fios de acontecimentos históricos importantes”* (Weber, s.d.: 74).

2.3.2. Política e género

A política continua ainda a ser um reduto da dominação masculina, alicerçado por valores e normas masculinos, apresentando grandes resistências à participação feminina. O que reflecte a discriminação e dominação masculinas, presentes na dificuldade de operar a mudança nos sistemas sociais, originando uma sobreocupação por parte dos homens nos cargos de decisão e nas políticas públicas que não tomam em consideração questões biológicas como a maternidade, nem questões relacionadas com a relação trabalho/família, de forma a aliviar a sobrecarga feminina (Baum e Espírito Santo, 2004; Espada, 2002). Os poderes marcadamente masculinos, como sejam o Estado, Governo, elites políticas, poder judicial e os altos postos da burocracia têm visto o seu poder aumentar também na esfera da

vida privada, enquanto que as mulheres permanecem excluídas do poder simbólico, do poder de construção da realidade (Connell, 1993; Barbosa, 1998).

Deste modo, poucas mulheres conseguem chegar ao patamar de liderança política, que constitui o último tabu político. Isto porque a dominação masculina é sustentada pela lei e tradição, atribuindo a política, enquanto domínio público, como esfera natural dos homens e não das mulheres, detentoras e dominadoras da esfera privada (Genovese, 1993). *“O campo da política, representação simbólica do poder por excelência, quase exclusivamente preenchido por actores e regras masculinos, irá por sua vez, reforçar consideravelmente as representações sociais, quer sobre o género, quer sobre o poder, junto dos/as receptores, em que já existem este tipo de representações, sedimentados por tradições, práticas sociais e memórias históricas, contribuindo para contrariar os esforços e intenções de mudança manifestado por várias forças políticas e movimentos sociais”* (Barbosa, 1998: 68).

Consequentemente, a homosociabilidade masculina na política perpetua a masculinidade hegemónica através de características que lhe são associadas: a competitividade, o distanciamento das emoções, a objectificação das mulheres (Barbosa, 1998), a luta e autoridade (Viegas e Faria, 1999). A representação política enquanto um *habitus* masculino exclui as mulheres como actores, tanto ao não criar um ambiente convidativo à sua presença, como ao não dar a palavra às poucas presentes, tornando-as invisíveis, o que dificulta as suas carreiras, que dependem, na política, em grande escala, da sua notoriedade pública e de se fazerem ouvir perante o grande público (Barbosa, 1998).

O que reenvia para a questão largamente debatida pelos teóricos de saber o porquê da reduzida participação feminina na esfera política institucional, uma vez que de acordo com o Relatório das Nações Unidas, as mulheres representam ainda menos de 10% dos líderes dos ministérios mundiais e 20% de todas as posições sub-ministeriais (Inglehart e Norris, 2003). Há duas respostas tradicionais, uma com base na oferta, ou seja, a sub-representação feminina na política deve-se à sua auto-exclusão, à pouca atracção exercida pela política sobre as mulheres, devido à falta de recursos e motivações; enquanto que a outra defende que a resposta está na procura, isto é, a sua exclusão e discriminação no processo de selecção dos candidatos a cargos, devido à representação simbólica do poder, na qual as mulheres não estão inscritas (Martins e Teixeira, 2005; Barbosa, 1998).

Efectivamente a resposta é complexa e não se limita a um problema de oferta ou de procura, mas de ambas as dimensões. As mulheres, apesar de terem uma grande participação no desenvolvimento económico, e em particular em alguns sectores e actividades, não aderem aos partidos políticos por não assistirem a protagonistas femininos enquanto modelos de

referência, o que se explica pela já referida pouca visibilidade destas nos media, originando pouca notoriedade pública, que é essencial para o acesso ao poder simbólico hoje em dia, fazendo com que acabem por ser relegadas para uma situação de certa marginalidade, a qual não é fácil superar e ultrapassar (Barbosa, 1998; Viegas e Faria, 1999; Espada, 2002). O que origina pouco interesse das mulheres por essa vertente da sociedade. A política no sentido mais abrangente é vista enquanto cargos sem visibilidade, em que o investimento não se reflecte num reconhecimento proporcional, pelo que permanece não como uma carreira profissional alternativa mas mais uma dimensão da vida a ser conciliada, o que implicaria prejudicar ou o trabalho ou a família, sendo por isso pouco mobilizadora até porque gira em torno de pequenas transformações e pequenas decisões (Espada, 2002).

O que leva a outro grande factor bloqueador de uma maior participação feminina na política: os estereótipos e preconceitos de género que continuam a perpetuar-se no imaginário colectivo, que atribuem às mulheres o papel e dever primordial de cuidar do lar e da família e só depois o direito a ter uma profissão. Isto acaba por sobrecarregar e dificultar às mulheres o equilíbrio entre as duas dimensões: vida profissional e vida familiar, por não querer desinvestir no seu papel de mãe em prol da carreira, mas esta também se revestir de grande importância na sua vida (Espada, 2002; Silva, 2002; Barbosa, 1998; Martins e Teixeira, 2005). O que se agrava em sociedades com valores tradicionais, onde muitas mulheres podem sentir-se relutantes para se candidatar e, se o fizerem, podem falhar na tarefa de conseguir atrair apoio suficiente para ganhar (Inglehart e Norris, 2003).

Consequentemente as mulheres têm menos recursos que os homens para desenvolver e dedicar-se a uma carreira política. Destacando-se, entre esses recursos, para além de um nível de desenvolvimento sócio-económico e um estatuto ocupacional e educacional inferior aos homens (Inglehart e Norris, 2003), o tempo, visto a já citada dificuldade de relação entre responsabilidades familiares e domésticas, carreira profissional cada vez mais exigente e desgastante, e ainda actividade política regular e continuada (Martins e Teixeira, 2005). Para além de que “*os ritmos e ritos associados à concepção e organização da vida política e partidária*” (Martins e Teixeira, 2005: 42) continuam a ser marcadamente masculinos (horários, procedimentos, estilos de intervenção), fornecendo mais um obstáculo à participação feminina, uma vez que a presença e participação em actividades partidárias necessárias exigiria um investimento de tempo em horário pós-laboral, originando, muitas vezes, conflitos entre o espaço privado e o público. Conflitos tanto mais marcados e difíceis quanto menor a capacidade de delegação do universo doméstico a outros (Silva, 2002, Martins e Teixeira, 2005).

Os partidos, liderados e dominados por homens, tomam tendencialmente atitudes corporativistas na defesa dos que já se encontram dentro do aparelho político (Silva, 2002), fazendo com que actualmente constituam “*os principais gatekeepers no acesso à esfera de poder institucional, detendo de forma quase monopolística a função de recrutamento político e favorecendo a dominação masculina e a segregação e discriminação das mulheres*” (Martins e Teixeira, 2005: 16). Assim, excluem as mulheres no acesso aos órgãos directivos internos e aos cargos públicos electivos ou então colocam-nas nas listas de candidatura em posições não elegíveis ou dificilmente elegíveis, apenas como estratégia eleitoralista. No entanto, os partidos, na sua generalidade, justificam esse afastamento das mulheres com o pouco interesse destas na política bem como com as suas competências (Martins e Teixeira, 2005). Já as mulheres tendem a justificar a sua reduzida participação na política através de razões exteriores, estruturais, enquanto que os homens através de razões intrínsecas ao sexo feminino (Espada, 2002).

Contudo o sistema eleitoral, como o uso da representação proporcional, e o modelo de Estado-providência também se revestem de grande importância na participação política das mulheres (Viegas e Faria, 2001; Inglehart e Norris, 2003). Em simultâneo com os factores institucionais, o nível de democratização fornece o contexto mais geral. Espera-se que a transição e a consolidação das sociedades democráticas promovam liberdades políticas e civis alargadas (Inglehart e Norris, 2003). O tipo de sistema eleitoral (maioritário, misto ou proporcional) pode ser um importante facilitador. O sistema de representação proporcional facilita o acesso das mulheres aos cargos eleitos, mais do que o sistema maioritário (Viegas e Faria, 2001; Inglehart e Norris, 2003). Isto porque este último, ao funcionar por maiorias simples ou absolutas, apela a características distintas nos cabeças de lista, como sejam o carisma e agressividade individual e experiência consolidada nas lutas internas e externas do partido, em relação ao sistema proporcional, em que se verifica uma maior partilha de responsabilidades e apoios na candidatura, consistindo este processo num esforço mais colectivo, partilhado, o que propicia um leque mais diversificado de perfis (Viegas e Faria, 2001).

No que se refere ao modelo de Estado-providência, e mais especificamente as políticas sociais adoptadas e infra-estruturas criadas de apoio à família, influencia em grande medida, directa ou indirectamente a participação política das mulheres. Num país com um Estado-providência mais interventivo e social, com adopção de medidas protectoras da maternidade, criação de infra-estruturas de apoio à educação e guarda de crianças, e preocupação em garantir os direitos das mulheres nos locais de trabalho, torna-se mais exequível a real e

efectiva igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na esfera pública. Como sucede nos países nórdicos, em que se acrescenta ainda uma orientação política global de igual responsabilização dos cônjuges na esfera privada, familiar, dando origem a representações de género mais igualitárias (Viegas e Faria, 2001).

Apesar da condição feminina apresentar uma evolução positiva, mas lenta, não se pode concluir daí que essa lentidão no processo se deve exclusivamente aos homens. Uma vez que as mulheres, elas próprias participantes na sociedade, têm ajudado na perpetuação da dominação masculina, resultado das suas representações culturais e morais que reproduzem a posição de submissão das mulheres. O sentimento de capacidade e poder de influenciar os destinos do país é raro, mas muito mais raro nas mulheres, tendo em maior grau um sentimento de impotência política. Para o recrutamento e selecção de candidatos no seio de um partido é de extrema importância estar-se perto do poder e relacionar-se de perto com as pessoas que o detêm, ser-se reconhecido por estas. Com efeito, não é apenas o sistema político que afasta as mulheres do seu interior mas também estas tendem a afastar-se desse meio, sendo que, desse modo, produzem e reproduzem a dominação masculina (Viegas e Faria, 1999).

As diferenças entre homens e mulheres são tanto mais exacerbadas nas representações sociais e culturais e respectivas práticas dos indivíduos quanto mais tradicional for a sociedade. Mas as diferenças entre homens e mulheres não pressupõem desigualdade, visto que, para se atingir a igualdade de género, tem de se ter em consideração as diferenças existentes entre os sexos e compreender e reconhecer as identidades: masculina e feminina. Só assim se atingirá uma partilha equilibrada das responsabilidades entre homens e mulheres (Perista e Silva, 2005). Para a igualdade de género há então que construir *“uma nova parceria entre homens e mulheres para assegurar a participação plena de todos, num plano de igualdade, em todos os domínios, assim como uma repartição equilibrada dos benefícios do progresso entre uns e outras. Uma mutação desta natureza não apenas exige processos legislativos mas também uma transformação cultural dos comportamentos individuais e das atitudes e práticas colectivas, associada a uma acção política decidida assente numa ampla mobilização”* (Comissão das Comunidades Europeias (1996), Comunicação da Comissão: *Integrar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no conjunto das políticas e das acções comunitárias*. COM (96) 67 final in Perista e Silva, 2005: 6).

Assim para uma igualdade efectiva entre homens e mulheres no mercado de trabalho, seria necessário uma igualdade fora dele, de modo a proporcionar maior disponibilidade de tempo às mulheres para a dedicação ao trabalho. Mas para isso seria necessário novas formas

de funcionamento das instituições de poder, dos partidos e melhores e mais acessíveis estruturas e serviços de apoio à vida familiar (Aliança para a democracia paritária, 2003).

O Estado, tal como foi referido anteriormente, detém um papel preponderante nesse sentido, cabendo-lhe reformar ou aliviar as barreiras institucionais no que concerne ao desenvolvimento da participação feminina na sociedade, no sentido de estabelecer direitos sociais, políticos e económicos, como forma de assegurar a igualdade de género. Actualmente encara-se essa independência feminina enquanto parte integrante do processo de desenvolvimento social, em que as mulheres possam articular as suas necessidades com as suas vontades (Inglehart e Norris, 2003).

Em muitos países, com o objectivo de se conseguir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, implementaram-se acções estratégicas positivas, que visavam modificar as impeditivas barreiras institucionais. Como foram as políticas preventivas da discriminação sexual, licenças de maternidade e conciliação trabalho/família, bem como o aumento das oportunidades de trabalho e educação para as mulheres (Inglehart e Norris, 2003).

Porém, há que realçar a diferença entre direitos legais e sua efectiva prática. Visto que apesar de muitos países terem adoptado todas ou algumas destas medidas, as mulheres continuam a permanecer maioritariamente em cargos e profissões de baixa remuneração e qualificação, devido à segregação ocupacional e discriminação salarial por sexo. Neste sentido, o reconhecimento formal dos direitos das mulheres e sua reforma estatutária são em si melhorias apenas simbólicas, se não houver, por parte dos políticos, uma vontade em implementar efectivamente essas reformas sociais (Inglehart e Norris, 2003; Aliança para a democracia paritária, 2003). Como se verifica de seguida. *“As políticas sociais associadas ao Estado-providência, nomeadamente as que se referem ao apoio à maternidade, ao planeamento familiar e à criação de infra-estruturas sociais de apoio às famílias, vieram minorar os efeitos de sobrecarga de trabalho feminino, mas com efeitos limitados, em parte devido à insuficiência de recursos canalizáveis para esses fins, mas também devido às resistências e à falta de mobilização social e política para concretizar esses objectivos”* (Viegas e Faria, 1999: 59).

Isto porque não se abdica facilmente do poder. *“É próprio do poder (qualquer que ele seja) auto-preservar-se e autoreforçar-se. O poder político é, ainda hoje, fortemente masculino e, apesar do reconhecimento dos direitos das mulheres à participação e do interesse da sociedade na complementaridade dos dois géneros, não é de esperar uma mudança espontânea no acesso das mulheres ao poder político, com a rapidez desejável”* (Silva, 2002: 62). Tem existido uma ‘mão invisível’ que tem impedido a efectivação de uma

democracia paritária. O que tem consequências duplamente negativas: as mulheres vêm a sua cidadania restringida na sua prática quotidiana; e a democracia vê-se privada de recursos potenciais de metade da sua população, perdendo credibilidade. Com a concretização de uma democracia paritária, dar-se-ia uma obrigatoriedade em rever critérios de carreira política, dificultando o clientelismo, uma vez que muitas cadeiras do poder teriam de ser esvaziadas de modo a permitir a entrada massiva das mulheres no poder político, tanto nos órgãos de representação democrática como nas lideranças das várias formações partidárias (Silva, 2002). Para isto acontecer, torna-se importante o papel da opinião pública e do eleitorado para pressionar os governantes no sentido de mostrar que a sociedade está a evoluir no sentido de uma maior partilha do poder (Aliança para a democracia paritária, 2003).

E dada a dificuldade dos detentores do poder em abdicar do mesmo, tem sido debatida na União Europeia uma estratégia de discriminação positiva para as mulheres, o sistema de quotas, de modo a incrementar a sua presença e participação na política (Viegas e Faria, 2001; Silva, 2002; Aliança para a democracia paritária, 2003; Martins e Teixeira, 2005). Contudo apenas a Bélgica, em 1994, viu legislação ser aprovada sobre o sistema de quotas mínimo por sexo nas listas de candidatura (25% desde 1994 e 33.3% desde 1999). França e Itália também chegaram a aprovar leis nesse sentido, mas não entraram em vigor devido a declarações de inconstitucionalidade (Viegas e Faria, 2001). No entanto, apesar da escassez legislativa nesse sentido, é importante referir o caso dos países nórdicos (Suécia, Noruega, Finlândia e Dinamarca) que, no seio da União Europeia, no ano de 2006, tiveram as maiores percentagens de mulheres nos Parlamentos nacionais (45.3%, 37.9%, 37.5% e 36.9% respectivamente)⁴. Com excepção da Finlândia, que não possui sistema de quotas, os restantes países mencionados, apesar de não terem regulação constitucional para assegurar a presença feminina nos órgãos políticos em moldes igualitários, têm sistemas voluntários de quotas no seio dos partidos políticos. Na verdade, os partidos destes países tiveram a iniciativa de regulamentar um número mínimo de mulheres nos seus órgãos de representação nacional. Por exemplo, na Suécia, a iniciativa datou de 1972, oriunda do Partido Liberal que regulamentou a presença mínima de mulheres nos seus órgãos partidários na ordem dos 40%. Os restantes

⁴ In Site Oficial da parceria existente no Brasil entre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e as entidades da sociedade civil brasileira que têm actuação no campo da defesa, promoção e garantia dos direitos humanos, denominado 'Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos' http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1005&Itemid=2; Site Oficial 'BBC Brasil' http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/03/060228_mulheresparlamentolistaebc.shtml e Site Oficial da Organização Intergovernamental 'Institute for Democracy and Electoral Assistance' que visa fortalecer instituições e processos democráticos e apoiar democracias sustentáveis a nível mundial http://www.idea.int/news/upload/Sweden_women.pdf (consultados a 9 de Julho de 2008).

partidos suecos seguiram-lhe as pisadas nas décadas de 80 e 90, sendo que o Partido Social Democrata colocou o patamar nos 50%.

A introdução de medidas formais ou legais com vista à promoção de uma representação equilibrada ou paritária das mulheres e homens no exercício de cargos políticos deve-se, segundo Martins e Teixeira (2005), a um critério de justiça, percepcionando-se as mulheres enquanto agentes com novos saberes, valores, sensibilidades e estilos de actuação. Expressam necessidades, interesses e preferências próprias que, por serem geralmente conflituantes com as masculinas, só elas as podem representar e defender. O que reenvia para o conceito de mainstreaming do género que sublinha a necessidade de igual valorização dos diferentes comportamentos, interesses, necessidades, talentos e competências de homens e mulheres, e não apenas do modelo masculino profissional e de cidadania. O mainstreaming de género visa então garantir que todas as medidas, políticas e propostas, em todas as suas fases no processo político, tenham em atenção os efeitos destas em homens e mulheres (Perista e Silva, 2005).

Toda e qualquer organização social se baseia numa lógica de quotas, mesmo que invisíveis e informais, não de direito mas de facto. Só na vida política é que se mantém uma quota de perto de 90% de homens. A paridade, ou um maior equilíbrio na representação de homens e mulheres na vida política, quando imposta e exigida, poderá tornar-se num constrangimento à democracia. Mas não é o único, e tem um cariz temporário e transitório. E não será um constrangimento sentido pelos eleitores, mas sim pelos partidos e governantes. *“O sistema de quotas apresenta-se como transitório e como um factor adicional à admissibilidade das candidaturas e não como uma imposição de resultados eleitorais à revelia da vontade dos eleitores”* (Viegas e Faria, 2001: 9). Permite, com a sua exigência, destruir ideias pré-concebidas sobre as capacidades, interesses e livre-arbítrio de determinados sectores da população; alargar o horizonte de escolhas e oportunidades e uma maior representatividade da sociedade nos órgãos decisoriais (Aliança para a democracia paritária, 2003).

Deste modo, a medida de quotas, apesar de ser ambígua em alguns sentidos, torna-se, segundo Silva (2002), imprescindível na transformação de representações sociais e de comportamentos, a vários níveis: das próprias mulheres, das empresas e empregadores e claro da sociedade em geral. Das primeiras, porque na maioria das vezes não se sentem incentivadas, até porque a participação política não faz parte das expectativas sociais de papéis a serem desempenhados por estas, logo restringindo opções e padrões de

comportamento. Dos segundos, porque carecem de incentivos que estimulem práticas inovadoras de modo a difundirem-se novos modelos na prática social corrente.

Com o reforço da presença feminina nas instituições políticas, algumas áreas poderiam sofrer algumas alterações em termos não meramente quantitativos mas também qualitativos, tais como: pontos de vista mais liberais e progressistas; valores e prioridades políticas diferentes, como a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e temas tradicionalmente associados ao género feminino; feminização da agenda política; diferente modo de votar por parte das mulheres; e um estilo de liderança diferente, baseado menos no confronto e na agressividade verbal e mais no diálogo e na cooperação e inter-ajuda (Martins e Teixeira, 2005).

No que se refere às diferenças nos pontos de vista ideológicos e políticos e às diferenças de género no voto, há que referir uma clara mudança nas representações, práticas e respectivas teorias. Assim sendo, nas décadas de 50/60, as teorias clássicas defendiam que as diferenças eram insignificantes, mas a existirem era mais provável as mulheres votarem em partidos centro-direita na Europa ocidental e EUA, a que se designou de “hiato de género tradicional”. As mulheres enquanto eleitorado eram caracterizadas como apáticas, paroquiais e conservadoras (Inglehart e Norris, 2003).

Já na década de 80 desenvolveu-se uma nova perspectiva, que considerava o enfraquecimento das relações com o partido social tradicional. Desta forma, os eleitores, segundo esta teoria, haviam-se tornado mais instrumentais, o que influenciava a postura dos partidos, que não podiam contar com a fidelidade cega dos seus eleitores, quer fossem homens ou mulheres. O que adquiria um papel mais preponderante eram, por exemplo, as prestações governamentais, políticas partidárias e imagens de liderança.

Porém, durante a década de 90, houve muita especulação, mas poucas conclusões. Contudo, aponta-se para uma inclinação das mulheres à esquerda nas sociedades pós-industriais, o que se denominou de “moderno hiato de género”. Esta inclinação pode explicar-se segundo tendências estruturais e culturais originadas por uma secularização da sociedade e uma maior igualdade nos papéis sexuais, realinhando os valores políticos das mulheres. Uma vez que no séc. XX se verificaram mudanças estruturais, como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho pago, igualdade de oportunidades na educação bem como características das famílias modernas, era esperado que ocorressem também transformações nos valores sociais, atitudes políticas, orientações ideológicas e preferências partidárias, bem como diferentes padrões de participação política, lealdade partidária e prioridades políticas no que diz respeito por exemplo ao child care, apoio institucional à família, transportes públicos,

tecnologia, reprodução, welfare, educação e defesa. O que levou a um grande contraste de experiências e representações sociais e culturais de uma geração para a outra. Pelo que há que realçar que a inclinação à esquerda por parte das mulheres é encontrada na geração jovem com maiores níveis de escolaridade e trabalhadoras, sendo que se trata de um grupo em expansão e os valores fortemente conservadores se evidenciam na geração mais velha, religiosa e de classe média (Inglehart e Norris, 2003).

No que diz respeito às diferenças de género na liderança, o género influencia efectivamente a performance de um líder, visto que, tanto aliados como adversários, percebem-no e adaptam o seu comportamento em conformidade. Isto porque, numa visão de senso comum, acredita-se que há diferenças entre homens e mulheres em certas dimensões da liderança (Genovese e Thompson, 1993). Alguns estudos apontados por Bass (1990), como por exemplo o de Deaux, datado de 1976, o de Eskilson e Wiley igualmente de 1976, o de Vinacke de 1969 e, por fim, o de Heinen, McGlauchin, Legeros e Freeman de 1975, apontam para que as mulheres se direccionem mais para as relações interpessoais do que os homens. Outras pesquisas, tais como a de Astin e Leland (in Genovese, 1993), revelam também uma liderança masculina mais dura, com maior pressão na hierarquia, dominação e ordem, enquanto que as mulheres baseiam a sua liderança num estilo mais suave de cooperação, influência e capacitação. Diferentes situações requerem diferentes lideranças e o líder reconhece o que determinada situação exige e adapta a sua gestão no sentido de uma melhor oportunidade de sucesso (Genovese e Thompson, 1993).

Num inquérito realizado em 2000, com uma amostra representativa da distribuição do eleitorado português por sexo, idade, região e posicionamento político, mas com um nível social superior à média da população, dado ser necessário para o estudo não só o interesse pela política, como também conhecimento da mesma, concluiu-se que, apesar das características desejadas para um político, independentemente do seu sexo, serem as mesmas em termos ideais: honestidade, competência, determinação e convicção, sensibilidade, inteligência, criatividade/inação, atribui-se às mulheres determinadas características diferentes em relação aos homens. Nomeadamente: maior sensibilidade e atenção para com pormenores sociais, boa moderação de conflitos, determinação na conquista de seus objectivos, menor vulnerabilidade à corrupção e a pressões, e menor preocupação com protagonismos, o que as torna preferencialmente vocacionadas para as áreas da saúde, cultura, segurança social, educação e ambiente; e menos voltadas para economia/finanças, justiça, administração interna ou defesa. Isto porque estas últimas são dimensões estratégicas na decisão do país pelo que são cargos em que os homens não querem abdicar do seu lugar

(opinião das mulheres), em que as mulheres entraram mais tardiamente logo têm menos experiência e menos credibilidade também, e onde a racionalidade e frieza masculina se consideram de grande relevo (Espada, 2002).

A estas diferenças na forma de liderança juntam-se concomitantemente diferenças nos modos de activismo político. Isto porque as mulheres têm participado menos que os homens nas formas convencionais de expressão política, organização e mobilização. Os níveis sociais de activismo político são influenciados pelo processo de modernização, incluindo os níveis de capital humano, como a literacia e educação. Embora esteja também dependente dos contextos institucionais e sistemas políticos, como a existência de direitos democráticos e liberdades civis, a estrutura e organização dos partidos políticos de massas e as oportunidades para a expressão política, organização e mobilização no seio da sociedade. O aumento da educação feminina e da participação no mercado de trabalho deve influenciar o activismo político, uma vez que a educação eleva as capacidades cognitivas, a confiança e o conhecimento prático que ajuda o indivíduo a construir uma sensibilidade política, enquanto que o trabalho pago dá acesso a redes sociais e organizacionais no exterior de casa (Inglehart e Norris, 2003).

O activismo político é um fenómeno multidimensional, com modos alternativos, com custos e benefícios distintos. A participação de voto exemplifica uma forma tradicional de activismo político, a mais simples e comum forma de expressão política. Para além de ser de baixo custo, é igualmente de baixo incentivo. Ao analisar uma base de dados de participação política nos EUA na década de 90 denota-se um menor envolvimento por parte das mulheres em outras formas de activismo, como contribuições em campanhas eleitorais e afiliação em organizações políticas. Afiliação partidária também pode ser considerada uma forma tradicional de activismo político, já que é um dos mecanismos centrais que liga o cidadão ao Estado, sendo que é mais comum a afiliação masculina. Mas não se trata de algo linear, visto que depende fortemente também do tipo de organização e ideologia partidárias, tendo os partidos ecologistas e de esquerda maior número de mulheres nos seus membros (Inglehart e Norris, 2003).

As explicações estruturais para as diferenças de género no activismo político concentram-se, num plano social, nas diferenças substanciais de participação entre ricos e pobres, novos e velhos, escolarizados e desistentes. A um nível individual, focam-se nos recursos que facilitam a acção política, como o tempo, dinheiro, capacidades e conhecimentos. Como estes factores estão distribuídos diferenciadamente nas sociedades, ajudam a explicar as distinções entres géneros, etnia, idade e classe social. As explicações

culturais defendem que, para além das capacidades e recursos individuais, o envolvimento político requer igualmente motivação e interesse. Dando origem a atitudes afectivas (voto como sentido de dever) ou instrumental (voto por antecipação dos benefícios com a sua actividade). As explicações de agência argumentam que as redes sociais e as normas grupais que derivam da filiação em grupos e associações ajudam a criar indivíduos envolvidos na vida política, encorajando um maior activismo. Sendo a participação em sindicatos e partidos já uma forma de activismo político, esta actua igualmente como impulsionador de outras formas de participação como discussão política e trabalho de campanha. Assim sendo, as mulheres podem envolver-se menos nas políticas eleitorais de campanha e protesto porque estão mais isoladas destas redes associativas e sociais (Inglehart e Norris, 2003).

Só com uma participação mais equilibrada entre homens e mulheres no escasso número de cargos de poder e decisão política seriam efectivamente possíveis as transformações referidas. Isto porque com o actual reduzido número de mulheres, a agenda política destas tende a não ser declaradamente voltada para assuntos de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nem o poderia ser, ou arriscar-se-ia a ser considerado radicalmente anti status-quo e poderia ser politicamente arriscado. Desta forma, o movimento das mulheres e o alargamento da democracia tem, nos últimos 40 anos, aberto portas à liderança política por parte das mulheres historicamente fechadas durante séculos, porém a estrutura básica e o legado da dominação masculina continua virtualmente intocável. Nenhuma das mulheres que chegou à liderança atacou a estrutura de poder patriarcal. Teria sido suicídio político. Embora muitas portas se tenham aberto, muitas barreiras continuam a existir, deixando as mulheres permanecer enquanto outsiders e cidadãos de segunda (Genovese, 1993).

2.3.1. Condição feminina na política em Portugal

A condição feminina em Portugal no que se refere à política tem sofrido uma evolução lenta, mais lenta do que no que se refere à economia, sociedade ou cultura, e com avanços e retrocessos. A primeira vez que se debateu a ideia de se conceder o direito de voto às mulheres em Portugal foi em 1822, iniciativa de Borges de Barros, numa sessão das Cortes Gerais. E só depois do 25 de Abril de 1974, com a Constituição de 1976 que consagra iguais direitos aos homens e mulheres, é que fica estabelecido e legislado que são eleitores da república portuguesa todos os cidadãos portugueses, de ambos os sexos, maiores de 18 anos. Também com o 25 de Abril, deu-se um rápido desenvolvimento do país, aos mais variados

níveis, como sejam o social e o económico, como já foi referido. O que permitiu que Portugal se aproximasse dos restantes países da Europa, embora ainda com algumas desigualdades no processo de modernização, como aliás acontece com outros países do Sul do continente europeu. O que se reflecte com maior visibilidade quando está em questão a igualdade de facto nas oportunidades e condições de vida entre homens e mulheres (Baum e Espírito-Santo, 2004; Perista e Silva, 2005; Souza, 2006).

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho não se tem equilibrado por uma participação mais activa dos homens no foro privado da família e do trabalho não pago. O que origina uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades para as mulheres. No entanto, os homens também sofrem repercussões da conjuntura referida, uma vez que vêm a sua jornada de trabalho prolongada e uma participação ainda reduzida quer na educação e criação dos filhos quer no envolvimento familiar (Perista e Silva, 2005).

Esta evolução da condição feminina reflecte a grande relação que existe entre o grau de desenvolvimento socio-económico de determinado país e a sua participação de mulheres na política. Alguns estudiosos consideram existir duas fases neste modelo causal. Uma primeira, na fase da industrialização, em que as mulheres se inserem no mercado de trabalho enquanto força de trabalho remunerada, provocando reduções nas taxas de fertilidade. Simultaneamente adquirem maiores recursos educacionais e cívicos, com o direito ao voto, que lhes confere poder decisional, embora ainda em menor grau que os homens. Uma segunda, na fase pós-industrial, em que se revelam atitudes mais igualitárias no que se refere ao género, que acaba por se tornar causa e efeito da ascensão das mulheres a estatutos sociais e económicos mais elevados e a um maior poder de influência e decisão política. (Inglehart e Norris, 2003; Baum e Espírito-Santo, 2004). Em Portugal, a evolução no sentido de uma maior igualdade de género na política tem sido lenta, não correspondendo às conquistas socio-económicas que as mulheres têm conseguido (Baum e Espírito-Santo, 2004).

Desde 1976 a 2003, ainda que irregular, houve um aumento da taxa de feminização dos governos, mas não se reflectiu em nenhuma mudança significativa na relação entre as mulheres e a política. Mesmo nas poucas nomeações para integrarem o governo, as mulheres tendem a ocupar as posições secundárias e não as principais. A taxa de feminização dos secretários de Estado sempre foi superior à de ministros (Viegas e Faria, 2001; Baum e Espírito-Santo, 2004). A título de exemplo, no Governo, em 1987, apenas 5.8% dos seus elementos eram mulheres, enquanto que em 2003 já eram 25% (Baum e Espírito-Santo, 2004).

No que se refere à Assembleia da República, a percentagem de mulheres candidatas é superior à daquelas que conseguem efectivamente ser eleitas. Logo, a disponibilidade dos partidos em introduzir as mulheres nas suas listas de candidatura não se estende ao processo de ordenação dessas listas, relegando-as para lugares não elegíveis. A tendência crescente que se tem vindo a verificar quer nas candidaturas quer nas eleições iniciou-se em 1987. No entanto, também aqui é preciso ter em conta as variações dependentes da dimensão dos círculos eleitorais. Quanto maior o círculo, maior a probabilidade de se encontrarem mulheres como candidatas. Isto porque os círculos menores, com menos lugares elegíveis, acabam por ter uma maior concorrência entre os possíveis candidatos, para além de uma visão mais tradicionalista da mulher e respectivo papel social (Viegas e Faria, 2001). Em 1976, as mulheres nem constituíam 5% do Parlamento Nacional, enquanto que em 2002 já eram 20% (Baum e Espírito-Santo, 2004). O caso do parlamento europeu não é muito diferente do da Assembleia da República, a proporção tem vindo a aumentar. Em 1987 eram 14%, em 1994 18% (Viegas e Faria, 2001).

O índice de reeleição é superior nos homens do que nas mulheres, mas também é previsível o aumento do índice de reeleição nas mulheres quando a sua participação for mais significativa. A Coligação Democrática Unitária (CDU) caracteriza-se por um maior investimento na participação das mulheres nos órgãos de poder, em oposição ao Partido Popular (PP), com o menor. Entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Social-Democrata (PSD), é o PS quem mais aposta nas mulheres, o que se tornou mais visível nas eleições a partir da V legislatura, em 1987 (Viegas e Faria, 2001). No que diz respeito aos incentivos à participação política feminina, os partidos de direita, por norma, favorecem a divisão tradicional de papéis sexuais, estando as mulheres vocacionadas para a casa e a família. Debruçam-se sobre a igualdade de oportunidades, mas mais do que acções afirmativas visando o fim dos problemas de discriminação sexual no mercado de trabalho, defendem uma intervenção insignificante por parte do Estado no que toca às políticas de protecção social e um forte papel a desempenhar pelos serviços de defesa e segurança. Em comparação, os partidos de esquerda comprometem-se a manter um welfare state compreensivo e uma forte rede social de apoio para serviços públicos, tais como: saúde, pensões, educação, transportes e child care, complementado com intervenção no campo político (Viegas e Faria, 2001; Inglehart e Norris, 2003).

A percentagem de mulheres eleitas, tanto para a Assembleia de República como para o Parlamento Europeu, independentemente do partido político, é muito baixa, tal como acontece na Europa do Sul. Isto porque os partidos políticos ainda se encontram estruturados

internamente de forma mais discriminatória a nível de género, o que tem como consequência a dificuldade das mulheres fazerem carreira política no seio dos partidos políticos (Viegas e Faria, 1999; Viegas e Faria, 2001). Deste modo, 92% da representatividade ao nível das direcções nacionais dos partidos é constituída por homens e mesmo no que se refere à militância partidária, 75% dos militantes são homens (Aliança para a Democracia Paritária, 2003).

A participação política das mulheres ainda se vê perante maiores dificuldades quando se desce do nível nacional para o local e regional, em que apenas 5% dos Presidentes de Câmara do país, em 2002, eram mulheres (Baum e Espírito-Santo, 2004). O que só evidencia a importância dos elementos sociais e culturais. Apesar do sistema eleitoral proporcional se revelar favorável a uma maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, os factores sociais e culturais revelam sobrepor-se aos condicionantes puramente políticos ou legais (Viegas e Faria, 2001; Baum e Espírito-Santo, 2004).

A nível local e regional, há que considerar então que a participação das mulheres não é homogénea em todo o país, tem variações geográficas, que reflectem não só o grau de desenvolvimento económico de cada região, mas também o domínio de certos valores e costumes (Viegas e Faria, 2001). São os distritos do sul do país que apresentam melhores prestações das mulheres nas candidaturas a cabeça de lista e depois nas eleições, destacando-se Lisboa, Setúbal e Faro. Em contraposição com os distritos do norte e interior do país, com maior ligação às divisões tradicionais de tarefas, papéis e poderes, que têm maiores dificuldades nesse sector, como Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu (Espada, 2002; Organização das Mulheres Comunistas, 2003). Para além do factor geográfico, existe também o factor partidário. A CDU é o partido onde existe uma maior taxa de feminização, contrastando com o CDS-PP com a menos expressiva (Organização das Mulheres Comunistas, 2003).

Ao contrário da representação social de senso comum em que as mulheres têm maior capacidade para pensamentos concretos do que abstractos, encontram-se mais mulheres na Assembleia da República do que no poder local, onde existe uma maior proximidade entre o eleito e os eleitores. Tal como se verifica igualmente maior presença nos órgãos deliberativos (Assembleias Municipais e de Freguesia) do que em órgãos executivos (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) (Organização das Mulheres Comunistas, 2003). Assim, em 1976, apenas quatro distritos eram presididos por mulheres; em 1979 dois; em 1989 nenhum; em 1993 quatro novamente; em 1997 nove e em 2001 doze (idem). Actualmente, existem 19 mulheres a liderar autarquias no total de 308 municípios nacionais.

Segundo Genovese (1993), geralmente, as mulheres conseguem aceder ao poder numa conjuntura de transformação cultural, social e política e ‘herdaram’ o poder através da família: pai ou marido. Muitas delas tiveram pequenas experiências independentes na política por elas próprias que se revelaram preciosas, mas raras são as mulheres que conseguem chegar à liderança política sem qualquer ajuda ou apoio de relações familiares poderosas. O caminho para a liderança política também depende do estado de desenvolvimento do país, uma vez que as mulheres estão mais dependentes da posição de poder e estatuto do marido ou família nos países menos desenvolvidos. Deste modo, tendem a provir de famílias onde há mais expectativas, mas também mais oportunidades de desenvolvimento pessoal, onde principalmente a figura masculina encoraja ou empurra a filha para ultrapassar as limitações do papel tradicional e estereotipado, incentivando tanto a participação política quanto a associativa (Genovese, 1993). Esse apoio e incentivo familiar fazem parte de uma socialização política que tendencialmente encaminham as mulheres para os mesmos posicionamentos ideológicos e políticos dos pais. Contudo, nem sempre essas bases sustentadas de apoio e incentivo no sentido de um maior envolvimento e participação na vida política se cingem à família mais próxima. Por vezes, decorrem de toda uma socialização política fora do círculo doméstico, ou seja, fruto de contextos académicos, profissionais e associativos ligados ao activismo cívico (Viegas, Faria e Nogueira, 2002).

Consequentemente, a inserção das mulheres no mercado de trabalho parece um factor essencial à participação política, aliado a um nível socio-económico superior à média dos eleitos. Isto porque, deste modo, aumenta a visibilidade social das mulheres e corresponde à maior exigência educacional e académica que recai sobre elas. Para além disso, com actividade profissional, e em escalões especializados, as mulheres ganham também consciência da sua situação de igualdade de capacidades e potencialidades enquanto ser humano em relação aos homens, predispondo-se mais à participação política e à ocupação de cargos públicos (Genovese, 1993; Organização das mulheres comunistas, 2003).

Mas esse nível socio-económico superior influenciará também (devido aos níveis remuneratórios) a própria relação entre trabalho e família, tendo estas mulheres maiores possibilidades de suporte nas tarefas familiares. Isto porque, apesar da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, as representações sociais relativas às tarefas familiares próprias das mulheres permanecem um pouco inalteradas, logo, mulheres com níveis socio-económicos inferiores, sem capacidade para pagar apoio externo no desempenho dessas funções, dificilmente terão tempo para actividades sociais e políticas (Organização das mulheres comunistas, 2003).

Estas características ou condicionantes sociais e culturais das mulheres dão forma também ao modo como moldam a sua participação política. Como por exemplo acontece no poder local, em que os pelouros de que tomam posse acabam por reflectir e ser um prolongamento das actividades consideradas socialmente femininas, tornando público o que anteriormente era desempenhado apenas em espaço privado, no seio familiar (Organização das mulheres comunistas, 2003). Para além de que tendencialmente também são nestas áreas de actividade como a educação, cultura e solidariedade social que as mulheres, através de formação académica ou experiência profissional, detêm e reconhecem-lhes maiores competências (Viegas, Faria e Nogueira, 2002).

Apesar de toda uma série de legislação aprovada a nível nacional e internacional, as mulheres continuam com um papel diminuto e pouco visível na vida política (Aliança para a Democracia Paritária, 2003; Perista e Silva, 2005). Pelo que terminar-se-á este sub-capítulo com o seguinte excerto: *‘É próprio dos dominantes estar em condições de fazer reconhecer a sua maneira particular de ser como universal. A definição de excelência está, em tudo, carregada de implicações masculinas que têm a particularidade de não aparecer como tais. A definição de um cargo, sobretudo de chefia, inclui toda a espécie de capacidades e atitudes sexualmente conotadas: se tantos lugares são tão difíceis de ocupar por mulheres, é que foram talhados por medida para homens cuja virilidade se construiu por oposição às mulheres de hoje. Para conseguir manter uma posição, a mulher deve ter não só o que é explicitamente exigido pela descrição do lugar, mas também um conjunto de propriedades que os seus ocupantes masculinos lhe trouxeram: uma estatura física, uma voz, ou disposições como a agressividade, a segurança, a ‘distância’, a autoridade dita natural, etc, para que os homens se prepararam e treinaram como homens’* (Bourdieu, Pierre (1998), *La domination masculine*, Paris, Seuil, p. 68 in Barbosa, 1998: 13).

2.4. Poder

2.4.1. Problematização teórica

A política reúne em si, num universo limitado e escasso de lugares e oportunidades, um conjunto de conflitos e relações de indivíduos com interesses e raciocínios múltiplos e, por vezes, divergentes. Conflitos e relações que são mediados pelo poder. Tal como é sublinhado por Giddens (1997) na seguinte afirmação *‘All political life, in one sense or another, is about power: who holds it, how they achieve it and what they do with it’* (Giddens,

1997: 338). O poder sempre foi um conceito que esteve envolto numa aura ideológica, relacionado a uma acção individual impregnada de um comportamento político negativo, movido por interesses pessoais, mobilizador de conflito e avesso a regulamentos, autoridades formais, normas ou regras (Ferreira, 2001).

Contudo, a partir da década de 70 do século XX, as estruturas sociais começaram a ser alvo de investigações empíricas que defenderam que o poder faz parte integrante de todo e qualquer comportamento humano. Logo tem um peso determinante no delineamento de finalidades e estratégias dessas estruturas, bem como dos grupos sociais e indivíduos que nela interagem, interior ou exteriormente, que, com os seus recursos e fontes de poder, negoceiam entre si. Assim, o poder começou a ser encarado, não mais como fonte de conflitos, mas como um pilar essencial na instrumentalidade e no funcionamento de qualquer estrutura.

Para Mintzberg (in Ferreira, 2001), o poder está presente em todo e qualquer comportamento humano. Pode manifestar-se de forma individual ou colectiva, e ter reflexos, mais ou menos relevantes, na hierarquia funcional de uma estrutura, na tomada de decisões, na execução de funções e no exercício de autoridade, quer seja formal quer seja informal. Para além de que o poder pode revestir-se de um cariz organizado de pressão no interior ou exterior da estrutura, podendo dar origem ao conflito e/ou à negociação.

O presidente, segundo Mintzberg, é o indivíduo com mais poder dentro da estrutura. O que se deve ao lugar que ocupa na hierarquia formal da mesma, sendo o detentor máximo de autoridade na liderança, na tomada de decisões e no controlo e coordenação de estratégias de funcionamento. É a personificação do poder formal sobre toda e qualquer actividade da organização/estrutura, tendo legitimidade adquirida para tal, que se expressa na decisão sobre recompensas e sanções a atribuir. Cabe-lhe também a ele mediar e arbitrar as influências externas e internas, e os conflitos de interesses que daí possam advir. Porém, para além da autoridade e do poder legitimado pela posição que atingiu na hierarquia formal da estrutura, dependendo das suas características pessoais, pode ainda influenciar na difusão da ideologia, nas políticas de negociação e no processo de liderança.

Em função das estratégias e objectivos da estrutura, e das relações estabelecidas entre os indivíduos ou grupos no exercício do poder interno e externo, define-se a configuração de poder. A arena política é caracterizada por uma coligação externa dividida e uma coligação interna politizada, sendo trespassada pelo conflito a nível interno e externo, agravado pelo facto de geralmente o poder não ser centralizado nem concentrado. A estrutura vê-se, de facto, perante conflitos impostos pelos grupos externos que a procuram influenciar e pelas

contendas internas derivadas dos diferentes interesses defendidos por cada um dos indivíduos ou grupos (Ferreira, 2001).

Michel Crozier e Ehrard Friedberg (1977; in Ferreira, 2001), por sua vez, desenvolveram uma análise estratégica do poder, segundo a qual existe um conjunto de pressupostos a ter em consideração. Primeiro, todos os indivíduos, dentro de uma estrutura, têm os seus interesses próprios que pretendem ver concretizados independentemente dos obstáculos e limitações estruturais que possam ter, dada a sua posição hierárquica. Deste modo, os indivíduos não devem ser percebidos enquanto sujeitos passivos sem qualquer tipo de criação no processo estímulo-resposta. Segundo, todos os indivíduos têm uma estratégia de acção racional, mas não de uma total e absoluta racionalidade. Esta inscreve-se dentro das limitações contingenciais em que se encontra o indivíduo e dentro da sua margem de liberdade presente em toda a acção humana. Terceiro, apesar de existir dentro de cada estrutura um conjunto de regras formais que devem ser seguidas, todos os indivíduos preservam uma zona de incerteza nas suas acções individuais e colectivas, dando-lhes uma margem de liberdade relativa. Quarto, em consequência dessa liberdade relativa dos indivíduos, a estrutura tem uma necessidade de persuadi-los a agirem em função dos objectivos e estratégias estruturais, podendo os indivíduos aceitar ou recusar. O que realça desde logo a importância da negociação sistemática entre os actores e a organização. Quinto, o poder não se circunscreve à hierarquia formal, está também presente em todo o processo de influência no comportamento individual ou colectivo. Este tipo de poder não reside assim numa legitimidade formal conferida pela posição hierárquica, mas das capacidades pessoais de interacção do seu detentor. Por fim, esse mesmo poder que advém das características pessoais de cada indivíduo pode ou não ir ao encontro das estratégias e objectivos da estrutura, bem como da sua hierarquia formal, dando origem a um poder que subsiste através das relações sociais informais, embora continuem sempre a existir as contingências próprias da hierarquia formal estabelecida.

Seguindo esta linha de raciocínio, toda a acção individual e colectiva com vista à obtenção de poder segue uma racionalidade que tem limites no que se refere a uma série de factores, como nomeadamente o acesso à informação, o conhecimento da tecnologia e do ambiente externo. O que dá origem a dois tipos de poder, com bases e dimensões de acção diferentes: o poder de perito e o poder hierárquico-funcional. O primeiro é adquirido a partir das características pessoais do indivíduo, da sua capacidade de interacção, para controlar a zona de incerteza que existe no funcionamento de toda e qualquer estrutura. O segundo deriva do poder formal concedido pela pirâmide hierárquica e pelo cargo de cada um dos indivíduos,

que concede a alguns o poder para controlar os peritos e possivelmente subjugá-los (in Ferreira, 2001).

O poder é, para Crozier e Friedberg (1977), um conceito de cariz altamente relacional, em que existe uma troca entre os indivíduos, muitas vezes mediada pela negociação e adaptação de um indivíduo ao outro. *'Le pouvoir est donc une relation, et non pas un attribut des acteurs. Il ne peut se manifester que par sa mise en oeuvre dans une relation qui met aux prises deux ou plusieurs acteurs dépendants les uns des autres dans l'accomplissement d'un objectif commun qui conditionne leurs objectifs personnels. (...) Car, dans la mesure où toute relation entre deux parties suppose échange et adaptation de l'une à l'autre et réciproquement, le pouvoir est inséparablement lié à la négociation: c'est une relation d'échange, donc de négociation dans laquelle deux personnes au moins sont engagées'* (Crozier e Friedberg, 1977: 56-57). Mas não se trata de uma relação qualquer. É uma relação instrumental, em que cada um dos indivíduos tem os seus objetivos, e os recursos que está disponível a mobilizar de forma a conseguir atingi-los. A relação de poder é assim intransitiva, inseparável dos indivíduos específicos presentes naquela relação particular. É recíproca, derivando do dito processo de negociação e troca, não deixando no entanto de ser desequilibrada, visto que os indivíduos em causa nunca poderão ter recursos e fontes de poder de igual peso e importância, podendo favorecer um deles em detrimento do outro. É importante realçar que nenhum dos dois está totalmente desprovido de poder (Crozier e Friedberg, 1977; in Ferreira, 2001).

Existem, de facto, dois tipos de recursos numa relação de poder. O primeiro consiste num conjunto de características individuais, sociais, económicas e culturais, como sejam, por exemplo, o conhecimento, a competência e o estatuto ou prestígio social detido pelo indivíduo, que, numa relação de poder, pode ver a sua capacidade de influência maximizada, bem como também concretizados os seus objetivos e estratégias. O segundo advém dos constrangimentos estruturais. Neste caso, não é mais na relação que se dá a luta pelo poder, mas sim na autoridade legitimada pelas regras e hierarquias formais, que lhes concede um determinado número de recursos a utilizar.

2.4.2. Liderança

Poder, como foi explicado, constitui a influência de um indivíduo sobre outro. A liderança já consiste na influência de um indivíduo sobre um grupo, diferenciando-se quer da

influência social, em que um colectivo influencia um indivíduo, quer do comportamento político, que deriva da influência de um grupo sobre todo um colectivo (Neves, 2001).

Deste modo, o processo de liderança envolve, por parte do indivíduo, alguma capacidade de influência sobre um grupo de outros indivíduos, tratando-se de algo colectivo e não um tipo de poder exclusivamente individual. O indivíduo líder deve possuir determinadas competências e características pessoais de modo a induzir certos comportamentos, conseguindo com persuasão a obediência às suas estratégias e objectivos. Contudo, apesar das suas características pessoais, e por muito eficazes que sejam, existem sempre constrangimentos externos à estrutura, constrangimentos de contexto económico, social, cultural, político. O que podendo restringir um pouco o campo de acção do líder, há que realçar o facto de que esses mesmos constrangimentos afectam todas as outras organizações também, pelo que as capacidades pessoais, o raciocínio e a capacidade de tomar decisões acertadas voltam a ter grande peso no sucesso da liderança.

A base que sustenta a liderança difere consoante o autor em causa. O primeiro grupo de estudos realizados sobre a liderança defende exactamente como peso preponderante as características pessoais do líder, que o distingue dos não líderes, ou seja, a sua personalidade, inteligência, valores e objectivos próprios. Sendo que se focam principalmente na formação intelectual e profissional do indivíduo líder, onde se destaca a eloquência e aptidão verbal. No entanto, dentro dessas capacidades pessoais, o que acaba por se revelar de maior importância é a sua competência interpessoal e de relacionamento com o grupo, para além da sua maturidade, criatividade e estabilidade emocional.

Porém, para Likert (in Neves, 2001), a liderança distingue-se com base nos comportamentos levados a cabo pelo indivíduo. Distingue então quatro tipos de liderança que se encontram dispostos num contínuo. Os pólos são uma liderança autoritária e uma democrática ou participativa. A primeira baseia-se numa centralização de toda e qualquer decisão, por não se confiar nos elementos da equipa, muito pouca interacção bem como motivação, comunicação vertical e descendente, e um controlo através da ameaça e punição. A segunda reflecte-se numa liderança em que existe total confiança, originando descentralização decisional, em que os seus colaboradores participam nas decisões relativas a objectivos e estratégias; grande interacção, comunicação em todos os sentidos: vertical e horizontal, ascendente e descendente, e a motivação faz-se através de recompensas e responsabilização. Quanto mais próxima estiver a liderança do estilo participativo e democrático, maior é a satisfação e produtividade da equipa.

Bales e associados (in Neves, 2001), como funcionalistas, defendem duas esferas/funções presentes nos comportamentos dos líderes que são relevantes: a instrumental, em que se pretende a realização e concretização dos objectivos a que a equipa se propõe; e a de manutenção ou expressiva, mais relacionada com as relações sociais entre os elementos do grupo, mantendo-as ou até reforçando-as. O comportamento do líder seria tanto melhor quanto melhor fosse a sua cotação em três factores importantes: a actividade, competência instrumental e simpatia. Se o líder se destacasse na actividade ou competência instrumental, seria um líder tarefa; se fosse melhor na interacção e na simpatia, seria um líder relacionamento.

Seguindo a perspectiva da escola de Ohio (in Neves, 2001), com a dicotomia tarefa-relacionamento (em que a tarefa se caracteriza pelas metas a atingir, pelas funções a desempenhar e prazos a cumprir, e em que o relacionamento consiste em apoiar, comunicar, interagir, ouvir e responder em conformidade), nascem quatro estilos de liderança. O centrado em dirigir, que atribui grande importância à tarefa e pouca ao relacionamento; o vocacionado para persuadir, que dá grande destaque quer à tarefa quer ao relacionamento; o direccionado para participar, mais centrado no relacionamento que na tarefa; e o caracterizado por delegar, com escasso relacionamento e pouca importância à tarefa.

Segundo House (in Neves, 2001), existe uma liderança carismática, vincada por grande sociabilidade, aptidão verbal, motivação para o sucesso, energia e responsabilidade, mobilização para a tarefa e auto-afirmação. Estes traços de personalidade, quando presentes no líder, geram por parte dos liderados elevada empatia, afectividade, predisposição para a obediência, para o máximo esforço das suas competências em prol dos objectivos da equipa, e algum envolvimento emocional para com o líder. Embora com alguma polémica teórica em relação à origem do carisma se basear nas características do líder ou em factores contextuais, existe alguma concordância em torno do grande destaque merecido pela capacidade interaccional e relacional do indivíduo líder. Daí resulta uma percepção própria por parte dos seus colaboradores em relação aos comportamentos e personalidade do líder. Percepção essa que é influenciada tanto pelo líder em questão como pelos factores contingenciais.

3. Objecto teórico-conceitual, hipóteses, dimensões e modelo de análise

O corpo teórico desta investigação estrutura-se em torno de dois conceitos principais: género e poder, neste caso, o político. A pesquisa foi levada a cabo com o propósito de tentar perceber de que forma o género influencia o desempenho do poder e a liderança na política, bem como constatar que interferências o poder político detido por cada um dos entrevistados exerce na sua forma de sentir, perceber e comportar o seu género. Isto para além das condicionantes que esse poder político impõe na sua estrutura familiar. Deste modo, a investigação estrutura-se para dar resposta às seguintes interrogações: será o exercício do poder diferente entre homens e mulheres? Será que as mulheres no mesmo lugar hierárquico, com as mesmas funções e desafios, desempenharão o seu papel de forma diferente dos homens?

No seio organizacional, profissional ou político, qualquer indivíduo é avaliado no seu desempenho por critérios considerados ou atribuídos à masculinidade, mais especificamente à masculinidade hegemónica (Connel, 1993, 1995; Kimmel, 2000), como sejam: competência, inteligência, racionalidade instrumental, com vista a objectivos claros e concretos, que são encarados enquanto predicados de todo e qualquer trabalhador eficiente, independentemente do seu sexo, dando a ilusão de uma neutralidade ideológica (Amâncio 1986, 1994; Connel, 1993, 1995; Kimmel, 2000). Será o poder então uma propriedade quase “natural” e parte integrante da “essência” dos homens que origina, por parte das mulheres detentoras de poder, uma masculinização no sentido de conseguir ganhar respeito e autoridade perante a sua equipa?

Goffman defende que a presença ou ausência de demonstrações de género na conduta dos indivíduos pode originar consideração ou dominação. Ou seja, se uma mulher num cargo de liderança seguir uma conduta tradicionalmente feminina não terá ela maiores dificuldades em fazer-se ouvir e ser respeitada? Mas se, pelo contrário, comportar-se de forma vista como masculina, com uma racionalidade fria, sem qualquer conexão emocional ou sentimental, não será acusada de uma construção de género mal sucedida, como referem Candace West e Don Zimmerman (in Giddens, 2000)?

Connell destaca o facto de nenhum tipo de feminilidade ser tão poderoso como a masculinidade hegemónica, pelo que as mulheres com poder deverão esconder todo o traço característico da sua feminilidade, como sejam sentimentos, afectividades, ou mesmo alguma

evidenciação do seu corpo de mulher (Connell, 1993, 1995). O que reenvia para a questão: terão os homens, então, maior facilidade na liderança, na aceitação de poder e autoridade por parte dos seus subordinados?

A escalada até aos cargos de topo na hierarquia organizacional, profissional e ainda mais política, exige grande dispêndio de tempo, esforço e trabalho, o que origina duas conjunturas diferenciadas. Para as mulheres, e tal como sublinha Goode (1964), com as suas obrigações domésticas e familiares, torna-se mais difícil ter tempo e disposição para prosseguir numa carreira profissional de sucesso. Visto que, como refere Singly (1987), as mulheres são prejudicadas com o matrimónio, porque vêem-se perante uma grande exigência social e cultural de dedicação à família, para além de todo o tempo, trabalho e energia que isso comporta. Pelo que, muitas vezes, as mulheres, se pretendem uma carreira profissional de sucesso, abdicam da maternidade e até mesmo da vida marital, sendo a sua carreira definida por Beck como uma sabotagem à intimidade (Singly, 1987; Beck, 1995).

Situação que se coloca no pólo oposto se se tratar de um homem. Do ponto de vista profissional, estes são beneficiados com o casamento, pois passam a ser encarados enquanto indivíduos com maiores responsabilidades, logo com maior vontade e empenho numa carreira bem sucedida, sem uma necessidade social de presença muito efectiva e afectiva no seio familiar (Singly, 1987). Ao que se alia o que Battagliola (in Torres, 2000a, 2001, 2002b) afirma, isto é, o esforço por parte dos homens de subir na hierarquia profissional acarreta, em maior ou menor grau consoante a classe social, maior trabalho para as mulheres nos cuidados com os filhos e com o lar, o que é reafirmado por Beck e Beck-Gernsheim (1995) como a necessidade de um lar feliz para o sucesso profissional masculino. Levando às próximas interrogações. Serão os homens maioritariamente casados e as mulheres maioritariamente solteiras ou divorciadas? E levará o poder político das mulheres ao conflito matrimonial, já que, para Beck e Beck-Gernsheim (1995), quanto maior a ambição profissional das mulheres, maior o risco de conflito familiar?

Tal como Anderson (1980) declara, a relação que se estabelece entre trabalho e família é bastante afectada pelo ciclo de vida e consequente fase em que o indivíduo se encontra. Isto porque existem fases mais exigentes no plano familiar e outras no plano profissional. Por exemplo, como atesta Sussman e Steinmertz (1987), com o nascimento dos filhos, a divisão das funções torna-se mais tradicional, com o sustento ao cargo dos homens e o afecto e a educação ao cargo das mulheres. Aliás, esta relação é bastante clara na tese de Torres, em que os tipos de centramento da conjugalidade, ou seja, a área da vida em que cada um dos indivíduos investe mais, por exemplo: a conjugal, parental ou profissional, se relaciona

estritamente com o tempo de conjugalidade. Assim, sendo que a conjugalidade tem três fases distintas: fase da instalação, da mudança e transformações e da conformação ou realização pessoal, os tipos de centramento também se adequam às especificidades de cada uma delas (Torres, 2000a, Torres, 2001, Torres, 2002b).

O tempo de instalação é o período de adaptação dos indivíduos, um ao outro, aos seus ritmos, papéis, relação e mudança com a chegada de filhos. Este ciclo pode reflectir-se em alguma conflitualidade, pelo que pode exigir um maior centramento no conjugal e parental. A fase seguinte, em casamentos com período de duração entre os 10 e os 20 anos, intitulada de mudanças e transformações, caracteriza-se por ser o período mais dinamizador da vida conjugal. Isto porque o indivíduo já não se encontra perante constrangimentos tão fortes próprios da parentalidade recente, nem pelos de uma idade já avançada para a progressão na carreira. Deste modo, pode assistir-se a um centramento no profissional. Por último, no tempo da conformação ou da realização pessoal, com conjugalidades superiores a vinte anos, os projectos se não estão já cumpridos, estarão pelo menos avançados, quer no que se refere à relação conjugal e parental como no que diz respeito à profissão. Não se registam mudanças significativas neste período, caracterizado por receber os reflexos dos passos dados nas fases anteriores, os positivos e os negativos (Torres, 2000a, 2001, 2002). O que coloca uma interrogação: conseguirão as mulheres casadas chegar ao poder apenas quando os filhos são já mais autónomos, levando a uma menor sobrecarga de trabalho familiar, ou seja, exactamente no período da mudança e transformações?

Os diferentes ciclos de vida, bem como os papéis sociais, representações e expectativas associadas ao homens e à mulheres influenciam certamente a participação de ambos no poder e, neste caso, na política. Mas como foi referido anteriormente não é só a cultura que tem um papel determinante. Há que realçar os factores estruturais, como o estatuto educacional, ocupacional e socio-económico dos indivíduos, homens e mulheres; e os factores institucionais, como o sistema eleitoral, o recrutamento no interior dos partidos e o nível de democratização da sociedade (Inglehart e Norris, 2003). Deste modo, como forma de ultrapassar barreiras estruturais, não terão as mulheres um nível socio-económico superior à maioria dos homens eleitos, permitindo-lhes também maior visibilidade pública e um maior reconhecimento das suas capacidades (Genovese, 1993; Organização das Mulheres Comunistas, 2003; Baum e Espírito-Santo, 2004; Martins e Teixeira, 2005)? Seguindo a linha de raciocínio das explicações institucionais para o afastamento das mulheres em relação ao poder político, serão as que efectivamente são eleitas defensoras e militantes dos princípios

ideológicos e dos partidos de esquerda, mais progressistas e igualitários no que ao género diz respeito (Inglehart e Norris, 2003)?

Defenderão as mulheres causas exógenas, institucionais, como explicação para a sua reduzida participação na política? Apontarão os homens, pelo contrário, para razões endógenas, intrínsecas às mulheres, de falta de interesse no que diz respeito ao poder político, fruto de barreiras culturais (Espada, 2002)? E se realmente as mulheres apontarem explicações estruturais e institucionais para o seu reduzido peso na vida política, não serão elas conseqüentemente mais defensoras de medidas de discriminação positiva, como forma de minorar essas barreiras?

Com a transposição de barreiras estruturais, institucionais, mas também culturais, voltando às representações de género, valores, papéis e expectativas socialmente construídas de forma diferenciada para homens e mulheres, o indivíduo atinge o poder político. Quando isso sucede, haverá diferenças nas prioridades de cada indivíduo em termos de programas políticos, consoante o género? Tenderão os homens a demonstrar maior interesse e motivação pelas áreas da política 'dura' (justiça, administração interna, economia/finanças, trabalho, negócios estrangeiros, defesa) e as mulheres pelas áreas da política de intervenção social e comunitária (saúde, educação, cultura, igualdade, ambiente, segurança social) (Espada, 2002)?

Será isto reflexo de determinadas características atribuídas às mulheres ou aos homens na liderança, como uma maior sensibilidade e atenção para pormenores sociais para as mulheres (Genovese e Thompson, 1993; Espada, 2002) e uma liderança mais dura, com maior pressão na hierarquia, dominação e ordem para os homens (Genovese, 1993)?

Com vista a tentar compreender esta realidade social da relação que se estabelece entre género e poder político, e dar resposta a este conjunto de interrogações, tomou-se a decisão de centrar a investigação no poder local, nomeadamente nas autarquias. Isto porque apesar da Câmara Municipal, enquanto órgão executivo do poder local, juntamente com a Junta de Freguesia, ser politicamente bastante heterogénea, dada a forma da sua constituição, ou seja, os seus membros serem eleitos segundo uma distribuição proporcional dos mandatos pelos vários partidos políticos, denota-se um evidente presidencialismo. Uma vez que o Presidente de Câmara é um dos notáveis da autarquia, destacando-se no panorama político municipal, constituindo o pólo central para onde munícipes e dirigentes associativos encaminham seus apelos e solicitações, representando política e simbolicamente todo o poder de decisão (Viegas, Faria e Nogueira, 2002). Mesmo no que concerne aos vereadores eleitos, com frequência, os vereadores das forças políticas que não a vencedora nas eleições, ficam

remetidos para uma posição política sem visibilidade pública nem poder executivo. São os vereadores de plena confiança do Presidente de Câmara os que se encontram em regime de permanência, ou seja, os que têm pelouros atribuídos, com dedicação total e exclusiva às funções autárquicas.

Existindo 308 municípios no país e dada a impossibilidade da investigação abranger todos eles, houve a necessidade de limitar a investigação a uma determinada área geográfica, pelo que se optou pela Área Metropolitana de Lisboa. Tanto pela proximidade geográfica, como pela proporção de mulheres a dirigir municípios nesta área, atingindo aproximadamente um terço, valor muito superior à média nacional que ronda os cinco por cento, como ainda pela dimensão e proporção populacional desta Área no país. Deste modo, a Área Metropolitana de Lisboa tem a maior concentração populacional do país, sendo que, de acordo com os dados preliminares do último recenseamento geral da população, em 2001, residiam neste espaço geográfico cerca de 2.684.949 habitantes (aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população portuguesa), isto em 3.390 km² (3,3% do território continental de Portugal)⁵. Desta pessoa colectiva pública de natureza associativa, de âmbito territorial, à data da recolha de informação, faziam parte dezanove municípios: Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja⁶, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira.

Desses dezanove municípios, logo dezanove autarcas, maioritariamente liderados por partidos de esquerda (oito municípios pelo Partido Comunista Português, sete pelo Partido Socialista e apenas quatro pelo Partido Social-Democrata), treze homens (distribuindo-se quase uniformemente por todos estes partidos) e seis mulheres (todas de esquerda, três do Partido Comunista Português e três do Partido Socialista, tendência que já havia sido apontada por Genovese (1993), Viegas e Faria (2001) e pela Organização das Mulheres Comunistas, (2003)), só foi possível, depois de vários contactos durante meses, entrevistar doze Presidentes de Câmara Municipal (cinco do Partido Comunista Português, cinco do Partido Socialista e dois do Partido Social-Democrata), oito homens (quatro do Partido Comunista Português, dois do Partido Socialista e dois do Partido Social-Democrata) e quatro mulheres (uma do Partido Comunista Português e três do Partido Socialista). A dificuldade

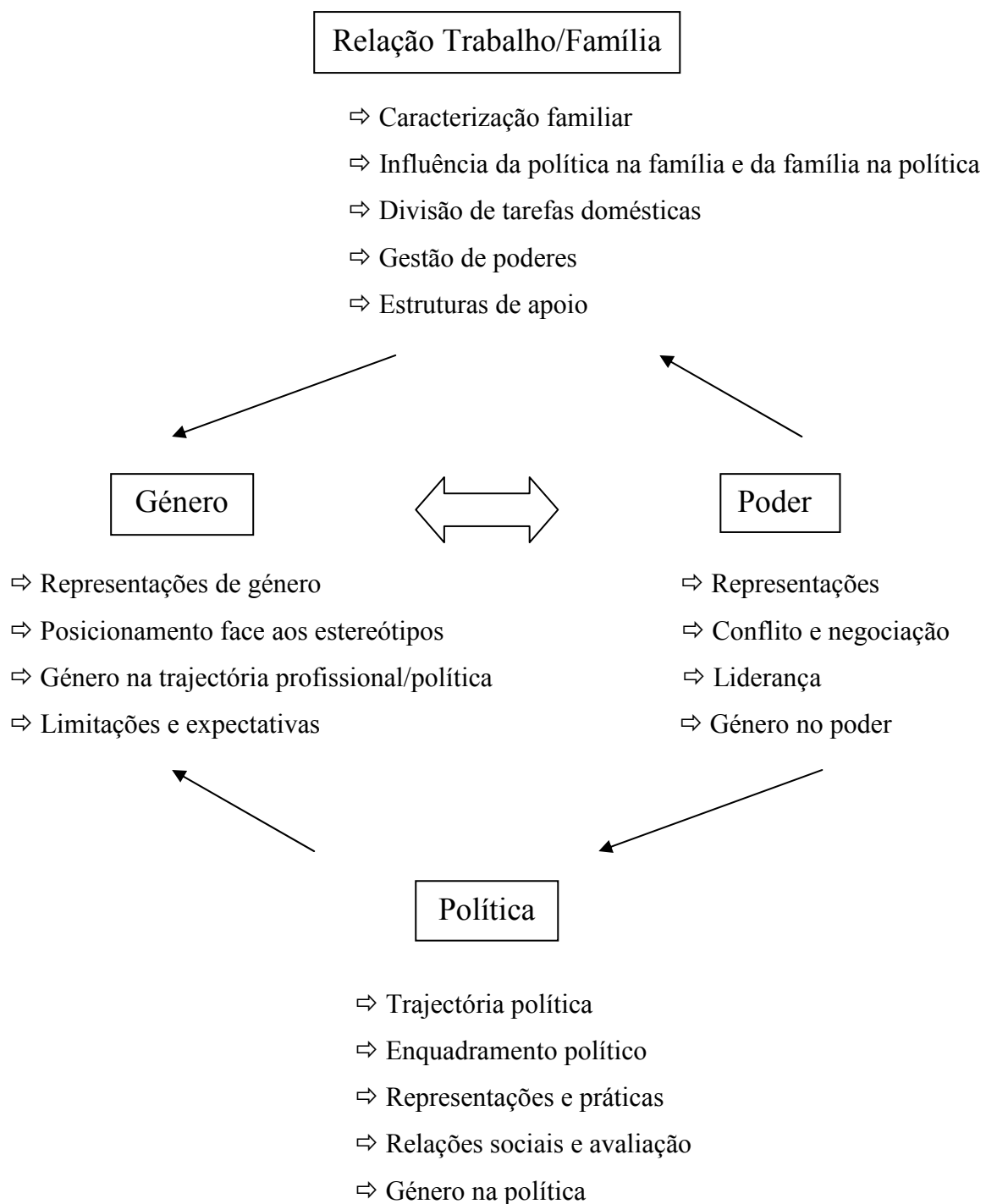
⁵ In Site Oficial da Área Metropolitana de Lisboa <http://www.aml.pt/web/OQueEAML/enquadramentoGeral.php> (consultado a 21 de Abril de 2008)

⁶ Concelho que, apesar de sempre ter pertencido à Área Metropolitana de Lisboa, pouco tempo depois, tomou a decisão estratégica de abandonar para integrar a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo. Por um lado, devido à homogeneidade cultural para com os concelhos constituintes dessa comunidade; por outro, devido à possibilidade de, dessa forma, beneficiar de fundos comunitários até 2013.

em conseguir as entrevistas deveu-se a complicações decorrentes de agendas políticas sobrecarregadas, que deixam pouco tempo disponível para aceder a este tipo de iniciativas.

Nesse sentido, elaborou-se um guião de entrevista (ver anexo) com base num modelo de análise (Figura 1) fundado em quatro pilares fundamentais, os quatro conceitos já salientados: género, relação trabalho/família, política e poder.

Figura 1. Modelo de análise



Pretendendo-se compreender a percepção, sentimento e comportamentos relacionados com o género de cada indivíduo, tentou-se abranger uma série de dimensões de análise, tais como: as representações de género, o posicionamento face aos estereótipos, o género na trajectória política e as limitações e expectativas sentidas pelo indivíduo derivadas do género. Para se tentar perceber a relação estabelecida pelo indivíduo entre o cargo que ocupa e a sua família, procurou-se fazer uma breve caracterização do agregado familiar, captar a influência do cargo político na família e a influência da família no cargo político, a divisão das tarefas domésticas, a gestão de poderes e as estruturas de apoio à família ao dispor do entrevistado. Já para captar a multidimensionalidade do conceito da política, começou-se por abordar a trajectória política do indivíduo, o seu enquadramento político, representações e práticas, relações sociais com a equipa que dirige e respectiva avaliação e o género na política. Por fim, especificando o conceito do poder, procurou-se estudar quatro dimensões de análise: as representações de poder, o conflito e negociação, a liderança e o género no poder.

4. Procedimentos metodológicos

Para a obtenção de informação no decurso da investigação sociológica é fundamental um processo cuidado de reflexão, para que seja possível minimizar a distância social entre o investigador e o investigado, de forma a criar uma postura facilitadora da recolha e análise de experiências, saberes e conhecimentos. O que é possível com um trabalho, aparentemente invisível, de construção, que torne a troca de informações algo natural (Bourdieu, 1993). Dado que se trata de representações, concepções e posicionamentos do indivíduo face ao género e ao poder, a entrevista pareceu ser o método mais adequado, conseguindo-se, desta forma, uma maior intensidade de observação e uma multiplicidade de facetas possíveis a explorar dentro do próprio objecto de estudo. O que tende a originar mais informação e com maior heterogeneidade do que a que é facultada pelo método de análise extensivo com a aplicação de inquéritos por questionário. Facilita uma riqueza de dados e dificulta a fuga por parte do entrevistado em direcção aos estereótipos e ao discurso socialmente dominante (Silva e Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Ghiglione e Matalon, 1996). Contudo, os procedimentos e subterfúgios têm limites, uma vez que nada neutraliza ou suspende por completo os efeitos da distância social marcados na situação de pesquisa (Bourdieu, 1993).

Muitas vezes, o entrevistador vê-se, durante a pesquisa, perante uma realidade muito diferente da sua, da qual é capaz de se distanciar e reflectir a partir do seu lugar de observação. A reflexão, por parte do entrevistador, sobre si e sobre a sua influência no processo de investigação consiste em compreender o que ele é. Ele, enquanto indivíduo, fruto de uma matriz (teórica e prática) de condições sociais de que é o produto, ou seja, resultado da matriz de condições de existência e mecanismos sociais, que exercem efeitos sobre o conjunto de que ele parte para o seu raciocínio. Juntamente ainda com a matriz de condicionamentos psíquicos e sociais indissociáveis associados à sua posição e à sua trajectória singulares no espaço social. Nesse sentido, o entrevistador não é por si só o autor do seu objecto (de estudo), para ele concorrem também, para além de um conjunto de saberes, uma série de momentos privilegiados e em mudança (Bourdieu, 1993).

O momento da recolha de informações, neste caso, a entrevista, é um momento essencial e irrepetível da investigação. Esta situação envolve necessariamente dois indivíduos: o entrevistado e o entrevistador. Cada um deles com características e variáveis que influenciam o seu discurso (Silva e Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Delgado e Gutiérrez, 1995; Ghiglione e Matalon, 1996). No caso do entrevistado, há que considerar o seu capital

verbal, a sua eloquência e capacidade de compreensão do tema em investigação e das questões que lhe são colocadas; os factores conjunturais, tudo o que pertinentemente se encontra relacionado com o objecto de estudo aos mais variados níveis: social, cultural, económico, religioso; os factores mnemónicos, que se refere à memória do entrevistado relativamente a acontecimentos relevantes; cognições e afectos, isto é conhecimentos conceptuais e percepções em relação ao assunto; e, por fim, factores motivacionais, a sua motivação e vontade em responder às perguntas, para o que é necessário preservar a auto-estima do entrevistado (idem). Paralelamente, o entrevistador também tem variáveis que o condicionam ou favorecem perante o entrevistado, tais como: as suas características físicas, sexo, idade; o seu quadro de referência, o resultado da sua educação, das suas experiências, percepções e valores; a sua competência técnica, conhecimento especializado relativamente ao que pretende estudar; e o seu papel e estatuto (Silva e Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Delgado e Gutiérrez, 1995; Ghiglione e Matalon, 1996).

Foi com a consciência de que o sexo do entrevistador influencia as respostas dos entrevistados que se tomou a decisão de ser a mesma pessoa a realizar todas as entrevistas, independentemente do sexo dos entrevistados. O que exigiu um maior cuidado na análise das entrevistas, visto que existe a tendência para as mulheres, junto de investigadores do sexo masculino, negarem mais as situações de desigualdade, bem como os homens também tendem a esbater mais as situações de desigualdade perante um investigador do sexo feminino. Por outro lado, os homens realçam mais as consequências e problemas da igualdade perante mulheres que homens, e as mulheres incrementam a participação política feminina junto dos homens (Espada, 2002).

Na entrevista, existe uma conversação mediada e dirigida pelo entrevistador, com a intenção de produzir um discurso contínuo e orientado por uma linha de raciocínio impressa em função do seu objecto de estudo. Evita-se uma conversação fragmentada, encerrada dentro de limites rigidamente predefinidos, tal como sucede nos métodos de investigação quantitativos. Foca-se em reconstruir, por parte do entrevistado, acontecimentos passados, trajectórias de vida, com a análise retrospectiva da acção, bem como estudos sobre representações sociais personalizadas e individuais (Silva e Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Delgado e Gutiérrez, 1995; Ghiglione e Matalon, 1996).

A entrevista consiste numa relação estabelecida entre os dois interlocutores em que se procede a uma construção comunicativa irrepitível, influenciada e determinada pela interacção entre ambos. A cada momento, o indivíduo reconstrói e co-constrói o seu discurso, na presença e com a participação do outro. Trata-se, deste modo, de um sistema aberto que se

retroalimenta. Cada entrevistador tem a sua forma única de agir, dado o seu contexto temporal, espacial e social, mas também a sua sensibilidade, a sua cultura e conhecimento do tema abordado. Com efeito, utiliza o seu próprio eu, a sua percepção da realidade, como utensílio fundamental. Pelo que este deve tomar em consideração que não é um observador neutro e que a sua forma de ver o real não é mais verdadeira que a do entrevistado (Silva e Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Bourdieu, 1993; Delgado e Gutiérrez, 1995). Assim, quando observa algo, o investigador deve tentar afastar-se dos seus conhecimentos e pré-conceitos, mas com a consciência de que é impossível estudar a realidade como se ela lhe fosse exterior e não contaminada pelas suas próprias representações e percepções (Silva e Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Delgado e Gutiérrez, 1995). Desta forma, e tal como defende o construtivismo, a realidade é construída por cada um dos indivíduos em interacção com os outros.

Assim sendo, a entrevista consiste num jogo de linguagem, em que cada um dos intervenientes desenvolve um determinado grupo de estratégias de discurso, de movimentos e de trocas, para além do uso de recursos, codificados e interpretados em função do lugar que cada um ocupa na relação, abrindo espaço para um jogo de poderes. Para além da linguagem e dos poderes, nesta relação, jogam-se também saberes. Quer se tratem de saberes implícitos, como códigos linguísticos, normas sociais e culturais, quer se tratem de saberes explícitos, relacionados com o tema em investigação (Silva e Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Delgado e Gutiérrez, 1995).

O entrevistado, ao falar da sua trajectória e consequentes representações, reflecte sobre acontecimentos que experienciou, sentiu e absorveu, dando origem não só ao relato cronológico da sua trajectória mas também à sua interpretação, com maior ou menor grau de deformação, transformação. Na verdade, imprime à recolha de informação grande subjectividade, com a presença de impressões, sensações, preconceitos, reflexões e racionalizações. Assim, é importante considerar que não se obtém a realidade objectiva, mas sim uma afectividade subjectiva (Almeida, 1986; Delgado e Gutiérrez, 1995). O que adquire um cariz de confiança ou mesmo confissão, para o que é necessária uma empatia entre ambos os intervenientes. No início de qualquer entrevista, e tendo em conta que cada um dos interlocutores é desconhecido pelo outro, existe alguma dose de angústia e desconforto. Estes sentimentos de incómodo deverão ser minimizados com o uso de um ritual em que se procede ao controlo dos afectos e das emoções, através de gestos, expressões e palavras de forma a erradicar o mais possível a desconfiança. Ao estabelecer-se um ambiente de espontaneidade,

naturalidade e neutralidade, constrói-se uma empatia controlada, onde as confidências surgem mais facilmente (Silva e Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Delgado e Gutiérrez, 1995).

A troca de palavras numa entrevista, embora aparentemente espontânea, é, tal como explicado, alvo de um estudo quer por parte do entrevistado quer por parte do entrevistador, que tem conscientemente de orientar o discurso em direcção à investigação que pretende desenvolver. Pelo que a riqueza de resultados obtida com a entrevista depende muito da experiência e capacidades do entrevistador em explorar as potencialidades dos seus interlocutores (idem). Deste modo, visando obter o máximo de informação que permita compreender toda a complexidade e riqueza do testemunho dos entrevistados, procede-se a um guião com um conjunto de perguntas-guia, como marcos essenciais a abordar. Desta forma, leva-se a cabo entrevistas, em que está presente um conjunto de questões já predeterminado, mas sem uma ordem rigidamente definida *a priori*. Permite-se deixar os entrevistados falar abertamente sobre o que lhes é perguntado, respeitando os seus silêncios e dando-lhes tempo para reflectirem e organizarem a sua linha de raciocínio. Efectivamente, parece mais pertinente estabelecer uma entrevista disfarçada de conversa informal, o que é melhor conseguida através de entrevistas semidirectivas. Nestas, consegue-se aliar uma aparência descontraída e casual, sem contudo perder o domínio sobre o que se passa e sobre a informação recebida (Silva e Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Delgado e Gutiérrez, 1995; Ghiglione e Matalon, 1996).

5. Análise de entrevistas

Os entrevistados, oito homens e quatro mulheres, têm idades compreendidas entre os 35 e os 62 anos, sendo que tanto a idade mínima como a máxima pertencem a homens. A maioria dos indivíduos são casados, existindo, no entanto, um homem solteiro de 35 anos com namorada, uma mulher solteira de 56 anos, um homem divorciado de 56 anos vivendo actualmente em união de facto, uma mulher viúva de 41 anos também em união de facto e um homem viúvo de 56 anos.

A larga maioria são licenciados, em variadas áreas, sendo que a mais frequente é a do Direito, existindo também: Organização e Gestão de Empresas, Economia, Arquitectura, Sociologia e Engenharia. Apenas dois entrevistados, um homem e uma mulher não são licenciados, tendo o homem, de 56 anos, frequência do Instituto Comercial de Lisboa e a mulher, de 59 anos, o curso geral do comércio e de aptidão profissional, o 6º ano do Instituto Francês, o 8º ano do Instituto Britânico e diversos cursos de área profissional de Gestão. De realçar também que o único entrevistado com um nível de habilitações superior à licenciatura é uma mulher, a mais jovem, com 40 anos, que tem uma Pós-graduação em Estudos Europeus e um Curso de Especialização em Direito de Asilo. Sendo que outra mulher, de 41 anos, também revelou ter ingressado num mestrado, entretanto interrompido.

5.1. Política

5.1.1. Trajectória e enquadramentos políticos

A maioria dos entrevistados encontra-se a exercer o seu primeiro (três homens e uma mulher) ou segundo mandatos (cinco homens e uma mulher), existindo apenas duas mulheres, de 59 e 56 anos, do PS (Partido Socialista), a exercer o terceiro mandato. O que evidencia a efectiva capacidade, por parte das mulheres, de serem reeleitas depois de, pelo menos, um mandato no exercício das suas funções. Capacidade, por vezes, questionada.

Todos os entrevistados conciliaram, desde muito cedo, a sua trajectória profissional com uma participação política ou associativa. Os homens, quando eleitos para a Presidência de uma Câmara Municipal, trazem consigo uma trajectória profissional já consolidada. A larga maioria deles chegou ao topo das suas carreiras profissionais, como directores ou técnicos superiores de empresas privadas ou organismos públicos, e, no que à trajectória política diz respeito, para nenhum deles este foi o primeiro cargo político exercido, tendo

currículos mais ou menos vastos em cargos partidários e políticos a nível local e regional, com excepção de um entrevistado, de 62 anos, do PSD, com experiência parlamentar, a nível nacional e europeu, e ministerial. As mulheres encontravam-se também com carreiras já consolidadas, apesar de não fazerem menção ao topo de carreira. Tal como para os homens, para as mulheres, este também não foi o primeiro cargo político exercido, sendo notório inclusive nas mulheres um currículo político mais abrangente, uma vez que os cargos políticos e partidários não se restringiram tanto ao poder local e regional. O que reenvia para a necessidade das mulheres de adquirir uma maior visibilidade social e de corresponder à maior exigência educacional e académica que recai sobre elas (Genovese, 1993; Organização das mulheres comunistas, 2003).

Logo ao estudar as trajectórias profissionais e políticas dos entrevistados, e segundo a dicotomia apresentada por Weber (s.d.) sobre as formas de política enquanto profissão, parece que nenhum deles vive da política, mas sim vive para a política, visto não necessitarem financeiramente do usufruto da actividade política. Até porque muitos deles, homens e mulheres, realçaram que auferem menos agora do que nas suas profissões de formação.

Para todas as mulheres entrevistadas, a participação política assume assim uma grande importância nas suas vidas, tendo inclusive um cariz de missão, dedicando-se e entregando-se em grande medida à política, em detrimento da família e de tempo pessoal.

“O cargo que eu desempenho é um cargo de amor, é um cargo de dedicação aos outros, ao território e de sacrificio da nossa própria vida pessoal e familiar.” Sara Rodrigues⁷, 40 anos, PS

Alguns homens falam na política como um apelo, uma missão, um compromisso, o assumir de uma função social ou uma causa nobre e altruísta à qual nem sempre é fácil corresponder. Assumindo um lugar preponderante nas suas vidas, tudo acabando por girar em seu torno.

“Entendo que a política é uma das mais nobres causas porque ela é toda altruísta. Não se está na política para defender o seu interesse pessoal ou interesse de um pequeno grupo, está-se na política para se defender aquilo que entendemos, que cada um entende, ser os interesses de um grupo alargado de cidadãos e de uma maioria dos cidadãos, e está-se na política abdicando-se da sua vida particular, da sua vida pessoal. (...) portanto eu entendo que estar na política, ser-se político, praticar no fundo a polis é um acto muito nobre e que às vezes temos muita dificuldade em corresponder á nobreza do acto em si e eu confesso que às vezes também tenho dificuldades.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

Deste modo, os entrevistados nunca referiram que a sua actividade política se tratava de um preenchimento de necessidades financeiras e materiais.

⁷ Foram criados nomes fictícios, de forma a garantir o anonimato e a confidencialidade dos entrevistados.

Há ainda que realçar que, para a maioria das mulheres, apesar de toda a importância conferida à política, consideram que esta não é a única dimensão da sua vida, destacando a família, os amigos e até o seu próprio tempo pessoal, o que contrasta com a maioria dos homens que referiram que a política era a sua vida.

“A minha vida é a política.” Carlos Vaz, 62 anos, PSD

“Tem uma importância primordial. Tudo gira na minha vida em torno da actividade política e em torno do exercício dessas minhas funções.” Pedro Silva, 35 anos, PCP

No entanto, importa ainda sublinhar que um dos homens entrevistados se diferencia por vezes da posição assumida pela maioria dos outros, aproximando-se de algumas posições e experiências vividas pelas mulheres. Ou seja, para Guilherme Ventura, de 56 anos, PS, a política é importante, mas apenas transitória. Não considera que a sua vida seja ou gire em torno da política:

“Confiro importância, na medida em que foi uma actividade que eu decidi, em determinado tempo, exercer, mas como lhe digo considero uma importância transitória e accidental. Accidental foi seguramente. Transitória será seguramente também.”

Sendo que Guilherme se distancia dos outros homens entrevistados uma vez que, depois de dois divórcios e vivendo actualmente em união de facto, assumiu funções que tradicionalmente são atribuídas e expectáveis das mulheres, ou seja, ficou com os três filhos a seu cargo. O que o levou a recusar, por duas vezes, a proposta do Partido Socialista em encabeçar a lista candidata à Presidência do seu concelho. Depois de todos os seus filhos serem maiores de idade, decidiu aceitar a proposta do partido e candidatar-se. Porém, ainda hoje, continua a afirmar não ter quaisquer ambições políticas e que a actividade política é apenas transitória na sua vida.

“A minha hesitação deveu-se ao facto de eu, na altura, ter a tutela das minhas filhas, elas viviam comigo depois do divórcio, e ter um filho com 4 anos na altura pequeno que eu achei que precisava de mim, portanto hesitei. A minha hesitação nessa altura foi basicamente devido a questões de ordem familiar. Portanto indo direito ao objecto da sua tese, eu acho que a motivação que eu tive para essa recusa foi uma motivação que é mais frequente nas mulheres que nos homens que é da necessidade de dar atenção à casa e aos filhos. [...] Eu vivi uma situação peculiar para um homem na sociedade portuguesa, que é o ter ficado responsável pelos meus filhos. (...) E portanto tive que exercer simultaneamente os dois papéis. E obviamente que isso condicionou-me. Por exemplo em 93, eu recusei a situação que me foi proposta, exactamente por uma questão de apoio familiar. Condiçãoou-me e ainda me condiciona.”

Apesar deste entrevistado se distinguir um pouco de todos os outros, dada a sua trajectória pessoal e familiar algo diferenciada dos homens entrevistados e uma construção identitária de género masculina, logo distinta das mulheres, tendo-se filiado no PS com 50 anos, a tendência geral é de uma filiação e de um interesse pela política muito precoce, ainda

na adolescência. Sendo visível a importância da vivência no período ditatorial pré-revolução e a experiência de passar pelo período revolucionário de 1974 para os entrevistados com mais de 45 anos.

“Eu era um miúdo, tinha 14 anos, mas ninguém conseguiu ficar à margem do que foi o processo a seguir ao 25 de Abril. Portanto desde tenra idade que toda a gente se meteu na política. Portanto eu, em 75, já estava inscrito na UEC, andava no liceu e, a partir daí, mantive sempre actividade política, depois mais tarde no PCP e por aí fora.” Mário Couto, 47 anos, PCP

Os entrevistados mais jovens, nomeadamente um homem e duas mulheres referem também um interesse por política e por participar na sociedade desde cedo, mas já sem referência a esta conjuntura muito específica.

“Olhando para a minha infância e para a minha adolescência, sempre fui uma criança e uma adolescente muito atenta. Lembro-me que, enquanto os outros faziam uma composição ‘se eu fosse um passarinho’, a minha composição era ‘se eu fosse presidente da república’ quando tinha 7, 8 anos. E como guardo os meus diários de infância, tive diário até aos vinte e poucos anos, é mais fácil relembrar estas coisas e hoje perceber que há certas peças soltas que encaixam neste puzzle que é a opção política que fiz no pós-faculdade, de forma mais vincada. (...) já estava no meu subconsciente uma grande vontade de mudar o mundo, de fazer a diferença, muitas preocupações de solidariedade, de ajudar os mais pobres.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Ao contrário dos homens que demonstram o seu interesse pela política desde muito cedo através da participação no movimento associativo,

“Desde a minha infância, muito ligado ao movimento associativo, à participação na comunidade, o meu passado envolve-se desde jovem praticante de desporto e de envolvimento em actividades culturais, jornais de colectividades, teatro, desporto federado mas até aos juniores no futebol, praticante de andebol, voleibol, e muito ligado ao movimento associativo, a colectividades, sempre fiz parte de núcleos culturais, de secções desportivas, de direcções, do rancho folclórico, trabalho de pesquisa, recolha e por aí fora, e aliás, fazia parte da direcção, era presidente da direcção de uma colectividade quando uma vez fui convidado para integrar as listas na altura da APU.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

As mulheres expressam-no de forma mais interior, individualizada, por uma consciência pública e cívica e uma preocupação com o mundo que as rodeava desde muito jovens.

“Uma grande consciência social desde a infância e a adolescência e também uma sensibilidade política, no sentido de perceber, desde muito cedo, quem fazia o quê, os nomes dos ministros, os nomes dos Presidentes da República. Há muitos sinais de que, mais cedo ou mais tarde, eu iria ter uma carreira política ou iria exercer um cargo de exercício de poder. De poder para cumprir aquilo que eu acho que deve ser o exercício do poder.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Embora todas elas também tenham tido uma actuação activa nos contextos das suas vidas, com uma grande participação em organizações sociais mas também associativas, parece

que, para algumas, o interesse pela política assume primeiro um cariz individual, reflexivo e contemplativo e só depois, numa segunda fase, passa a uma participação efectiva e real.

O que pode ser explicado pelas dificuldades sentidas pelas mulheres na sua trajectória política, que são muito distintas das sentidas e destacadas pelos homens. Isto porque socialmente é esperado de homens e mulheres o desempenho de papéis diferentes, logo são incentivados a posturas distintas no que à participação política diz respeito. Assim, a grande dificuldade que sobressai, para as mulheres, é a conciliação trabalho/família, mesmo que em diferentes fases do ciclo de vida profissional e familiar. As mulheres sublinham dificuldades impostas por um cargo tão exigente e desgastante e seus reflexos na família, levando por vezes a rupturas conjugais ou a adiamentos na maternidade, sendo muito difícil a construção de um horário de trabalho com algum tempo dispendido para a família.

“Grandes dificuldades em compatibilizar vida profissional com vida familiar. Daí também talvez se compreenda que muitas relações fracassem quando um desempenho político se mistura pelo caminho. E por isso também dizer que esta questão da política, no meu entender, principalmente a ocupação de cargos como este, deve ser feita com mandatos definidos, porque de outra forma pode-se tornar viciante, porque nós queremos sempre fazer mais e ao mesmo tempo isso retira-nos um pouco da outra vida. Porque ser autarca não é possível ser com horário. Tem que se ser com tempo inteiro. E isso resulta de uma forma muito complicada.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

“Um dos principais problemas foi sempre o da conciliação, porque quando entro para uma vida política mais activa em 94 já era casada e não tinha filhos. Portanto nessa fase foi mais fácil conciliar porque seria o marido aquele que sentiria mais as minhas ausências (...) Os problemas mais difíceis surgem, a partir de 2000, quando nasce a minha primeira filha. Aliás eu própria fui adiando a maternidade. (...) Penso que essas gravidezes tardias, hoje a partir dos trinta e poucos, acontece por essa pressão também do próprio cargo que temos, da progressão na carreira que pode ficar prejudicada e que as mulheres são, de facto, as principais prejudicadas. (...) Hoje, desde 2005, que tem sido muito difícil, porque como Presidente da Assembleia Municipal, como assessora ou até como deputada, as coisas não se colocam como se colocam como Presidente de Câmara. (...) É uma missão sempre de serviço público continuado e é muito complicado eu não saber ao sábado se posso ir ao Jardim Infantil com a minha filha. (...) É muito doloroso chegar a casa e, muitas vezes, elas já estarem a dormir e só as ver de manhã fugazmente. E normalmente são crianças que acabam por se deitar um bocadinho tarde, porque ficam à minha espera, pela história.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Já os homens expressaram um leque mais diversificado de dificuldades vividas na trajectória política, desde a exposição pública, às relações com as pessoas, ao lidar com as pessoas já instaladas no poder, à própria decisão de enveredar pela política, à violência à própria identidade, à compatibilidade família/política, à exigência e diversidade de temas a dominar e às dificuldades financeiras. Desta forma, pode perceber-se uma maior dispersão nas dificuldades sentidas e destacadas pelos homens, dando a notar que são mais derivadas das suas próprias histórias e trajectórias pessoais do que derivadas do seu género.

Estas dificuldades podem ter repercussões nos objectivos políticos futuros referidos pelos entrevistados. Talvez por as mulheres sentirem fortemente as pressões no sentido de uma maior dedicação à família, como aliás é evidenciado por Sara Rodrigues, 40 anos, PS, as mulheres não falem tão abertamente na possibilidade de uma recandidatura.

“O meu marido foi sempre uma pessoa que também tem boa formação social, pessoal e de cidadania, sempre achou que eu deveria ir em frente e fazer aquilo que gostava e que se calhar sempre tinha estado no meu subconsciente e sempre tive da parte dele muitíssima força, bem como da parte do meu pai essencialmente. Porque a minha mãe sempre me via com outros olhos, numa carreira diplomática, ter seguido as Nações Unidas, dá-me força e julgo que tem algum orgulho naquilo que tenho conseguido fazer mas sei sinceramente que, como mãe e como mulher, que ela gostaria de me ver numa vida mais regular, com mais horários, porque também, no fundo, ela acaba por sofrer com as ansiedades do dia-a-dia, com o desgaste que este cargo, e este em particular, acaba por suscitar.”

O que não deixa de ser curioso que a pressão não seja exercida por homens, neste caso, pelo marido ou até pelo pai, mas por uma mulher, a mãe, no sentido de uma maior adequação ao papel tradicional das mulheres e ao que a sociedade espera destas. No entanto, é importante ter também em conta que é a mãe, neste caso, que acaba por, na maioria das vezes, socorrer a família em algumas necessidades, como mais à frente se aprofundará.

Mas retomando a linha de raciocínio, talvez seja devido às sérias dificuldades sentidas pelas mulheres na relação entre a participação política e a família, relação essa que ainda hoje é mais exigente para as mulheres, que nenhuma das entrevistadas fala categoricamente numa recandidatura, escondendo-se, por vezes, atrás da vontade do partido político.

“Os meus projectos são os projectos que o partido quiser que eu assuma e que a população quiser que eu assuma e que eu própria também me sinta motivada para os exercer, e sentirei sempre motivada para exercer projectos que são para o bem comum.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Os homens, por sua vez, dividem-se em dois grupos: os que não pretendem qualquer carreira política, que se sentiram empurrados para o exercício deste cargo e não pensam em mais ambições políticas, não pensando ainda no panorama de recandidatura:

“A minha ambição não é exercer outro cargo político. A minha ambição é não exercer mais nenhum cargo político. [...] [Recandidatar-se] Não. Isso é uma decisão que ainda não tomei. [...] Os meus objectivos políticos são não ter nenhum cargo político.” Guilherme Ventura, 56 anos, PS

E os que, mesmo não falando ou falando em objectivos de recandidatura, referem que pretendem cumprir o programa para o que foram eleitos, alguns referindo que esse programa não se esgota neste mandato.

“Ao nível das medidas mais importantes, mais significativas, aquelas que mais têm a ver com o incremento do bem-estar da população, o meu objectivo é concretizá-las até ao final do mandato. Depois é, naturalmente se o meu partido assim o entender, recandidatar-me para o segundo mandato, porque temos um projecto político ambicioso e que não seria, e isso ficou a constar do compromisso eleitoral, é um projecto

político ambicioso, estruturante e portanto que não se consome no período de quatro anos. É um projecto a longo... a médio prazo e é um projecto que visa dotar o concelho ou instituir no concelho um paradigma de desenvolvimento sustentável. Estes são os meus objectivos políticos a curto e a médio prazo que tudo farei para concretizar.” Pedro Silva, 35 anos, PCP

Deste modo, denota-se nos homens um menor pudor em falar de recandidatura. No entanto, é consensual em todos os entrevistados, homens e mulheres, o desejo de cumprimento do programa político avançado nas eleições.

Programas políticos esses que têm prioridades muito semelhantes para homens e mulheres, ao contrário do avançado por Espada (2002), que considera que as mulheres evidenciam mais as áreas da saúde, cultura, segurança social, educação e ambiente e os homens as de economia/finanças, administração ou segurança. Neste estudo, os mandatos das mulheres estão claramente marcados pelas políticas sociais: educação e saúde, para além de melhores acessibilidades e ambiente. Mas os mandatos dos homens tiveram exactamente as mesmas directrizes como prioridades, apenas substituindo o ambiente pelo urbanismo. Para além de que uma das mulheres entrevistadas teve como prioridade absoluta no seu programa político a recuperação financeira do município e a contenção de despesas.

Esta preocupação com o programa político e o seu cumprimento deve-se à convicção partilhada por todos os entrevistados de que a melhor medida para aumentar os votos no seu partido, e em si numa possível recandidatura, consiste exactamente no seu desempenho e da sua equipa, nos resultados obtidos e na relação estabelecida com os munícipes, ou seja, depende directamente do cumprimento do programa que os elegeram.

“Penso em duas coisas. Primeiro, falar verdade às pessoas, mesmo que seja para lhes explicar porque é que as coisas estão a correr menos bem. Segundo, penso que cumprir aquilo que prometemos é meio caminho andado para que a confiança se consolide. Depois também penso que ouvir as pessoas é fundamental para essa mesma confiança. As pessoas devem pronunciar-se, devem participar.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

Deste modo, e como se pode perceber pela importância que Júlia coloca na relação estabelecida com as pessoas, com os munícipes, para esse sucesso eleitoral, a eficiência desejada no cumprimento dos programas políticos também depende da forma como o autarca visualiza o seu município aquando das tomadas de decisão. Consensualmente, todos os entrevistados, quer sejam homens quer sejam mulheres, defendem uma heterogeneidade social nos concelhos, o que se reflecte numa tentativa por parte destes de ter uma perspectiva do global, mas simultaneamente a noção de como determinada medida afectará grupos específicos do concelho. Ou seja, é necessário um certo equilíbrio entre ver o município estrategicamente como um todo e ver também as suas diferentes nuances e especificidades.

No entanto, para além do cumprimento do programa político como forma de aumentar o número de votos no seu partido político, alguns ressaltam também o peso que o cariz pessoal do candidato, quem é, o que já fez, o que se propõe fazer tem na decisão dos eleitores.

“As pessoas não votam na força política, muitas vezes votam nos representantes dessa força política, que eles reconhecem como pessoas competentes, como pessoas que fazem um trabalho que lhes interessa. Portanto penso que passa por aí, essencialmente pelo bom trabalho e também por estabelecermos uma relação aberta com as pessoas. Nós também temos tido essa preocupação de envolver muito as pessoas nos nossos projectos, nas nossas ideias.” Mário Couto, 47 anos, PCP

Isto porque, no que se refere ao poder local, segundo alguns dos entrevistados, o voto não reside apenas numa fidelidade à força política em questão, mas também depende de quem a lidera no município, do que mostra ser capaz de executar, da visibilidade que tem.

Já no que diz respeito à escolha dos entrevistados pela força política na qual estão filiados, mais uma vez é notória a influência conjuntural. Isto é, os autarcas que se filiaram no período pré ou imediatamente pós-revolução (a larga maioria) foram muitíssimo marcados pelo contexto social, cultural e político da ditadura e da revolução de 1974, sentindo um impulso para a participação política, uns mais para a direita, outros para a esquerda. Os indivíduos com filiação mais tardia destacam o programa político e a ideologia partidária com que se identificaram, que também já acontecera com os com filiação anterior, mas em que a conjuntura teve um papel esmagador.

“Na altura era muito jovem, e na altura é evidente que foi um conjunto de factores muito ligados às minhas convicções humanas, sociais, políticas em sentido lato, visões do mundo, concepções de justiça, eu acho que foram todas estas coisas que me fizeram, neste caso, optar pela militância primeiro na Juventude Comunista e depois no Partido Comunista. Muitos sonhos, diria eu, porque quando se começa a militar aos 16 anos e depois se se faz a trajectória para um partido por volta dos 20, 21, é com um conjunto de sonhos muito grande de uma visão do mundo que nos leva a achar que somos os melhores do mundo.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

Os aspectos que se revelaram mais importantes, enunciados pelos entrevistados do Partido Comunista Português foram a defesa dos mais desprotegidos, o envolvimento do interesse público, a igualdade de oportunidades e adequação das recompensas em função das necessidades e, por fim, os ideais e convicções de justiça. Os sublinhados pelos entrevistados do Partido Socialista foram: a solidariedade e tolerância sociais, o princípio democrático e a defesa da liberdade e preocupação com os mais necessitados. Finalmente, os elencados pelos entrevistados do Partido Social-Democrata foram: a defesa da família, da condição feminina, do trabalhador e dos direitos do trabalhador. Curiosamente, e ao contrário do que seria de esperar, o único a mencionar a questão de género como influenciadora da sua filiação foi um entrevistado de um partido de direita, partido tendencialmente mais conservador na sua

concepção dos papéis de género (Viegas e Faria, 2001; Inglehart e Norris, 2003). O que não sucede com este entrevistado, Carlos Vaz, de 62 anos, muito igualitário, que se filiou no Partido Social-Democrata por defender a social-democracia sueca.

5.1.2. Género na política

O género, enquanto um conjunto de significados e expectativas sociais e culturais associado a determinado sexo (Lorber e Farrell, 1991; Almeida, 1995; Giddens, 1997; Smelser, s.d.; Kimmel, 2000), marca claramente a trajectória política do indivíduo. Influenciou de forma sentida a trajectória política das mulheres entrevistadas, em maior ou menor grau, devido ao papel socialmente atribuído às mulheres, as suas responsabilidades familiares, que acabam por limitá-las na sua progressão na carreira política.

“Isso leva-nos para uma conversa que tem a ver com aquilo que são as tarefas que estão cometidas à mulher e como é que a sociedade portuguesa vê o desempenho pelas pessoas do género feminino de determinados tipos de cargos, que tradicionalmente eram ocupados por homens. Se a mulher, para além de ter uma função política extremamente exigente como é o caso de ser autarca ainda tiver que acumular com horários rígidos de organização familiar não tem qualquer hipótese. E então ou deixa a família ou deixa o lugar. E quando as pessoas se têm de confrontar com a necessidade de uma escolha, isso resulta forçosamente mal. Porque se cai em perda. E eu não me consta que alguma vez a um homem tenha sido colocada a questão de que tu, como tens de tomar conta dos teus filhos, tens que estar em casa às 6 horas ou tens que ir buscar os meninos ao colégio, e como tal, não podes marcar reuniões para essa hora nem nada. Não! Isso é uma questão que não se coloca. Ora se esta diferença vem da diferença de género nós percebemos que com uma constituição perfeita temos uma prática absolutamente imperfeita. E por isso eu penso que a sociedade portuguesa tem muito ainda que evoluir nesse aspecto, mas também cabe às mulheres um papel fundamental, que é desde logo não se anularem neste processo e saberem exactamente qual é o seu caminho e quais são os seus objectivos.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

Todas referem que, não fossem elas ter uma estrutura familiar mais igualitária, a sua participação política não seria possível, dados alguns tiques masculinos na organização da vida política e partidária (Martins e Teixeira, 2005): uma diferença nos horários e ritmos de trabalho entre homens e mulheres, como aliás já tinha sido defendido por Joan Acker (in Kimmel, 2000) como um dos cinco processos de genderização nas organizações, as práticas de trabalho informal.

“Eu acho que há um estilo de trabalho e há um ritmo de trabalho diferente entre os homens e as mulheres. (...) Eu acho que os homens e as mulheres têm horários de trabalho diferentes. Quando digo aqui ritmo é nesse sentido, não é trabalhar mais ou trabalhar menos, é termos horários de trabalho completamente diferentes. Eu começo a trabalhar às 8 e meia e trabalho de seguida. (...) Eu gosto de trabalhar de seguida e depois não prolongar até à hora do jantar e percebo que os homens, por exemplo, com muita facilidade introduzem grandes períodos de almoços de trabalho frequentemente, fazem reuniões à hora de almoço, aquelas

coisas todas, mas o que significa na prática uma grande interrupção no período e depois são capazes de estar a marcar reuniões para as 8 da noite que provavelmente vão acabar às 10. Eu isso não faço, enquanto responsável desta casa, não faço. O que não quer dizer não ter que trabalhar à noite, trabalho muitas vezes à noite e tenho de participar em muitas iniciativas públicas. Mas do ponto de vista daquilo que é a construção ou a minha construção do horário e do ritmo de trabalho, eu acho que mulheres e homens têm diferenças nessas coisas, pequenas diferenças práticas, mas que eu acho que são diferenças estruturantes.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

“São estruturas muito fechadas, há algumas secções que funcionam com alguns tiques tipicamente masculinos e onde há muita falta de método, com a qual eu tento combater. (...) Há uma desorganização que faz parte da vida política ou politico-partidária que não é muito atractiva para as mulheres. Portanto, às vezes, quando se diz que as mulheres não querem participar ou que não podem participar, também há dificuldades familiares, culturais, civilizacionais, mas também há dificuldades que têm a ver com os horários que são quase que inconciliáveis. As reuniões são à noite, ultrapassam as horas ditas normais e dificultam muito a vida de uma mulher, porque quer se queira quer não a partilha de tarefas domésticas e familiares ainda não é uma realidade, começa agora a haver alguma partilha efectiva mas o conceito que existe é ‘o meu marido ajuda’ e o próprio conceito de ajuda é, a meu ver, menorizante.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

O que reenvia para o papel dos cônjuges, que apoiam e por vezes abdicam de uma carreira profissional e política mais exigente a favor de uma maior dedicação à família, sendo que, para um elemento do casal ter uma participação política activa, o outro tem de se sacrificar um pouco para a manutenção das responsabilidades familiares. O que será aprofundado mais adiante.

Os homens, na sua esmagadora maioria, revelam que, para uma mulher, a trajectória política é muito mais difícil. É possível, mas mais difícil. Sendo que cada vez a dificuldade é menor, mas ainda hoje a família, a casa, os filhos são impeditivos. Teriam de prescindir de algo nas suas vidas, tal como Júlia delgado já referira.

“Eu acho que, para uma mulher, é muito mais difícil exercer uma qualquer actividade profissional. (...) Naturalmente que aquilo que a sociedade impõe a uma mulher ao nível familiar dificulta em muito o exercício de uma actividade profissional, seja ela qual for. E é natural que também este estereótipo leve a mulher a confrontar-se com a necessidade de ter de optar entre uma carreira profissional de sucesso ou a estabilidade da sua vida familiar.” Pedro Silva, 35 anos, PCP

Numa escolha entre qual dos elementos da família cede sua carreira política para se dedicar à família, tende a ser a mulher, mais uma vez dado o peso social e cultural das representações de género.

“A minha mulher começou a participar [na política] também comigo nessa época e não teve mais tarde o percurso... porque fez outra opção, mas tinha uma intervenção também. (...) Foi dirigente do PCP e não teve outras responsabilidades porque recusou tê-las. Também recusou, reconheço, porque assumiu a retaguarda da família e isso pode ser um factor de género, porque considerava que não era possível termos os dois ocupação. Admito. Ainda que eu ache que, no caso da minha mulher e ache que no caso de muitas mulheres de uma determinada geração e de uma determinada concepção de vida, foram mais as opções pessoais, fruto

naturalmente do contexto social que se vivia, mas mais as opções pessoais que a falta de oportunidade. Agora é verdade que as opções que se tomaram foi porque era num contexto determinado de vida e tradicionalmente a mulher é empurrada para determinadas funções. Admito que sim. Eu acho que é mais difícil a mulher chegar a algumas funções. Reconheço. Mesmo na sociedade de hoje. Cada vez menos, felizmente, mas existe.” Vasco Batista, 56 anos, PCP

Essas representações sociais e culturais de género têm influência, para a maioria dos entrevistados, aquando o momento do voto. Ou seja, apesar de alguns homens afirmarem que o género do candidato não influencia a decisão de voto dos eleitores, a maioria dos entrevistados considera que essa influência existe. Curiosa é a divergência de opinião entre homens e mulheres. Ainda que timidamente, as mulheres acabam por declarar que pensam que o facto de serem mulheres as ajudou a ser eleitas. Devendo-se, no entanto, realçar o contexto geográfico, urbano, metropolitano e mais a sul do país, que tendencialmente abraça posições mais modernas e igualitárias que terá tido influência nesta conjuntura (Viegas e Faria, 2001; Espada, 2002; Organização das Mulheres Comunistas, 2003), uma vez que na Área Metropolitana do Porto com catorze concelhos, todos são dirigidos por homens.

“Eu acho que o facto de ser mulher e de ser relativamente jovem capitalizou a meu favor. (...) Penso que as mulheres cada vez mais devem estar na vida política e da parte dos homens também não acho que tenha havido qualquer tipo de resistência. Quando eu saía na rua havia dos mais idosos uma certa reticência porque aquela Presidente era mulher e tinha a idade da neta de alguns. Portanto aí podia haver algumas resistências que depois se esfumaram. (...) Não sei se a amostragem só vale aqui, se no norte haverá mais resistência de mentalidades pelo facto de ser mulher. Eu penso que, em concelhos urbanos, como é o nosso na Área Metropolitana, eu penso que não há esse tipo de tabus ou resistências, não.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Já os homens defendem que, ainda hoje, as mulheres são prejudicadas no acesso ao poder, apesar de ser visível uma evolução social e cultural no sentido de uma maior igualdade.

“Ainda existe em Portugal algum preconceito em relação à capacidade das mulheres de exercerem cargos dirigentes. Que se vai cada vez mais atenuando à medida em que as mulheres têm muito mais expressão nas universidades, são melhores alunas e à medida em que começam a constatar que nos lugares de chefia(...) como eu constato cada vez mais dirigentes mulheres.” Carlos Vaz, 62 anos, PSD

Talvez a divergência se deva ao facto de se referirem a momentos diferentes: os homens à dificuldade das mulheres chegarem a candidatas à Presidência, as mulheres à maior capacidade de serem eleitas uma vez encabeçando a lista. O que, aliás, é sintetizado por Paula Veríssimo, de 56 anos, PS.

“Sendo real e concreta, a questão é as mulheres serem candidatas. Porque se forem candidatas, não há diferença se forem homens ou mulheres, de ganharem as eleições, porque ao nível das autárquicas nós somos 18 ou 19 mulheres Presidentes porque foram aquelas que se candidataram. Julgo que pode uma ou outra também não ter conseguido o seu objectivo, mas se calhar se fossem cinquenta, as cinquenta ganhavam, se fossem oitenta

se calhar oitenta ganhavam, ou ganhariam sessenta. E de todos os partidos. Portanto o que significa que a dificuldade é sermos candidatas. Porque depois acho que, se reconhecerem que, de facto, é competente, que é honesta, que é confiável, julgo que é válido tanto para a mulher eleitora como para o homem eleitor, tanto para a candidata como para o candidato”

No raciocínio inverso, isto é, a influência que o género pode ter no momento do voto, do ponto de vista do eleitor e já não do eleito, não existe consenso. A maioria, quer sejam homens quer sejam mulheres, considera não existir diferenças de género no voto. Uns porque dizem que nos meios urbanos com populações esclarecidas isso tende a não existir.

“Eu creio que não. Nós vivemos numa área muito urbana, em que o eleitor é muito esclarecido e basta ver que é capaz de votar, se tem três votos para exprimir é capaz de votar em três forças políticas diferentes em função da pessoa que se lhe apresenta. Isso significa que sabe, tem uma opinião própria e sabe o que é que quer escolher.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

Outros por pensarem que, de certa forma, ainda existe uma dominação masculina no seio familiar, que determina em grande parte a decisão de voto das mulheres em concordância com os maridos.

“Eu acho é que há ainda muitas situações, especialmente nas zonas mais rurais e mais conservadoras do concelho em que as mulheres pensam aquilo que os maridos pensam.” Guilherme Ventura, 56 anos, PS

No entanto, alguns pensam existir sensibilidades diferentes no voto, reflexo das diferenças existentes entre homens e mulheres, sendo aqui de realçar a questão identitária, sublinhada por uma entrevistada.

“Algumas das características dos eleitos são mais valorizadas, de forma diferente, pelos homens do que pelas mulheres. Eu acho que as mulheres são capazes de ser mais sensíveis, acho que têm um carácter mais humanitário e os homens mais ligados às questões da eficácia, do fazer... Mas isso cada vez mais é esbatido. A sociedade, hoje, cada vez mais, vai esbatendo as diferenças a estes níveis entre homens e mulheres.” Vasco Batista, 56 anos, PCP

“Não estou muito segura disto, mas parece que, no caso da minha eleição, pelo menos de acordo com algumas informações e estudos que tínhamos, havia uma maior tendência das mulheres para o voto na lista que eu encabeçava, mas no cômputo final, não sei dizer se haverá uma grande diferença de votos entre as mulheres e os homens, neste caso. Eu acho que haverá diferenças, há sempre. (...) Claro que há. Admito que os factores de identidade possam ter alguma relevância neste caso, isto é as mulheres identificarem-se talvez mais facilmente com outras mulheres, admito eu. E também admito se calhar que os homens façam a mesma coisa, mas admito, não tenho nenhuma certeza em relação a isto, se é assim ou não.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

Contudo, e apesar de algumas transformações sociais e culturais em direcção a uma maior igualdade de género na política, permanece uma reduzida participação política feminina (Barbosa, 1998; Viegas e Faria, 1999; Espada, 2002; Aliança para a democracia paritária, 2003; Martins e Teixeira, 2005). Assim, as mulheres explicam essa realidade através de uma multiplicidade de factores, como a estrutura partidária e seus modos de funcionamento

(Barbosa, 1998; Martins e Teixeira, 2005); funcionamento que, muitas vezes, leva a horas de trabalho à noite e ao fim-de-semana, tal como já foi referido, o que pode originar conflitos entre o espaço privado e o público (Silva, 2002, Martins e Teixeira, 2005); a falta de reconhecimento social pelo desempenho e trabalho prestado (Espada, 2002), levando a um desincentivo na participação política, dada a simultânea pressão social e cultural para a dedicação à família (Espada, 2002; Silva, 2002; Barbosa, 1998; Martins e Teixeira, 2005).

“Eu acho que todos os partidos têm o mesmo problema, quer dizer, a vida dos partidos hoje é uma vida muito fechada dentro de portas, e portanto coloca os mesmos problemas aos homens e às mulheres, por um lado, e todos os partidos colocam os mesmos problemas às mulheres, isto é, o facto das reuniões à noite, reuniões em horas quer a maior parte das mulheres, em geral, se têm família, se têm filhos, outros seres para cuidar, esse papel frequentemente está a seu cargo. Portanto eu acho que, desse ponto de vista, a vida e a intervenção nos partidos não facilita o papel das mulheres, embora formalmente haja quem tenha mais essa preocupação, uns mais do que outros.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

“Gostava que houvesse alguma justiça na forma de avaliação deste trabalho, porque é um trabalho muito exigente, de grande empenho, de grande dedicação, muitas horas de trabalho, muito esforço, muita entrega, porque eu acho que não há coisa nenhuma que nós façamos na vida, quando se trabalha nestes lugares e se tenha estes cargos, que não se esteja sempre a procurar aprender, pensar, raciocinar à luz daquilo que é bom para a nossa terra, para o concelho, para o município e isso significa um permanente investimento.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

Os homens tentam explicar essa presença reduzida de duas formas: ou pela falta de interesse pela política, falta de vontade e de motivação, mas também de recursos, derivada desse afastamento da arena política (Martins e Teixeira, 2005); ou pela falta de disponibilidade, dados os papéis social e culturalmente associados, ainda hoje, à mulher (Espada, 2002; Silva, 2002; Barbosa, 1998; Martins e Teixeira, 2005).

“Eu acho que é preciso, em primeiro lugar, que as mulheres também queiram. Porque aquelas que querem eu vejo que elas participam e estão activas. E depois também depende, como é óbvio, da própria disponibilidade que têm, porque se, de facto, forem mulheres que trabalham, e hoje quase todas trabalham, dantes não se punha tanto essa questão, mas o facto de trabalharem também estão mais atentas e mais abertas se calhar a essa participação política do que aquelas que estavam em casa, que eram domésticas. Mas se foram mulheres que trabalham, que têm muitos filhos, o tempo que fica livre é muito pouco e é difícil essa participação e até se assistem a fenómenos curiosos que é o de começarem a participar numa fase mais tardia, já quando os filhos estão crescidos, mas muitas vezes aí já é um bocado tarde, porque as pessoas ou se envolvem até uma determinada altura ou depois já há um conjunto de hábitos, dos quais a participação política está arredada e que é difícil de retomar.” Mário Couto, 47 anos, PCP

“A sociedade impõe às senhoras um determinado paradigma de actuação ao longo da vida, que envolve a actividade profissional e que envolve a gestão (gestão no sentido de construção) da família. Conseguir-se-á uma maior participação das mulheres, caso se consiga construir um paradigma que permita essa melhor conciliação, ao nível da existência de direitos mais efectivos a diferentes níveis: maternidade, sei lá tantos, uma

infinidade de questões que permitirão uma maior participação activa das mulheres na vida política.” Pedro Silva, 35 anos, PCP

O que se reflecte nas posturas adoptadas face a sistemas de correcção de assimetrias de género na vida política, como o sistema de quotas, sendo que a esmagadora maioria dos homens se mostra contra. Uns porque consideram que a medida não resolveria o problema da reduzida participação política feminina, visto que não mudariam certas particularidades da realidade social, como a necessidade de uma maior partilha de responsabilidades.

“Eu não penso que as quotas resolvam o problema de fundo. Resolve problemas quantitativos, mas depois anda-se à procura da quota, para cumprir a quota, por cumprir a quota e eu não digo que o valor é zero, mas digo que o valor é residual. Não me parece que seja por aí que a sociedade deva resolver o problema. (...) Eu acho que relativamente a isso, como relativamente à generalidade das questões, é preciso, por um lado, sensibilizar, mas, por outro lado, criar condições materiais para que isso possa acontecer. E essas condições materiais passam em grande medida por numa maior partilha de responsabilidades entre o homem e a mulher num casal. E essa é talvez uma das principais fontes do problema.” Vasco Batista, 56 anos, PCP

Outros porque o consideram atentório da dignidade das mulheres, passando-lhes um atestado de menoridade, constituindo um reconhecimento da sua incapacidade.

“Discordo, porque acho que a Lei das Quotas é atentória da dignidade das mulheres. Porque eu acho que as mulheres que, de facto, têm disponibilidade, têm vocação, têm capacidade, têm a mesma facilidade de se impor que os homens e criar uma lei que artificialmente impõe que as mulheres exerçam determinadas posições políticas ou cívicas é reconhecer que elas não têm capacidade para o fazer e portanto têm de ter uma lei que determine que elas o façam.” Guilherme Ventura, 56 anos, PS

Outro ainda porque considera que basta as mulheres quererem, sendo contra a ideia de beneficiar a participação de mulheres não qualificadas ou menos qualificadas que os homens que já são politicamente participativos. Mencionando inclusive a preocupação dos partidos em incluir mulheres nas suas listas, o que a nível eleitoral é benéfico. Resta saber se essa preocupação reside nos lugares elegíveis, tal como enunciado por Martins e Teixeira (2005).

“Eu não sou grande fã da Lei das Quotas, sinceramente acho que estar a impor quotas parece-me um bocado absurdo nas actuais circunstâncias, porque dizer que tem de haver 40% de mulheres para depois obrigar a ter lá alguém que não é tão qualificado do que seria um homem. Não estou de acordo. Isto não é nenhuma posição machista, eu acho que deve ser pela qualidade e acho que hoje as mulheres que querem, de facto, participar e que se empenham nisso conseguem com certeza sempre... Aliás muitas vezes até não havendo uma Lei Formal das Quotas, todas as forças políticas têm uma preocupação de, nas suas listas, ter a presença de mulheres, até porque sabem que isso, do ponto de vista do eleitorado, também é importante.” Mário Couto, 47 anos, PCP

Apenas um entrevistado, mais uma vez, Carlos Vaz, 62 anos, PSD, se revela a favor desta medida, defendendo que só obrigados os homens cedem o poder, tal como defendido por Silva (2002) e Bourdieu (in Barbosa, 1998).

“Eu tenho uma tese que não é muito popular, mesmo dentro do meu partido, que é a tese das quotas. Ou seja, você não convence os homens a dar lugar às mulheres. (...) Eu defendo as quotas. (...) Eu tenho para mim que só obrigados é que os homens cedem os lugares de chefia às mulheres.”

Outro homem detém ainda uma posição intermédia, em que não concorda com a medida, mas considera-a um mal menor.

“A Lei das Quotas permite, de um ponto de vista legislativo... acho que é uma medida claramente artificial. Claramente artificial. Visa, na minha opinião, tão-somente objectivos estatísticos. O que, na minha opinião, deveria ser feito seria a constituição do tal paradigma que estimulasse as mulheres a uma participação relevante na vida política activa. A Lei das Quotas é um mal menor. É um mal menor para a não masculinização, ou para não se permitir a masculinização total dos órgãos do poder, mas sem depois uma legislação que estimule, que permita a criação do interesse das senhoras pela vida política, sabe a plástico. Sabe a plástico! Porque nós sabemos que aquelas quotas têm de ser preenchidas e são preenchidas por motivos estatísticos, porque efectivamente depois também as mulheres querem exercer esses cargos, e estamos a falar nomeadamente da Assembleia da República, também têm dificuldades na articulação da sua actividade profissional ou política com a sua vida familiar.” Pedro Silva, 35 anos, PCP

Postura também defendida por uma das mulheres entrevistadas, que apesar de ser adversa a esta medida, considera-a por vezes um mal necessário. Sendo, no entanto, de realçar que, em quatro mulheres, duas afirmaram ser a favor de mecanismos de correcção de assimetrias, enquanto um mecanismo transitório.

“Se houver uma boa estrutura de apoio e de rede e se houver, de facto, por parte dos homens ou das famílias, uma vontade efectiva de partilhar, eu penso que isso será possível. Só que tem que haver sacrifícios, tem sempre que haver sacrifícios mútuos, tem sempre que haver alguém na estrutura familiar que acaba por ficar mais prejudicado em termos de tempo, mas isso é um desafio essencialmente civilizacional que tem que ser feito, não chega só os isolarem. Eu digo que a mentalidade só muda por decreto, é fundamental de facto haver quadros legais que permitam essa abertura. Eu acho que a alteração que houve ao nível da Lei da Paridade é fundamental. (...) É um desafio que deve ser colocado ao Estado, em termos da sua própria organização social de apoio à infância e apoio depois também em todo o percurso que aí segue, é um desafio também aos partidos políticos que têm que ser facilitadores e não obstaculizantes ao acesso das mulheres a este tipo de cargos. (...) E se houver da parte dos partidos essa consciência, e eu penso que agora com a legislação isso acaba por ser mais fácil, vamos começar a ver mais mulheres, como já estamos a ver. (...) Eu fui sempre favorável às Quotas, que algumas mulheres achavam que eram humilhantes, mas como mecanismo transitório é fundamental, nem tudo se consegue por espontaneidade. Há coisas que têm que ser canalizadas e ter mecanismos de correcção de assimetrias e as Quotas são um mecanismo de correcção de assimetrias.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

“Uma coisa é a lei, outra é a realidade. É muito bonito dizer ‘ah eu sou contra as quotas’, mas a verdade é que é preciso encontrar mecanismos que permitam efectivamente que as mulheres... Que obrigue os partidos, que obrigue os grupos de cidadãos eleitores que se querem também candidatar, que os obrigue a terem em atenção o género e isso vai naturalmente criar mais oportunidades às mulheres.” Paula Veríssimo, de 56 anos, PS

No entanto, uma das entrevistadas assume uma posição mais aproximada à da maioria dos homens, considerando que uma medida legal não mudará a realidade, sendo que outros caminhos teriam de ser trilhados.

“Acho que as pessoas não devem participar por decreto. As pessoas devem participar por convicção, na minha opinião, e, para isso, temos de lhes criar condições para. Se eu não criar problemas às minhas dirigentes sucessivamente, não tenho nenhum problema em que qualquer mulher aceite um cargo de chefia. Se fizer parte da nossa organização o tal método das reuniões fora de horas, qualquer mulher me vai colocar o problema ‘mas eu não estou sempre disponível, etc’, como aliás colocam quando confrontadas com um lugar de chefia. A participação é uma coisa que acontece desde que existam condições objectivas para e havendo motivação. Creio que, se for feita por decreto, não tem interesse, não é participação, é cumprimento de obrigações que é outra coisa.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

Esta realidade política e partidária deve-se muito à relação entre família e actividade política defendida pelos partidos políticos. Sendo que os entrevistados, tanto homens como mulheres, são maioritariamente consensuais na sua opinião, defendendo que existe uma preocupação com a relação trabalho/família no seio dos seus partidos.

“Eu penso que o Partido tem dado atenção a isso. Nomeadamente é da iniciativa do Partido a criação por exemplo de Comissões de Igualdade entre Homem e Mulher, é da iniciativa do Partido o estabelecimento de Quotas, com as quais eu discordo, mas que neste momento são escrupulosamente seguidas na composição de listas do Partido Socialista, não de uma forma paritária mas de uma forma de um terço/dois terços. E não é paritária porque, de facto, há dificuldade nas mulheres de participarem na vida política activa. Portanto eu penso que o Partido tem estimulado, penso que sim, que o Partido tem estimulado, ou tentado estimular pelo menos, a participação cívica e política das mulheres. Isso penso sinceramente.” Guilherme Ventura, 56 anos, PS

No entanto, três entrevistados, dois homens e uma mulher, referem que essa preocupação verifica-se mais na teoria do que depois na prática.

“É uma força política onde se calhar a questão da igualdade do género e a luta pela igualdade do género sempre foi muito forte e tem raízes muito fortes. Na prática a distribuição de responsabilidades não é assim, sejamos frontais, porquê, porque também o Partido Comunista ou qualquer outro partido não se pode dissociar da realidade social e vive nesta sociedade e portanto tem reflexos no acesso aos cargos e por aí fora, aquilo que na sociedade existe e que meia dúzia, uma dúzia, três dúzias, 2 milhões não podem resolver-se por si só, não é, que tem a ver com séculos de cultura de separação dos géneros... (...) Ao longo de dezenas de séculos há uma cultura que somente há um século propriamente dito, século e pouco tem tomado publicamente vontade de luta, e portanto, culturalmente vai levar ainda muito tempo e naturalmente isso também se reflecte na realidade de um partido político, quer seja ele o Partido Comunista Português ou não.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

Por fim, relacionando o género com o cargo desempenhado pelos entrevistados, e quando confrontados com a questão do género dessa função, foi curioso o pudor e o desconforto sentido por todos os entrevistados, homens e mulheres, perante esta questão, não se sentindo confortáveis em caracterizar o seu cargo com o seu género, defendendo que não existe um género associado ao poder local.

“Um cargo é um cargo, para ser exercido por uma pessoa, seja mulher seja homem. Por uma pessoa que sinta que tem condições e que outros sintam que tem condições e que um grupo mais alargado diga que sim, que aceita.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

No entanto alguns acabaram por afirmar que existem algumas áreas favoráveis às mulheres e outras aos homens.

“Eu acho que tanto pode ser feminina como masculino. O exercício do poder local, quer como Presidente de Câmara quer como vereador, tem áreas muito fáceis para as mulheres. Fáceis porque, durante toda a vida, fomos habituadas a conviver com as preocupações da educação, com as preocupações sociais, com a protecção dos mais velhos, porque temos avós, porque temos pais, e portanto acho que há coisas que fluem naturalmente e que há áreas que são quase que inatas para as mulheres. (...) Acima de tudo, nestes cargos, o que releva não é o género, é a capacidade de entrega, de preparação, de estudo, dedicação e sacrifício. Como digo, é uma questão de personalidade, há uns que têm e há outros que não têm. Podem ser homens como podem ser mulheres, mas acho, acima de tudo, é que as equipas têm que ser mistas, porque é das reuniões que se fazem e da troca de experiências entre as diversas áreas que nascem as políticas municipais verdadeiramente fortes e integradoras. Acho que homens e mulheres devem estar presentes, mas acima de tudo têm que se entregar e não podemos deixar que os partidos, ou seja quem for, não permita o acesso. Acima de tudo o acesso à vida política tem que estar facilitado e tem que ser igual para homens e mulheres. Depois de lá chegar terão resultados aqueles que se entregam.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Os homens, no entanto, parecem sentir maior necessidade de se defender perante a pergunta, dando exemplos de mulheres que se adequam a esta actividade ou que afirmam que esta é realmente feminina, devendo para isto ser tido em conta que foram entrevistados por uma mulher, o que pode sempre originar um certo desconforto na resposta a questões de género.

“Acho que não é masculino nem feminino. Até já tenho ouvido nomeadamente algumas autarcas, são elas até que afirmam isso que a função de Presidente da Câmara, do ponto de vista delas, até é uma função quase feminina, porque tratar de um concelho é quase como tratar da casa, ter a casa arrumadinha e ter as coisas todas, e as mulheres têm mais vocação para essas coisas. Portanto não me parece que seja um cargo masculino. Acho que tanto pode ser masculino como feminino.” Mário Couto, 47 anos, PCP

5.1.3. Representações e práticas

As características atribuídas à política, mas mais especificamente ao cargo político exercido pelos entrevistados, Presidente de Câmara Municipal, tem traços comuns para todos, quer sejam homens quer sejam mulheres. Deste modo, definem esta actividade política enquanto uma actividade de grande exigência, responsabilidade, entrega e dedicação; de grande proximidade com os eleitores, logo também de grande visibilidade e exposição; de grande absorção, derivada da inexistência de um horário de trabalho, tendo como

consequência famílias sofredoras; mas também de uma grande honra e gratificação, com a possibilidade da realização de projectos.

“Entendo que para se desempenhar uma função como eu desempenho ou a função que eu desempenho como eu desempenho é necessária uma entrega total. E depois isso significa ter uma família sofredora, digamos assim, que, por um lado, entende, e mesmo quando não entende porque sofre aceita.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

“Nós aqui temos a vantagem de sonhar coisas e vê-las concretizadas, enquanto que muitas vezes num governo ou noutra função qualquer, ou num cargo de deputado, não há aquele contacto com a realidade, não há o ver nascer as coisas. Portanto eu acho que, dentro da actividade política, é dos cargos mais interessantes, é este em que nos sentimos mais gratificados por vermos o resultado do nosso trabalho surgir.” Mário Couto, 47 anos, PCP

As funções do quotidiano, abrangidas por este cargo, são as mesmas, em todos os entrevistados, possuidoras de uma grande exigência e polivalência, tal como referido anteriormente. Mas é, todavia, importante realçar aqui novamente a questão dos ritmos e horários de trabalho, por parte das mulheres, principalmente com filhos pequenos, em que aqueles são elaborados tendo em conta necessidades familiares.

“Levanto-me antes das 7, tenho um filho pequeno que levo à escola e que tem escola todos os dias às 8 horas. Enfim, isto só é possível porque estou a cinco minutos de tudo, moro a cinco minutos da escola e dos serviços aqui da Câmara, onde habitualmente trabalho. Saio de casa aos dez, cinco para as oito para começar às 8 horas, para ele começar a escola às 8 horas. Em geral, tomo um pequeno-almoço com calma e começo a trabalhar. (...) O dia de trabalho nunca termina antes das sete horas. Isto num horário regular, porque depois posso ter reuniões à noite, ou hoje por exemplo há uma reunião com a comunidade educativa que se inicia às seis e meia e é evidente que nunca acaba antes das oito e meia. Mas digamos que naquilo que eu determino, o dia médio de trabalho durará até às sete horas. Nessa altura, a partir daí, ou trato de alguma coisa relativamente à vida doméstica, se tiver que tratar, de rua ou de compras, o meu filho já está em casa, que entretanto foi transportado a casa, e depois faço o acompanhamento normal da família, o jantar, os banhos, aquelas coisas, a história da noite, a ver se às dez horas o povo pequeno dorme porque no outro dia é dia de acordar cedo.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

Esta relação estreita entre actividade política, seus horários e ritmos, e a vida familiar também assumia contornos semelhantes com Guilherme Ventura, de 56 anos, PS, com seus três filhos a cargo. Sendo que ainda hoje não agenda reuniões nocturnas mais de três noites seguidas, por causa do filho que ainda mora consigo. Logo, mais uma vez, percebe-se a pouca relevância do sexo, das componentes e características físicas e biológicas do indivíduo na construção da sua trajectória profissional e política, para realçar a importância do género e suas significações culturais ligadas ao que tradicionalmente se espera do homem e da mulher e que os condiciona no desempenho dos seus papéis.

Voltando ao cargo de Presidente de Câmara Municipal, o seu desempenho é exercido de forma diferente por homens e por mulheres, no que aos horários diz respeito, como Helena Pedrosa, de 41 anos, PCP, já havia afirmado. Efectivamente, os homens iniciam o seu dia de trabalho mais tarde do que para as mulheres, acabando também muito mais tarde, não se denotando grande preocupação com a relação trabalho/família, visto esta não estar a seu cargo, como se verá mais à frente.

Quando questionados sobre a imagem pública do poder local em geral, e da sua Câmara Municipal em particular, existe uma postura mais ou menos consensual. Ou seja, a imagem da sua autarquia é positiva, sendo aqui essencial a proximidade na relação com os munícipes; contudo, a imagem do poder local no geral, bem como da política e dos políticos é bastante má, onde subjaz uma visão de corrupção por parte da população, gerada e amplificada, na opinião dos entrevistados, pelos meios de comunicação social que apenas divulgam os casos de polémica e má gestão municipal, destituindo toda a classe política de credibilidade. Por seu lado, os autarcas reconhecem ao exercício da política uma nobreza que não é reconhecida socialmente.

“A do poder local é má. É má à mercê de uma campanha de ataque ao poder local, esquecendo-se as pessoas que uma parte muito significativa daquilo que foi a melhoria da qualidade de vida dos portugueses ao longo destes 30 anos de democracia se deve à actuação do poder local. Mas acho que, de uma maneira geral, a imagem do poder local é má.” Guilherme Ventura, 56 anos, PS

“Se me perguntar sobre o que é que eu acho sobre a imagem que as pessoas têm sobre as Câmaras em geral, eu já acho que esse positivo se torna menos positivo para não dizer mesmo negativo. E aí penso que entra um factor que é a imagem geral que é transmitida sobre os políticos que eu acho que é negativa e a imagem geral sobre o poder local que, nos últimos anos, tem sido fortemente atacada, a partir de casos que eu acho, e que pelo menos não há nada que prove o contrário, que são casos isolados. Claramente negativos, é verdade, mas claramente isolados, e a partir dos quais se tem generalizado e alargado esta ideia do poder local e das Câmaras Municipais como espaço de interesses, compadrio, pouco rigor, às vezes, da corrupção, da ligação ao mundo do futebol, dos interesses comuns com os construtores civis.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

5.1.4. Relações sociais e avaliação

A maioria dos autarcas, homens ou mulheres, considera que o funcionamento interno das Câmaras Municipais é algo deficitário ou complicado/limitado, devido à teia burocrática e legislativa, a organogramas desajustados e à separação geográfica de vários departamentos municipais.

Este consenso também acontece no que se refere ao ambiente de trabalho e à relação do autarca com o restante executivo municipal. Todos os Presidentes de Câmara consideraram

ter um bom ambiente de trabalho e uma boa relação com a sua equipa, sem que isso não invalide a existência de alguns conflitos de opinião pontuais, mas que são sanados pela amizade e respeito que os une.

“É uma boa relação, com conflitos ocasionais, naturais, próprios de quem discute os problemas frontalmente, mas é uma excelente relação. Felizmente tenho uma excelente relação com a minha equipa de trabalho.” Pedro Silva, 35 anos, PCP

Esta boa relação pode influenciar a visão do executivo municipal sobre quem o lidera e a percepção dos autarcas sobre a avaliação dos primeiros. Isto porque todos consideram ver o seu trabalho avaliado por sua equipa de forma positiva. No entanto é importante realçar o referido por Carlos Vaz, de 62 anos, PSD, segundo o qual a sua equipa foi escolhida por ele, logo também seria expectável que tivesse uma boa avaliação da parte desta. Explicação que pode ser extensível aos outros entrevistados.

“Eu acho que é, de uma forma geral, visto de uma forma extremamente positiva. Em primeiro lugar porque fui eu que escolhi a equipa, embora tenha assimilado à minha equipa vereadores de outros partidos. Portanto a equipa de trabalho é gente escolhida por mim e trabalhamos em óptima harmonia. Nas relações humanas, por vezes, surgem, com mais frequência do que era desejável, chatices, mas não tenho tido esse problema.”

De realçar ainda a preocupação das mulheres entrevistadas em envolver e mobilizar as suas equipas para os projectos, o que não é mencionado de forma tão veemente pelos homens, como aliás se aprofundará mais adiante.

“Acima de tudo tento liderar e coordenar, quer a equipa da direcção quer a equipa de dirigentes com inteligência emocional. Eu acho que nada se consegue à força, nada se consegue com posturas ditatoriais e acima de tudo, eu costumo dizer que, eu não dou ordens, dou orientações, tento envolver, tento estar junto dos projectos, saber junto dos vereadores como é que as coisas estão a correr.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Quando questionados sobre se essa avaliação feita pela equipa seria influenciada pelo sexo do Presidente em causa, a tendência é no sentido de refutar essa ideia, negando uma diferenciação na avaliação do seu trabalho enquanto líder. No entanto, alguns referem que, apesar da avaliação poder não diferir consoante o sexo do líder, existem algumas diferenças na forma de liderar, diferenças de posturas, de linguagens, originando também diferentes condutas por parte do resto da equipa, tal como Genovese e Thompson (1993) defenderam.

“Pelo facto de ser mulher penso que não terá alterado qualquer tipo de comportamento da parte deles, julgo que a única coisa que poderá alterar e que eu vejo em reuniões de Câmara é que há, da parte de todos, alguma contenção: contenção de linguagem, contenção de postura. As reuniões de Câmara são pacíficas, pacíficas no sentido de que há uma oposição forte pela CDU, mas há um nível institucional muitíssimo correcto. Não sei se por ser mulher ou não, mas acho que acima de tudo por envolver e respeitar.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Apenas um homem afirma considerar existir a possibilidade de uma diferenciação, em

que se uma mulher fizesse tudo o que ele fez, como ele fez, seria inclusivamente mais valorizada, porque ser-lhe-ia mais difícil, dadas as responsabilidades familiares.

“Se calhar até valorizavam mais. Se fosse uma mulher a fazer as mesmas coisas, pressupunham que ainda teria sido um esforço muito maior da parte dela, nomeadamente se fosse uma pessoa com família constituída e essas coisas todas.” Mário Couto, 47 anos, PCP

Por fim, quanto à auto-avaliação do seu trabalho, as mulheres tendem a ser mais moderadas, não o avaliando de forma directamente positiva, dizendo que continuam a esforçar-se por melhorar e aprender, desejando também poder aliviar um pouco o peso que suportam, com o recurso a assessores.

“Eu sou uma pessoa sempre insatisfeita com o resultado e que tenta todos os dias fazer melhor. Portanto eu acho que, no meu trabalho, tenho que melhorar para cumprir, e tenho que perceber exactamente quais são os problemas das pessoas, o que é que lhes agrada, o que é que não lhes agrada e tentar chegar até elas e explicar quais são as dificuldades, que são muitas.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

Os homens consideram fazer um bom trabalho. Porém simultaneamente avaliam-no de forma negativa, devido à excessiva dedicação e entrega.

“Faço um juízo positivo por aquilo que me dedico, por aquilo que me envolvo e às vezes negativo por me envolver demais. Por me envolver demais, sinto que às vezes devia refrear um pouco e não me envolver tão fortemente nas coisas porque elas se desenvolveriam e far-se-iam na mesma maneira e atingir-se-ia o mesmo objectivo e eu mais descansado.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

Tal como as mulheres, também gostavam de um maior apoio técnico, ao que acrescentavam ainda mudanças legislativas, uma maior disponibilidade financeira ou alguma rotatividade nos pelouros.

5.2. Relação trabalho/família

5.2.1. Caracterização do agregado familiar

Tal como já foi referido, logo de início, a grande maioria dos entrevistados são casados ou vivem em união de facto. No caso das mulheres, têm entre um e dois filhos, o que pode ser explicado pela tentativa de minorar as limitações que advêm das responsabilidades familiares que acabam por se reflectir nas suas trajectórias profissionais e políticas, tal como já havia sido referido (Singly, 1987, 1993, 1996, 2000; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Torres, 2000a, 2001, 2002b, 2004).

Como referem Beck e Beck-Gernsheim (1995), enquanto as mulheres engravidarem, cuidarem das crianças e sentirem que estas são partes essenciais das suas vidas, as crianças continuarão a ser “*obstáculos*” (idem: 30) na competição pelos empregos ou, neste caso,

cargos políticos. Muitas mulheres vêem-se então na necessidade de decidir entre o trabalho ou participação política e a família; tendo que reconciliar condições e expectativas contraditórias com que se deparam em diferentes fases da sua vida.

Deste modo, parece haver, nas entrevistadas com filhos, um equilíbrio entre ser o que se espera de uma mulher (companheira e mãe), mas dentro de certos padrões que permitam o exercício deste cargo. O que se reflecte por um adiamento da maternidade e o limitar o número de filhos, como sucedeu com Sara Rodrigues, de 40 anos, PS, e Helena Pedrosa, de 41 anos, PCP; ou enveredar por uma carreira política mais activa e intensa numa fase de maior independência familiar, leia-se conjugal e parental, como no caso de Júlia Delgado, de 59 anos, PS. Podendo relacionar-se este último exemplo com as teses defendidas por Kauffman (1993, 2002) e Torres (2000a, 2000b, 2002b, 2004).

Torres defende então o conceito de amor-construção, em que o amor não é um sentimento imutável e estático ao longo de toda a relação, mas sim um processo em que o amor e/ou paixão que o indivíduo sente pelo parceiro conjugal no início da relação constrói-se e reconstrói-se. Deste modo, o amor pode adquirir a forma de um sentimento mais estável e menos entusiasmante de companheirismo e solidariedade, em que se dá uma desidealização do parceiro, em que ele se vai tornando menos inovador mas também mais próximo (Torres, 2000a, 2002b).

Kauffman (1993, 2002) também defende a relação amorosa enquanto uma viagem pelos sentimentos do indivíduo. O início é marcado pela incerteza e descoberta do outro e do próprio indivíduo no olhar do outro, uma perturbação e agitação do ser, que, no processo de conhecimento do outro e de si na relação com o outro, entram na aventura intensa e ambígua da definição e redefinição mútua de identidades que irá estabelecer progressivamente as regras, hábitos, papéis e práticas da futura relação. Depois dessa definição, a relação conjugal entra na fase do conforto, material, mas principalmente identitário, com o conhecimento do que o outro e o próprio indivíduo são na relação conjugal, o que podem esperar e o que poderá ser feito do e no futuro. No entanto, esse conforto, tal como avançado por Torres, traz consigo uma diminuição do inesperado, uma diminuição da liberdade em prol do aumento da segurança, podendo também fazer surgir uma nostalgia do imprevisível (Kauffman, 1993, 2002; Torres, 2000a, 2002b). E nesse conforto conjugal estabelece-se um paradoxo, próprio das sociedades contemporâneas, entre a necessidade de construir a sua identidade e individualidade e a necessidade de viver o amor, que, por sua vez, constitui a negação do seu 'eu' em prol do 'nós'. Deste modo, os indivíduos começam a demarcar as suas fronteiras, a construir os seus espaços pessoais, pensamentos íntimos e projectos próprios, dando azo a

uma nova forma de viver a conjugalidade, diferente do sentimento apaixonado do início da relação (Kauffman, 1993).

Assim, para Júlia Delgado, foi nesse período de maior espaço e autonomia individual na conjugalidade, período mais dinamizador, que se começaram a esboçar maiores ambições profissionais e políticas, tal como defendido por Torres (2000a, 2001, 2002). Sendo que, pelo contrário, as duas entrevistadas mais jovens ainda se encontravam numa fase precoce da sua conjugalidade e parentalidade, o designado tempo de instalação, quando decidiram enveredar por uma participação política mais activa, reflectindo-se em inúmeras dúvidas, hesitações, inseguranças e receios, algumas já mencionadas anteriormente aquando das dificuldades sentidas pelas mulheres nas suas trajectórias políticas. Passando-se, no entanto, a dar mais um exemplo:

“Como eu costumo dizer, nunca me coloquei em bicos de pés, antes pelo contrário, eu nunca fui ter com o partido, o partido veio sempre ter comigo fazer-me os convites, aos quais nunca respondi logo que sim, e para os quais pedi sempre tempo, porque tenho uma família, tenho obrigações familiares e todos os convites que me foram sempre feitos implicavam também penalizar, de certa maneira, a minha família e os que estão mais próximos com sacrifícios de tempo.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

No caso dos homens, não é perceptível o estabelecimento desse limite no número de filhos, podendo chegar aos quatro, como no caso de Mário Couto, de 47 anos, PCP, fruto de duas relações conjugais. São, na larga maioria, maiores de idade, e alguns mesmo independentes, já tendo inclusive saído de casa dos pais. Todavia, aqui esta situação não adquire o mesmo significado que no caso de Júlia Delgado, uma vez que, como a maioria dos homens tem actividade e carreira política já longas, a idade dos filhos não constituiu grande entrave às suas carreiras.

Isto porque, para os homens, os deveres da parentalidade podem ser realizados em “*pequenas doses*” (Beck e Beck-Gernsheim, 1995: 31), não sendo considerados como obstáculos ao objectivo de conseguir uma carreira, na medida em que o trabalho surge como prioritário. No caso dos homens, “*paternidade e carreira, independência económica e vida familiar não são contradições contra as quais se tem que lutar*” (idem); estando, ao invés, de acordo com os papéis lhe são atribuídos. Deste modo, “*a individualização, no sentido de fazer uma vida no mercado de trabalho, encoraja os homens a comportar-se de acordo com os papéis masculinos tradicionais*” (idem).

Situação que, mais uma vez, apresenta uma excepção, o caso de Guilherme Ventura, de 56 anos, PS, que, assumindo a custódia dos seus filhos, sofreu as limitações tradicionalmente associadas às mulheres.

Para além do número de filhos e da sua idade, é também de realçar o peso e a importância da postura adoptada pelo cônjuge na decisão de uma participação política mais activa e de construção de uma trajectória política por parte do entrevistado, homem ou mulher. Cônjuges esses que, no caso das mulheres entrevistadas, são tendencialmente muito escolarizados, desempenhando profissões intelectuais e científicas, o que pode explicar as suas posturas muito igualitárias; e que, no caso dos homens, dividem-se de forma homogénea entre profissões intelectuais e científicas e profissões intermédias.

Por fim, há que ter em consideração também a família de origem dos entrevistados e a repercussão que esta teve nas suas concepções, valores e posições políticas.

Aqui não se vislumbram grandes diferenças de género, uma vez que na esmagadora maioria dos entrevistados, a mãe era doméstica, apenas com a alfabetização ou ensino básico, revelando algum fechamento social, dedicando-se exclusivamente à família; e o pai, também com ensino básico ou curso médio, desempenhava funções pouco qualificadas, como pescador, comerciante ou assalariado rural. Existindo, no entanto, algumas excepções, poucas, no que se refere à profissão do pai, em que este tinha uma actividade mais qualificada ou até mesmo de dirigente e proprietário.

Contudo, existem também duas excepções no que se refere às mães, em que elas tinham efectivamente uma actividade profissional, tendo inclusive uma concluído a licenciatura, mesmo que em idade tardia (55 anos). Não será indiferente o facto de estas duas excepções serem em indivíduos com uma postura marcadamente igualitária e defensora dos direitos da mulher e da condição feminina, Sara Rodrigues, de 40 anos, PS e Guilherme Ventura, de 56 anos, PS. Este último, apesar da mãe trabalhadora, não considera ter sido influenciado por nenhum dos progenitores na sua decisão de participar activamente na política, mas sim por uma tia que vivia consigo, mais próxima da sua idade do que da mãe (irmã). Tia essa que, apesar de ser mulher, era muito politizada, tendo-o influenciado bastante.

A esmagadora maioria dos homens nega ter sido influenciado pela sua família de origem no seu interesse pela política, explicando-o pelo contexto social em que cresceram ou estudaram. A única excepção é Pedro Silva, 35 anos, PCP, que, sendo de uma geração mais jovem, afirma que seu pai tinha uma militância partidária, embora não muito activa.

A maioria das mulheres diz que seus pais (homens) demonstravam interesse pela vida política, às vezes com militância partidária, mas com uma participação política pouco activa, contrariando o defendido por Genovese (1993), no que aos pais diz respeito, em que as mulheres tendencialmente herdariam o poder político da sua família. Todavia, apesar da militância partidária pouco activa de seus pais, foi o suficiente para despertar uma apetência

política e de consciência cívica nas entrevistadas. O que no caso de Júlia Delgado, 59 anos, PS, resultou em alguma preocupação ou desacordo político por parte dos pais, dada a idade muito jovem (12 anos) com que ingressou num movimento juvenil ligado à igreja, mas com forte cariz político, contestário do regime de então. No entanto, embora preocupados, autorizaram esse ingresso, estimulando, dessa forma, o interesse cívico e político pela sociedade.

5.2.2. Influência da política na família e da família na política

Apesar de não se verificar essa herança política nas mulheres entrevistadas, no que se refere aos seus pais, tal como defendido por Genovese (1993), é perceptível uma influência política por parte dos maridos, todos eles com participação política, na maioria das vezes, muito activa. O que adquire grande importância no apoio e compreensão, por parte dos maridos, relativamente ao desgaste e à exigência do cargo político desempenhado por elas, mas não só. Também permite um alargamento dos horizontes profissionais, cívicos, sociais e políticos das mulheres, tradicionalmente mais limitados.

“O meu marido era uma pessoa com forte participação e vida política activa, muito activa mesmo e considero que é capaz de ter havido aí também alguma partilha. Provavelmente se tivesse, na altura, casado com uma pessoa que não tivesse nada que ver com este tipo de vida, ela poderia ser considerada um pouco mais hostil e desagradável, com todas as limitações que tem: ‘este fim-de-semana não posso fazer isto e aquilo, na medida em que tenho obrigações, amanhã à noite tenho não sei o quê’. E o mesmo se passa em relação ao meu actual companheiro. Eu admito que uma pessoa que não tenha na família quem compreenda ou sinta alguma apetência por esta vida se iniba um pouco, porque esta vida coloca muitas dificuldades à família no seu todo.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

Para além desta influência muito vincada, nota-se ainda uma certa herança familiar no caso de Sara Rodrigues, de 40 anos, PS, cuja entrada na vida política foi muito marcada pela participação política activa de um primo.

É essencial referir então o papel desempenhado pelos cônjuges das mulheres entrevistadas que, muito igualitários e incentivadores da participação política daquelas, em alguns casos, sacrificam sua própria trajectória profissional e política, para se dedicarem mais à família e suprirem essa lacuna.

“O meu marido podia ter uma vida política e optou por não a ter. Primeiro porque sou Presidente de Câmara e não queria estar em nenhum órgão municipal ou Assembleia de Freguesia porque poderia dirigir a alguma ideia de clero familiar que não lhe agradaria, mas ele acabou por abdicar de uma carreira política, na qual eu acho que ele seria brilhante, porque ele foi líder da bancada da Assembleia de Freguesia, é uma pessoa que daria um excelente deputado municipal. (...) E portanto ele acabou por abdicar dessa opção, teve alguns convites profissionais que teve que declinar, onde ele ganharia bastante mais, mas que teria que ter também um horário

bastante mais complicado em termos de saída e ele faz questão de ir buscar as crianças todos os dias à escola. (...) E portanto ele sacrificou-se duplamente, sacrificou-se do ponto de vista político e também de cidadania e do ponto de vista profissional, acaba por ter um horário mais regular mas está muito prejudicado financeiramente.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

O mesmo sucede com os homens autarcas, em que as mulheres também sacrificam sua realização profissional, pessoal e cívica em prol da carreira daqueles. A diferença reside na frequência, ou seja, é muito mais frequente ser a mulher a abdicar do seu projecto profissional em prol do projecto do marido do que o contrário (Kellerhals, 1982, 1984), como aliás Singly (1987, 1993, 1996, 2000) defendera ao afirmar que a mulher é frequentemente muito prejudicada com o casamento em oposição ao homem que vê a sua progressão profissional mais facilitada. Isto até porque esse cenário é socialmente mais expectável e valorizado.

Deste modo, três dos homens entrevistados sublinharam o facto das mulheres (duas de profissões intelectuais e científicas e uma profissional intermédia) terem tido actividade política, mas a dada altura terem decidido prescindir dessa vertente das suas vidas devido à família, principalmente aos filhos, sendo os próprios autarcas a admitirem aqui o peso do género na decisão. O que tem como resultado uma maior disponibilidade do autarca para o exercício do seu cargo devido às preocupações e funções familiares ficarem mais a cargo da mulher, ao que alguns acrescentam ainda o facto da família ser o porto de abrigo e o que fortalece o autarca dando-lhe estabilidade emocional.

“Eu estava na Junta de Freguesia e ela na Assembleia de Freguesia, e depois houve um que teve que definir que, com influência cultural de certeza, mas também com influencia genética a mãe é que optou ‘vou deixar a actividade em si, política’ e portanto dedicar-se à nossa filha.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

O papel do cônjuge é notoriamente importante na trajectória política desenhada pelo entrevistado, quer seja homem ou mulher, uma vez que dadas as dificuldades na relação entre actividade política e vida familiar e as consequências de uma participação política na família, geralmente resultando num sentimento de perda e algum sofrimento para todos os envolvidos, a decisão não seria exequível sem o apoio do cônjuge no processo de construção identitária do indivíduo enquanto pessoa, profissional, político, marido/mulher, pai/mãe.

Assim, cada indivíduo, no seio da relação conjugal, ajuda o outro na construção do seu ‘eu’ e na construção da sua percepção do mundo e dos outros, e não obstaculiza o processo de construção da identidade pessoal (Singly, 1996, 2000; Torres, 2000b). Assim, a vida a dois consiste num equilíbrio difícil, tal como explicado por Kauffman (1993, 2002), entre dois extremos: um excessivo fechamento e isolamento em si e uma excessiva dedicação ao outro, devendo satisfazer as necessidades relacionais e afectivas do indivíduo, mas também a autonomia individual (Kauffman, 1993; Singly, 1996, 2000). Como, aliás, defende Singly

(2000: 16), *“a relação amorosa ou afectiva é vista como um espaço favorável à revelação progressiva da identidade pessoal, não devendo assim sufocar. Cada um busca a fórmula mágica que lhe possibilite ser ‘livre junto’”*.

No entanto, o processo de construção identitária, para o indivíduo e em relação com o cônjuge, ainda não se reveste de contornos iguais consoante o género (Singly, 1996, 2000; Torres, 2000b, 2001, 2002a, 2002b), como aliás é destacado por Kauffman (1993: 3) *“si les hommes et les femmes ne parlent pas de la même manière, c’est parce qu’ils n’occupent pas la même position dans le couple”*. O que é visível nos entrevistados, uma vez que as mulheres, mais do que os homens, mesmo com o sacrifício pessoal, profissional e político dos cônjuges, ainda assim vivem angustiadas entre duas pressões: a família e a política. Assim, é ainda actualmente mais difícil para a mulher, em contexto conjugal, conseguir um processo identitário seu, potencializado pelo cônjuge, o que acontece efectivamente nestes casos, e não imposto ou enfraquecido pela conjugalidade e suas significações sociais e culturais (Singly, 1987, 1996, 2000; Torres, 2000b, 2001, 2002a, 2002b).

Porém, mesmo assim, na modernidade assiste-se a uma tendência igualitária de género, nomeadamente com a já referida passagem de mulher-natureza para mulher-indivíduo (Torres, 2000a, 2000b, 2001, 2002a, 2002b), em que a mulher não mais é encarada única e exclusivamente enquanto mãe e esposa, mas já enquanto um ser autónomo, capaz de tomar decisões sobre o seu percurso e de, sozinha ou juntamente com o marido, exercer as funções de provedor da família, conseguindo desta forma construir de forma directa a sua identidade pessoal e social e não de forma mediada, como sucedeu até à década de 60 do século XX (Torres, 2000a, 2001, 2002a, 2002b; Singly, 1987, 1993, 1996; Beck e Beck-Gernsheim, 1995). Nas palavras de Singly (2000: 16) *“o amor, conjugal ou maternal, não justifica mais (ou, para ser mais exacto, justifica menos) o retraimento da mulher da cena social e pública. Ele não deve mais transformar o laço de dependência afectiva em um elo de dependência social e económica”*.

A maioria dos entrevistados, em maior ou menor grau, tiveram o apoio dos respectivos cônjuges, o que nem sempre acontece com o resto da família, como afirma Paula Veríssimo, de 56 anos, PS.

“Os meus pais nunca viram isso [o desempenho de cargos públicos e políticos] muito bem, porque achavam que isso era um prejuízo para mim”

Ou como foi o caso já referido da mãe de Sara Rodrigues, de 40 anos, PS, que preferia vê-la numa actividade com um horário mais regular que possibilitasse uma maior dedicação à família. Não será indiferente o facto de ser uma das poucas mães profissionalmente activas e a

única licenciada a defender esta posição. Talvez pela experiência das dificuldades de gestão de uma vida familiar com uma actividade tão exigente e desgastante.

Apesar de, como é visível com os casos de Sara e Paula, alguma família de origem apontar algumas preocupações e angústias, é esta que se torna uma fonte importante de apoio familiar no sentido de uma melhor conciliação actividade política/família, como se verá adiante.

“Toda a gente disse que se era uma coisa que eu queria fazer, que teria o apoio de todos e todas as ajudas que viessem a ser necessárias, que são sempre muitas quando se tem uma criança pequena. E realmente houve ajudas que foram muito necessárias, nomeadamente dos meus pais e mais família. Mas não tive nenhum entrave de ninguém.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

No entanto, os homens sempre receberam apoio absoluto por parte das famílias de origem, sendo que as preocupações e algumas incompreensões são expressadas mais pelas cônjuges.

“Eu tenho que dizer que a minha mulher sempre me apoiou, naturalmente dizendo sempre que preferia que eu não estivesse, mas que se eu gostava desta actividade e se eu me realizava nela que ela estaria ao meu lado para me apoiar.” Mário Couto, 47 anos, PCP

“Nessa altura já era a minha mulher com quem eu dialogava e ela deixou-me à-vontade para eu decidir. Portanto nem facilidades nem entraves, algumas incompreensões, o que é natural. Isso sim.” Vasco Batista, 56 anos, PCP

Sendo então curioso verificar que geralmente são mulheres a colocar alguns entraves nas decisões dos indivíduos, homens ou mulheres, de candidatarem-se a um cargo político e público como o de Presidente de Câmara Municipal. O que pode ser explicado pelo facto de serem estas as mais sobrecarregadas com a decisão.

Vista a influência da família, construída e de origem, na trajectória política dos entrevistados, passe-se agora para o raciocínio inverso, ou seja, a influência da política na família. E a principal influência da política na família, sentida e sofrida por todos, é o tempo passado com a família que é escasso com prejuízos para a construção de uma relação conjugal e parental, quer os que já as têm quer para os que desejam tê-la.

“Ela [a filha] tem crescido ao longo desta minha actividade, portanto não tem tido o pai que ela queria ter tido muitas vezes, e o pai não tem estado com a filha as vezes que queria estar, portanto faz as suas mossas e cria as suas influências. E com a minha esposa também, de facto ao longo do tempo...” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

“Há momentos que são mais difíceis, porque dirigimos muito mais atenção para os outros do que para os nossos. Normalmente esquecemo-nos, despreza-se um pouco o que se tem em casa para se dar atenção ao resto. E eu procuro corrigir sempre, porque a tendência normal é nós nunca termos tempo para casa e temos tempos para ir à festinha não sei quê, mas para ir às compras com a mulher, ou escolher um vestido, ou ir com os filhos comprar uns ténis, arranja-se sempre uma desculpa, ou porque se chega a casa mais cansado e aqueles

momentos quando se tem duas ou três horas livres num fim-de-semana, aproveita-se para descansar um bocado.”

Afonso Oliveira, 50 anos, PS

“Para quem quer construir uma relação sólida, estável e para quem queira alimentar essa relação, o exercício destas funções é claramente prejudicial em relação a essa intenção. Claramente.” Pedro Silva, 35 anos, PCP

Depois de referida esta influência vincada, são mencionadas outras, mas em que já se nota uma diferenciação de género. Com efeito, os homens falam na exposição pública a que a família fica sujeita, com comentários, nem sempre positivos, e pedidos relativos à prestação política dos maridos ou pais; e um certo afastamento, tanto da maioria dos filhos como das mulheres, relativamente à política, com algumas excepções de filhos que se interessam pela política local e mulheres que acompanham os maridos nas suas actividades, umas com mais vontade que outras, mas que são excepções.

Nas mulheres nota-se um efeito da política na família tanto mais forte quanto mais afastados estiverem o cônjuge e a família da vida política. Assim, se estes estiverem estreitamente vinculados, as influências da política não são tão sentidas, pois já está muito interiorizada na vida familiar. Contudo, se houver alguma distância entre as duas realidades, as influências são mais notórias. Sendo que, no caso das mulheres, é no sentido inverso ao dos homens, ou seja, em direcção a um maior interesse e curiosidade pela vida política nacional e internacional.

No entanto, as influências sentidas pelas mulheres não ficam por aqui. Tal como já havia sido referido, algumas mulheres referiram que ou atrasaram a maternidade para anos mais tardios, com alguma consolidação profissional, ou a restringiram a apenas um filho, devido às pressões profissionais e políticas e consequentes dificuldades na gestão da relação trabalho/família.

“(Reflexão) Se calhar o facto de só ter um filho foi consequência disso. Em parte, não totalmente. Não totalmente, mas pode ter tido alguma influência.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

5.2.3. Tarefas domésticas, estruturas de apoio e gestão de poderes

Essa escassez de tempo para a família, principal influência da política na família, tem também repercussões no diz respeito às tarefas domésticas. Todas as mulheres expressaram dificuldade no desempenho dessas actividades, devido ao desgaste e às exigências da vida política local, pelo que se apoiam em ajuda externa paga (empregada doméstica) e apoio familiar (essencialmente a mãe).

“Se a mulher, para além de ter uma função política extremamente exigente como é o caso de ser autarca ainda tiver que acumular com horários rígidos de organização familiar não tem qualquer hipótese. E então ou

deixa a família ou deixa o lugar. [...] Eu não tenho actividade doméstica praticamente nenhuma. A minha actividade doméstica resume-se, ao fim-de-semana, se tiver um bocadinho, é fazer comida, que eu adoro. Agora o resto, quer dizer, se não tivesse uma senhora que ajudasse a fazer isso era uma desgraça não é? Aí sim íamos ter um problema (risos).” Júlia Delgado, 59 anos, PS

“Tudo o que tem a ver com a organização da casa e limpeza acaba por estar um bocadinho a meu cargo, partilhado com a empregada que não está em permanência. Tudo o que tenha a ver com as compras, supermercado, etc é com o meu marido. Uma vez por mês vamos juntos ao hipermercado, mas pequenas compras acaba por ser ele, semanalmente, a ver como é que está a despensa. Mas, de qualquer maneira, sou eu que faço a lista. Ele vai, mas a lista das compras é feita por mim. (...) Há esta partilha. (...) A minha mãe ajuda muito na parte da alimentação. Eu faço as refeições mais rápidas e de fim-de-semana, eu asseguro o fim-de-semana, no dia de semana acaba por ser a minha mãe a assegurar algumas das refeições. Algumas consigo planear, outras não consigo planear, mas sem esse apoio da minha mãe a componente alimentação seria muito mais complicada.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Mas ao contrário do que isto poderia levar a pensar, elas mantêm um papel muito activo na educação dos filhos, existindo funções que só elas desempenham. Nota-se esse papel mais diminuto e apagado no que se refere à organização da casa, devido à incapacidade de conseguir chegar a todos os domínios, acabando por gerir a vida por prioridades, delegando essa à ajuda especializada já referida.

Quanto aos homens, embora a maioria refira que tenta o equilíbrio ou que já tentou no passado quando tinha maior disponibilidade, todos referem que são as mulheres que mais fazem. Quer se tratem das não remuneradas para tal, como as cônjuges e namoradas, quer as remuneradas, as empregadas domésticas.

“Esse pelouro está entregue lá em casa a outra pessoa. Ainda por cima é um pelouro não remunerado.” Mário Couto, 47 anos, PCP

“Fundamentalmente a minha mulher. (...) Praticamente desde sempre que, não fosse eu uma pessoa muito disponível para as actividades domésticas, mas percebia que quando estava em casa que as tinha que fazer. Portanto não digo que havia partilha quando estava em casa, mas também estava muito pouco tempo em casa, mas não digo que havia partilha, mas não deixava de fazer as coisas. Só exemplificar, apanhava a roupa, e era eu que ia estender e apanhar a roupa quando estava em casa, ou que era obrigado a limpar o pó, porque me obrigavam a limpar o pó, ou a dar cera em casa. Obrigavam-me... Porque obrigavam-me e eu, por razões de consciência, não podia recusar. [Actualmente tem uma empregada doméstica?] Sim. Tenho empregada doméstica, que vai lá aos bocadinhos.” Vasco Batista, 56 anos, PCP

No entanto, alguns falam num esforço ainda no presente em colaborar, esforço esse difícil devido ao pouco tempo e à pouca presença em casa derivada das responsabilidades políticas. Sendo, mais uma vez, de realçar o exemplo de Guilherme Ventura, de 56 anos, PS, diferente de todas as outras situações masculinas, em que mais uma vez coube a ele tarefas

que socialmente são mais esperadas das mulheres, uma vez que suas companheiras anteriores não as assumiam, por doença ou dedicação à carreira profissional.

“Durante muitos anos fui eu que as fiz. (Risos) Portanto, a partilha era cá toda para o meu lado. Agora, existe quando é possível, embora a minha mulher tenha muito mais disponibilidade que eu e portanto... Com as minhas duas mulheres anteriores, de quem eu tenho filhos, a partilha era cá para o meu lado, porque uma era doente, a outra era profissional, portanto eu que me desenrascasse com as crianças, se quisesse. E eu é que cozinhava, tratava de... Bom! Com a minha terceira companheira a situação é diferente, até porque ela tem uma outra postura relativamente à vida. Então se eu sou uma pessoa mais ocupada do que ela em termos profissionais, que isto tem de ser compensado em casa, de alguma forma. Mas a partilha, muitas vezes sou eu que faço almoço ou o jantar ou que faço a gestão da mulher-a-dias.”

No que concerne aos cuidados com os filhos, tal como já havia sido mencionado, o esforço dos entrevistados, homens e mulheres, em manterem-se presentes é maior do que relativamente às tarefas domésticas. Contudo, é mais efectivo e procurado pelas mulheres do que pelos homens na gestão dos tempos do quotidiano e dos ritmos de trabalho, como já foi referido. O que não quer dizer necessariamente a inexistência de apoios familiares, uma vez que as mães das autarcas relevam um importante papel desempenhado no seio familiar, no cuidado dos filhos, principalmente em idades mais novas, ajudando a manter o equilíbrio familiar. A maioria dos homens, excluindo Guilherme Ventura, por seu lado, delega um pouco a educação dos filhos às companheiras, com trajectórias profissionais menos exigentes e participações políticas que entretanto se desactivaram em grande medida.

É importante porém ter em conta que esta relação entre participação política e vida familiar está em permanente construção e reconstrução, não sendo algo que uma vez estabelecido permanece inalterado. A relação vai-se construindo com dificuldades e hesitações, mas também com muitas certezas e determinação; e com a partilha, apoio e ajuda da família, de origem e construída, como aliás já se referiu nas renúncias profissionais e políticas dos cônjuges e nas ajudas das mães (que apesar de não ser mencionado pelos homens casados, é-o por Pedro Silva, de 35 anos, ainda solteiro, parecendo que as funções familiares, a partir do momento em que casam, recaem sobre as companheiras). Os homens, mais do que as mulheres, referem a família, nomeadamente a relação conjugal, como algo paralelo à vida política, construindo-se a par e passo, com as dificuldades já mencionadas, mas consolidando-se mesmo assim.

Por fim, no que diz respeito às decisões no seio familiar, quer se tratem da gestão doméstica, quer se tratem da educação e formação dos filhos, elas são no geral partilhadas, não existindo uma divisão estanque pré-determinada nem impulsionadora do conflito. As decisões são conversadas, discutidas e tomadas em conjunto. No entanto, existem algumas

excepções no masculino, que fazem menção a uma gestão familiar quase unidimensional. Vasco Batista, de 56 anos, PCP, e Afonso Oliveira, de 50 anos, PS, confessam que as decisões recaem, na sua maioria, nas mulheres.

“Eu tenho que assumir que, no fundamental, a minha mulher assumiu essas funções quase isoladamente. Claro que há decisões que não se assumem isoladamente, mas quase sempre acabei por concordar com as opiniões dela. A esse nível não tivemos diferença de opinião, porque também era ela que as concretizava.”
Vasco Batista, 56 anos, PCP

E, mais uma vez, Guilherme Ventura, de 56 anos, PS é excepção porque as decisões familiares eram tomadas única e exclusivamente por ele, sendo assim uma excepção clara dentro da realidade masculina dos entrevistados.

5.3. Género

5.3.1. Representações de género

Todos os entrevistados, homens e mulheres, partilham a mesma percepção de género. Isto é, apesar de considerarem as diferenças físicas entre homens e mulheres como reais e enquanto despoletadoras de diferenças nas formas de sentir e perceber a realidade, agindo depois também de forma diferente, não consideram que essas diferenças influam nas capacidades ou direitos de cada indivíduo de exercer qualquer cargo ou profissão. Deste modo, pensam que homens e mulheres devem estar presentes em todos os quadrantes sociais, profissionais e políticos. Ou seja há diferenças nas formas de ser, sentir e perceber, mas não há diferenças nas capacidades de cada um de exercer qualquer função na sociedade, seja ela social, profissional, política, mas também familiar.

“Não são intelectualmente diferentes, eu acho que, do ponto de vista intelectual, somos capazes exactamente das mesmas coisas. Colocados nas mesmas condições, somos capazes exactamente das mesmas coisas. Nós somos diferentes, somos seres diferentes, somos fisicamente diferentes, geneticamente diferentes e portanto eu acho que há sensibilidades diferentes. E depois sobretudo há papéis socialmente diferentes. Isso para mim é a tónica sempre.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

No entanto, alguns entrevistados valorizam essas diferenças no sentido de uma maior complementariedade entre sexos.

“Eu acho que há diferenças na forma que vêm da génese, da genética. Nós somos seres humanos diferentes. Se não fossemos diferentes não nos atraíamos, ponto final, e não nos complementávamos. (...) Um homem sente e vê as coisas de forma diferente de uma mulher e uma mulher sente e vê as coisas de uma forma diferente da de um homem. (...) Estamos a falar de dois seres diferentes, que devem ter os mesmos direitos, devem ter as mesmas oportunidades, mas que têm características diferentes, e geneticamente são diferentes,

ponto final parágrafo. Aliás é essa a diferença que faz a mais valia de haver homem e mulher.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

Enquanto que outros as desvalorizam, considerando que são cada vez mais ténues.

“Eu acho que as mulheres são capazes de ser mais sensíveis, acho que têm um carácter mais humanitário e os homens mais ligados às questões da eficácia, do fazer... Mas isso cada vez mais é esbatido. [...] Eu acho que é evidente que há diferenças. Negá-las era... Físicas logo à partida, as psicológicas, emocionais. Não considero que isso tenha importância de maior, não valorizo. Acho que há diferenças, como há diferenças entre dois homens como há diferenças entre duas mulheres. Cada ser humano tem características próprias e portanto a mulher e o homem têm características próprias, não deixem de ser seres humanos.” Vasco Batista, 56 anos, PCP

Quando perguntados sobre o que é ser homem ou mulher, consoante o género do entrevistado em causa, é notória uma maior dificuldade, por parte dos homens, em definir o que é ser homem mas facilmente definirem o que é ser mulher, o que nem sequer lhes era pedido. O que pode ser explicado pela invisibilidade e a universalidade do género masculino (Kimmel, 2000). “*When you wake up in the morning and look in the mirror what do you see?* she asked. (...) ‘Well,’ I said, ‘when I look in the mirror, I see a human being. I’m universally generalizable. As a middle-class white man, I have no class, no race, no gender. I’m the generic person! (...) When you are ‘in power’, you needn’t draw attention to yourself as a specific entity, but, rather, you can pretend to be the generic, the universal, the generalizable.’” (Kimmel, 2000: 7).

Essa universalidade e invisibilidade do género masculino, patente na afirmação de Dom Francisco Manuel de Melo (in Almeida, 1995: 82) “*(...)o homem é um mundo inteiro(...)*”, é visível na declaração de Afonso Oliveira, de 50 anos, PS, para quem ser homem é ser tudo, mas com uma marca vincada na liderança, defendendo aliás que as mulheres, no que diz respeito à participação política feminina, é que têm de se esforçar, sacrificar e impor.

“Ser homem é ser responsável, é ser líder, nem que seja lá da rua dele, da casa dele, é... Esta é uma pergunta difícil, é complicado. É ser o que eu sou. É tudo. É rir, é chorar, é correr, é saltar, é contar uma anedota, é saber sofrer, é ter capacidade de enfrentar desafios, é nunca desistir, é ser sensível, ser sensato. É tudo um pouco.”

A invisibilidade é marcante quando os homens, questionados sobre o que é ser homem, não o conseguem responder, acabando por definir o que é ser mulher, o que lhes parece mais simples, dando a sensação que a representação dos homens do que é ser mulher é algo restrita, simplificada e limitadora.

“Não sei o que significa ser homem. Significa fisicamente sermos diferentes da mulher portanto temos pila. Mas do ponto de vista psicológico, eu ia dizer uma coisa, que eu acho que é para o homem e para a mulher,

que é ter dignidade. Portanto não... Assim do ponto de vista, não sou capaz de responder porque não... Se me perguntar o que é que eu acho da mulher, sou capaz de dizer aquela coisa que é um bocadinho aquilo que toda a gente diz, mas que eu acho que... Mais simpatia, mais amabilidade, com mais facilidade expressam o sentimento. Portanto isso eu reconheço na mulher. No homem não reconheço tanto. Mas não é isso que caracteriza o homem, não considero que isto sejam características.” Vasco Batista, 56 anos, PCP

No entanto também há homens para os quais existem diferenças entre homens e mulheres, mas em que essas diferenças não são automática e imediatamente aplicáveis a todos os homens e a todas as mulheres. Existem características que, mais do que pertencentes a um género, pretendem-se pertencentes ao ser humano, aproximando-se muito ligeiramente da tese defendida por Rubin (in Lorber e Farrell, 1991; in Kimmel, 2000), para quem não existiam diferenças claras e inequívocas entre homens e mulheres, apenas o tabu da semelhança.

“Eu acho que qualquer ser, é-me difícil, qualquer ser seja homem seja mulher pode ser egoísta, pode ser egocentrista, pode ser altruísta, dedicado, aplicado, calão, vadio, por aí fora, e não tem que obrigatoriamente por ser calão ser homem e por ser vadio imaginando ser mulher, portanto é-me difícil dizer quais são as principais características dos homens e das mulheres. (...) Acho que não há características específicas boas e más dos homens e específicas que são boas e más das mulheres, há características que são boas e más dos seres humanos.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

As mulheres, tal como os homens, defendem diferenças de género, como uma sensibilidade feminina mais apurada, mais profunda e uma maior perspicácia. Características estas que são vistas como uma valorização das mulheres. No entanto, não deixam de realçar que, no desempenho de funções profissionais ou políticas, são perfeitamente iguais aos homens, sem diferenças de capacidades intelectuais ou analíticas.

Com efeito, uma das entrevistadas alerta para que a principal limitação das mulheres está na sua própria mente e representação de género, devendo assegurar a sua presença em todos os quadrantes sociais, inclusive o político.

“Não tenho nenhuma reserva mental em relação ao género feminino, acho até que a mulher tem particularidades que vão desde uma sensibilidade diferente, mais aprofundada. (...) Eu pertenço a uma geração em que tivemos tanta participação cívica, foi um período, a história principalmente de Portugal, em que as mulheres cresceram tanto no que diz respeito às múltiplas actividades por onde penetraram que parece que essa pergunta se torna difícil de responder. Acho que a nossa intervenção é uma questão da nossa cabeça, da nossa racionalidade e daquilo que queremos fazer da nossa vida, muito claramente. E aí eu acho que não há diferença entre homens e mulheres.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

A única mulher que descreve o ser mulher enquanto papéis sociais, e não enquanto comportamentos ou sentimentos, sublinha a diferença de papéis sociais existentes entre homens e mulheres, pelo que, para ela, ser mulher é ser mãe e ser filha, porque, apesar de não negar o sucesso de muitos homens no desempenho desses papéis, as mulheres continuam a deter funções diferentes no seio familiar, distinguindo ambos os géneros.

Papéis de género estes que entretanto, com as transformações sociais, culturais e políticas têm sofrido modificações, evoluções, reconfigurações. Todas as mulheres referem que houve conquistas importantes e muito positivas no que diz respeito ao papel social, profissional e cívico das mulheres, conquistas essas que foram conseguidas não só pelas mulheres mas também pelos homens.

“Todas as conquistas que tiveram lugar foram feitas por homens e mulheres. (...) As mulheres têm tido um papel sempre de grande importância, mas na maior parte dos casos de retaguarda, de segundo plano, e só vamos sabendo quando efectivamente as suas descobertas tomam contornos de visibilidade mundial e então aí nós vamos constatar que ‘Que bom, uma mulher no lugar, que fez um trabalho tão importante, que se destacou por isto ou por aquilo’. (...) Por isso eu acho que as mulheres vão continuar a marcar a história como o têm feito, e como os homens o vão fazer. Isto é muito partilhado, agora tem de ser uma partilha muito mais equilibrada do que tem sido até agora, porque a maior parte das histórias das mulheres até aos tempos de hoje eram história de luta e glória caseira.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

Conquistas que permitiram às mulheres ocupar cada vez mais um lugar de destaque na vida social e não já somente um lugar de bastidores.

“Eu agora diria aqui, entre aspas, os homens que se cuidem porque as mulheres estão aí (risos), e isto porquê? Continuam a nascer mais pessoas do género feminino do que do género masculino. Automaticamente somos mais, pesamos mais, se assumirmos o lugar que nos compete em termos de cidadania... E eu não tenho dúvidas de que esta geração de jovens mulheres não vai mais inibir-se, ter uma vida profissional, ter intervenção na sociedade, optar por opções de vida, até ontem, diferentes, pelo facto de serem do género feminino. Não vão. O que é que isto significa? Significa, seguramente, que nas próximas gerações, e ainda bem, nós teremos, em toda a Europa e no mundo, aquilo que hoje nos países nórdicos já é muito corrente: mulheres em lugares de cimeira, no que diz respeito ao destino dos países, à gestão política dos países.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

No entanto, ressaltam também que ainda há muito pela frente a ser conseguido, que sê-lo-á pelas gerações futuras, como por exemplo mulheres em lugares de poder.

“Acho que acima de tudo foi um percurso muito difícil, muito espinhoso, que devemos às primeiras feministas. Mas as mulheres contaram sempre com homens, com alguns homens que estiveram com elas. Obviamente que há ainda muitos patamares que temos que fazer, mas que temos que fazer com os homens, temos que envolver os homens, eu acho que nenhuma revolução se consegue só com uma parte da humanidade, tem que ser com as duas partes, homens e mulheres. O trabalho começa em casa, começa na educação, como educamos os nossos rapazes, as nossas raparigas, passa pelos nossos professores e portanto é um corrente de energias, mas de energias de ambos os sexos. E portanto, acima de tudo, eu acho que é um desafio da civilização, porque o grau civilizacional da sociedade também se mede pela forma como homens e mulheres acedem ao mercado de trabalho, têm progressão na carreira e acedem à vida política e esse grau civilizacional, em Portugal, tem uma aferição ainda um bocadinho baixa, porque estamos ainda muito longe das metas de alguns países nórdicos, mas é uma meta que temos de trabalhar em conjunto.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Essa meta é possível por duas vias: de forma progressiva, defendida por duas entrevistadas, ou de forma legal e com mecanismos de correcção de assimetrias, defendida por outras duas.

Relativamente a este assunto, a maioria dos homens, mais do que falar em conquistas femininas, que as houve e consideram, realçam o ainda papel menorizante das mulheres. Defendem que as mulheres continuam a sofrer preconceitos em relação às suas capacidades, sendo subalternizadas e estigmatizadas apenas por serem mulheres, cabendo-lhes ainda um papel secundário na sociedade, destacando, no entanto, a dificuldade na modificação destas representações sociais e culturais de género.

“Em Portugal ainda existe, e especialmente fora dos centros urbanos, claramente uma subalternização do papel da mulher que tem a ver com séculos de inferioridade imposta pelo conservadorismo que imperou desde tempos imemoriais, mas com grande expressão durante todo o regime anterior, ou seja, foram 48 anos em que efectivamente a mulher foi completamente subalternizada e esteve à margem de todos os movimentos de emancipação que decorriam em toda a Europa. E portanto isto paga-se em termos sociais.” Carlos Vaz, 62 anos, PSD

Estas modificações, que, apesar de difíceis, se foram definindo, criaram dificuldades e angústias de afirmação, tanto para mulheres, como para homens, como aliás já havia sido referido por Giddens (1993).

“Eu acho que as mulheres têm angústias, angústias de afirmação, angústias de... ainda por cima isto ainda tem uma carga de séculos, de uma menorização que tem uma carga de séculos, o que implica que se libertem desta situação de menorização em que sempre tiveram ao longo destes séculos. É uma missão complicada. Mas penso que para os homens também é difícil. De repente... E quando eu digo de repente é porque são situações de algumas décadas, situações que se despoletaram há algumas décadas, que são ‘de repente’ se compararmos com séculos e milénios. De repente viram os princípios basilares em que assentava a sociedade e a sua supremacia serem postos em causa. E portanto eu acho que há muitos homens que estão agora numa situação de quase pânico. Não é porque querem resistir à mudança, é porque não sabem como é que hão-de agir em função dessa mesma mudança. Eu acho que, neste momento, o papel individual da sociedade é mais difícil para os homens do que para as mulheres.” Guilherme Ventura, 56 anos, PS

O que pode explicar a postura de dois entrevistados, claramente excepção, que consideram que as mulheres tiveram muito mais conquistas que os homens, ao contrário da maioria que perceberam a evolução da condição feminina como uma evolução para a sociedade e não apenas para as mulheres.

Neste sentido, Mário Couto, de 47 anos, PCP, reconhece que, ainda hoje e apesar das conquistas femininas, o mundo ainda é dominado por homens, afirmando estar satisfeito com a condição masculina. Todavia não consegue fazer uma avaliação no que se refere às

conquistas femininas das últimas décadas, dizendo não saber se actualmente as mulheres têm mais qualidade de vida que anteriormente, dada a sobrecarga de trabalho.

“Acho que a mulher deu passos gigantes em relação ao que estávamos há cem anos atrás. Em Portugal, se calhar, há trinta. Portanto acho que as coisas hoje estão muito mais equilibradas, o que não quer dizer que as mulheres hoje tenham uma vida, se calhar, melhor... melhor não, porque o melhor é muito relativo, ou seja, as mulheres hoje, pelo facto de intervirem muito mais na sociedade acabam por ter uma carga de trabalho até superior. É nesse sentido que eu estou a dizer, mas o ser superior não quer dizer que seja pior, porque pode também dar outra motivação, outro gosto a fazer as coisas.”

Quanto às conquistas masculinas, não as considera conquistas, mas mais um esforço e obrigação, como no caso da participação nas tarefas domésticas e na educação dos filhos. Sendo que esta última se reveste de um cariz positivo para o entrevistado, uma vez que o homem deixa de ser apenas o disciplinador.

“O homem, por sua vez, acabou por ter que assumir algumas coisas que teoricamente não eram da sua responsabilidade: a relação com os filhos, a educação dos filhos era uma tarefa muito da mulher. Acho que os homens hoje participam muito mais na educação dos filhos do que participavam antes. Mesmo nas lides domésticas. (...) Mas envolvem-se muito mais, não sei se por gosto se por... Eu penso que não é muito por gosto, mas tem de ser. E depois trabalham os dois e depois é complicado pôr-se ali, lá do alto da cátedra a ditar as regras. Mas acho que isso, por outro lado também, em relação aos homens, essa maior proximidade à família e essa relação com os filhos (...) torna os homens, se calhar, também mais afectivos, porque a relação com os filhos era uma coisa que não... O homem servia para ganhar dinheiro e, muitas vezes, para a parte pior era o que dava os correctivos.”

O que vai ao encontro do defendido por outro entrevistado, Vasco Batista, de 56 anos, PCP, quando diz que ambos, homens e mulheres, conquistaram a autoridade, por mérito, trabalho e empenho e não já apenas a autoridade pelo medo.

“A mulher ganhou autonomia, ganhou maior respeito, maior liberdade... e o homem também. Perdeu a autoridade negativa da autoridade: eu quero, posso e mando, mas ganhou a autoridade da autoridade, até porque eu acho que a sociedade se abriu a isso, a autoridade pelo empenho, pelo trabalho, pela capacidade, pelo convencimento. E isso ganhou o homem e a mulher. E com o ganhar o homem e a mulher esse tipo de características ou de compreensão, perdeu um bocadinho o homem aquela autoridade em que manda porque é homem. Mas isso não foi uma perda, foi um ganho. Para ele próprio e para a sociedade.”

5.3.2. Posicionamento face aos estereótipos

No que diz respeito às percepções tradicionais de género, ou seja, os estereótipos, houve uma posição consensual por parte de todas as entrevistadas no sentido de os repudiar pela sua concepção limitadora das identidades femininas. Assim, identificaram-se com parte deles, mas não na sua totalidade, bem como consideraram que a respectiva identidade de cada uma não se esgotava nessas características estereotípicas.

Consideram que tudo tem o seu momento e que são muito mais além dessas características de sensibilidade, emotividade e afectividade, nas quais se enquadram, fruto da educação familiar e social, que incute essa forma de ver e sentir o mundo.

“Toda a gente me define como uma mulher muito afectiva e muito sensível. As pessoas dizem e sou. Tal como há homens afectivos e carinhosos. Obviamente que, por uma questão de educação e que hoje ainda se perpetua, de estereótipo, digamos assim, as mulheres porque brincam com bonecas são estimuladas a ter uma maior carga de afectos e docilidade.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Mas apesar de concordarem com alguns predicados dos esteréotipos de género, como a sensibilidade, a afectividade e a emotividade, repudiam totalmente o rótulo de frágil.

“Há pessoas que confundem uma pessoa sensível e emotiva com uma pessoa frágil e havia muita gente, nomeadamente em partidos e na oposição, que achavam que sou uma pessoa frágil. Não sou, de maneira nenhuma, uma pessoa frágil. Tenho tido um percurso de vida com algumas dificuldades, onde a minha resistência física e psicológica foi posta à prova e que superei, às vezes até com surpresa minha de como é que eu consegui ultrapassar aquela dificuldade tão grande e com tanta robustez psicológica. (...) Se me quiserem rotular, sou uma pessoa emotiva, sensível, mas muito determinada, muito pragmática e muito resistente à adversidade, não quebro.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

“Acho que sou uma pessoa emotiva, sensível, muito afectiva, muito carente, mas acho que não sou nada frágil, isto é, acho que lidei sempre com todas as coisas com naturalidade, quer dizer, habituei-me, aprendi a lidar também com os sentimentos todos que a vida nos vai despoletando. Acho-me uma pessoa muito sensível, mas não me acho uma pessoa frágil.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

Porém, se foi a educação e o contexto familiar e social, através da interacção, essencial na construção de género (Lorber e Farrell, 1991; Connell, 1995; Kimmel, 2000; Giddens, 2001), que formou essa percepção de concordância com a sensibilidade, emotividade e afectividade femininas, foi também a educação e o contexto familiar e social que criou expectativas e a possibilidade de construção de um projecto e trajectória profissional e política diferente do tradicionalmente esperado das mulheres (Genovese, 1993).

Também os homens, na sua maioria, afirmam distanciar-se dessa representação do género masculino, como forte, empreendedor, provedor da família. Sendo que, mais uma vez, também nos homens, é perceptível a importância do outro e da interacção com o outro na construção de género, em que existe um esforço por parte dos entrevistados em afastar-se dessa imagem tradicional de homem que foi a que lhes foi incutida na sua educação e formação.

“Eu fui educado essencialmente pela minha mãe, porque fiquei sem pai muito novo, mas curiosamente fui educado numa visão muito machista. Se calhar às vezes as mulheres são muito mais machistas... Portanto a minha mãe educou-me para ser um homem. As outras coisas isso era lá com ela, mas eu tinha que fazer aquelas coisas, as outras não tanto. Fui um bocado educado dentro dessa separação sexista, em que os homens fazem uma coisa e as mulheres fazem outras. Mas eu acho que, com o tempo, com a educação, com aquilo que vamos

aprendendo e vivendo, vamos fazendo o nosso próprio caminho e tendo uma opinião completamente diferente dessa.” Mário Couto, 47 anos, PCP

“Não me identifico com essa imagem, fui educado e criado nessa imagem mas não me identifico com essa imagem, em termos mentais não o sou e não quero ser, às vezes em atitudes vejo-me a sê-lo. Principalmente naquelas atitudes que são espontâneas e que podemos dizer que de alguma forma são inatas, mas não tem qualquernexo e luto às vezes comigo mesmo, porque eu sou também um ser resultante das minhas vivências, da minha educação, que são as que os meus pais me deram e em minha casa os meus pais.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

Vasco Batista, de 56 anos, PCP, apesar de afirmar não se identificar com o estereótipo masculino, acaba por referir que também tenta não se distanciar muito da imagem social do que é ser homem, reevindo para o que já havia sido mencionado sobre a construção de género e a manipulação bem sucedida de sinais, emoções e símbolos, de forma a demonstrar a aquisição bem sucedida da sua masculinidade, para uma prática, interacção e comportamento adequados ao seu género (Lorber e Farrell, 1991; Kimmel, 2000; Giddens, 2001).

“Não, não. Não me identifico. Ainda que procure assumir as minhas responsabilidades, inclusive essas responsabilidades, entre aspas, uma determinada imagem que se tem do homem e eu, como toda a gente e acho que a mulher também, se calhar todos mesmo que inconscientemente, procuramos não fugir daqueles estereótipos que estão determinados. Pelo menos não fugir muito.”

É importante ainda sublinhar novamente o facto de todos os indivíduos, homens e mulheres, terem sido entrevistados por uma mulher, o que pode explicar o ligeiro incómodo visível nos homens que se sentiam identificados com o estereótipo, quando confrontados com a questão. Como sucedeu com Guilherme Ventura, de 56 anos, PS, que sorriu de forma algo desconfiada, limitando-se a responder: “Identifico-me sim. Porque não?”. O que reenvia para o defendido por Giddens (1993), ou seja, o comportamento masculino tradicional já não é olhado de forma tão positiva quanto antes, podendo ser, por vezes, interpretado por chauvinismo e sexismo, reflectindo-se desse modo num desconforto sentido pelo entrevistado perante a necessidade de responder à questão frente a uma mulher.

5.3.3. Género na trajectória política

No entanto, independentemente do posicionamento dos homens entrevistados face aos estereótipos e das suas representações de género, todos consideram que a sua trajectória política influenciou a actual percepção de género. Em maior ou menor grau consoante o ponto de partida, isto é, a influência terá sido tanto maior quanto mais tradicional fosse a sua posição inicial, tanto menor quanto mais igualitária já fosse a sua representação de género.

“Acho que o conceito que tenho hoje não é o mesmo conceito que tinha há quinze anos, já era estruturalmente o mesmo mas hoje as arestas são diferentes, mas não é o mesmo conceito que eu tinha há trinta

anos, há 32 ou 33 anos quando tinha 17 anos, mas com 17 anos havia o tronco na mesma, veio no fundo a crescer, a consolidar-se, a formar-se ao longo da minha vida e a minha actividade enquanto político, com os contactos, com o conhecimento, com a proximidade que eu tenho tido de certas pessoas que teria com outras, não com estas ou teria com menos, também pessoas e se calhar com pessoas não tão interessantes do ponto de vista da fruição e do altruísmo da actividade em si que o conceito de actividade política encerra para mim, portanto foi-se construindo ao longo desse tempo e teve influencias como é lógico.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

Por seu lado, as mulheres consideram que a sua trajectória profissional e política não teve grandes influências na sua representação de género, papéis sexuais e identidade. Isto porque, desde a sua juventude, sempre se relacionaram tanto com mulheres como com homens, não se sentindo inferiorizadas ou estigmatizadas nas suas capacidades, pelo simples facto de serem mulheres.

“Eu lembra-me que, aí a partir dos doze anos de idade, eu comecei a pensar que não era por ser menina que eu não poderia fazer um conjunto de coisas, e como as comecei a fazer isso decorre tudo muito naturalmente. Por exemplo, desde cedo me habituei a ter rapazes amigos, a discutir com eles as mesmas coisas e isso facilita muitas coisas, facilita muito. (...) Hoje, por exemplo, há momentos em que dou por mim a pensar, e como aconteceu na semana passada está muito recente, em que fui a uma reunião e estavam aí uns quinze Presidentes de Câmara, eu era a única Presidente mulher, e pensei: ‘Só eu? Tão pouco’. Muito pouco mesmo.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

Ou seja, a percepção que têm actualmente da mulher ser capaz de desempenhar qualquer função na sociedade não se deve à sua trajectória profissional e política. Talvez, como já tinha sido avançado anteriormente, se deva a uma educação familiar e a uma envolvência social mais igualitária que lhes permitiu uma percepção de género mais igualitária, logo também a construção de um projecto de vida com expectativas elevadas e ligeiramente diferentes da maioria das mulheres (Genovese, 1993). Logo provavelmente se não tivessem tido, desde sempre, esta representação igualitária de género, não teriam construído esta trajectória nem este projecto de vida, com estas expectativas.

Todavia, a naturalidade com que encaram a sua trajectória e os seus objectivos, pouco comuns nas mulheres, e a recusa da subalternização das suas capacidades na sociedade, não invalida, por vezes, o sentimento de alguma limitação ou dificuldades pelo facto de serem mulheres. Efectivamente, realçam limitações no desempenho das suas funções, derivadas dos condicionalismos dos papéis sociais atribuídos às mulheres, em que lhes é mais difícil a articulação entre a participação política e família.

“Graças ao facto de ter um filho já adulto, de ter um marido com quem fiz um pacto acerca deste meu período de vida, desta minha missão, eu não sinto esses condicionalismos. No entanto há momentos em que as coisas são mais difíceis para as mulheres do que para os homens. Senão vejamos, fins-de-semana, é difícil deixar o marido em casa e ter que sair ao sábado logo de manhã e só voltar depois já da hora do jantar, ao domingo a

mesma coisa, e isto sucessivamente ao longo de um ano. É preciso ter alguma habilidade nesta gestão, porque senão as relações têm que se ressentir forçosamente. No entanto, se eu disser, em resposta a um convite, ‘não posso ir, porque hoje vou almoçar com o meu marido’, às pessoas esta coisa parece-lhes estranha ‘então mas Presidente da Câmara tem que vir’. Pois é! Isto porquê? Porque nós quando assumimos estes lugares, as pessoas deixam de nos ver de uma forma normal, as pessoas passam a tomar conta de nós, e a dispor de nós. E isso, às vezes, gera dificuldades, aí sim.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

Ao que se acrescenta a situação vivida por Helena Pedrosa, de 41 anos, PCP, que relatou o espanto de alguns munícipes ao ver uma mulher a desempenhar funções que tradicionalmente não lhe são atribuídas ou expectáveis.

“Eu não senti nenhuma limitação, mas fui sentindo o espanto por alguns dos meus papéis. Espanto, que não é positivo, nem é negativo, é espanto.(...) Se calhar um espanto que, numa fase, é interrogação e que, com o conhecimento, acaba por ser reconhecimento, adesão. Mas numa sociedade um pouco tradicional como é o caso do meu município, o mundo rural, eu sinto que houve algum espanto em alguns casos. Nunca tinha havido uma mulher Presidente de Câmara e eu também era novinha, portanto houve algum espanto desse ponto de vista, mas não sinto que tenha havido limitações alguma vez ao meu papel ou ao meu trajecto.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

Os homens, pelo contrário, nunca se sentiram limitados pelo seu sexo, falando antes alguns das limitações femininas. Limitações essas que podem decorrer da dificuldade masculina em ceder o poder, referida por Carlos Vaz, de 62 anos, PSD, resolúvel, na sua opinião, através do sistema de quotas nos partidos políticos.

“Há ainda muito preconceito e há muito enquistamento dos homens à roda do poder que obtiveram para a designação de cargos de chefia. A viragem que se faz é através das quotas ou através de alguns casos em que há manifestamente a intenção, por parte dos decisores políticos, para atenuar as assimetrias que existem.”

Como podem decorrer da relação trabalho/família que, por vezes, empurra a mulher para cedências a nível profissional e cívico, resultantes das significações sociais e culturais do que é ser mulher.

“O facto de ser homem tem-me proporcionado coisas diferentes do que se fosse mulher. A minha mulher também poderia ter outras ambições, mas ficou mais reservada pelo facto de eu... Os dois metidos na política era complicado. Acabei por eu avançar e estar mais ligado à política. A minha mulher não tem grande actividade política de relevância, apesar de também fazer parte da Federação das Mulheres, etc, mas não tem tantas oportunidades como eu. Porque nós chegamos a um determinado ponto em que as oportunidades surgem, se nós não tivermos no cais na altura em que o barco vai partir, perdemos o barco. Entre os que apanharam o barco há aqueles que souberem estar dentro do barco e chegaram a pilotar o barco e há outros que perderam o norte e fora.” Afonso Oliveira, 50 anos, PS

Contudo, e apesar das posturas dos entrevistados sobre limitações objectivas no desempenho do seu cargo derivadas do género, o cenário inverte-se quando se fala em limitações comportamentais, isto é, até que ponto o indivíduo, homem ou mulher, limita a sua conduta e tenta evitar a demonstração de características tradicionalmente atribuídas ao outro

género. Aqui, as posições invertem-se, sendo que as mulheres não mostram qualquer renitência em demonstrar características masculinas na sua liderança, como a autoridade, assertividade e determinação, dizendo usar a postura que seja necessário.

“Não, eu acho que tenho essas características todas e não evito nenhuma delas, assim como também não evito outras que podem ser mais femininas, isto é, sensibilidade ou emoção. (...) Portanto não deixo de ser autoritária, porque também sou, autoritária no sentido em que acho que exerço autoridade, é um traço que eu acho que as pessoas também me reconhecem, mas também não deixo de me mostrar, de facto, sensível em relação a áreas e a coisas que me sensibilizam ou mesmo até me emocionam. Lido com os sentimentos de uma forma natural.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

“Depende das circunstâncias. Se tivermos que dar um murro na mesa, damos. Mas também podemos imediatamente deixar cair um sorriso e portanto as coisas passam.” Paula Veríssimo, de 56 anos, PS

O que, no entanto, não implica que não tenham condutas pautadas simultaneamente por características femininas, tentando um equilíbrio entre o paradigma de profissional competente, masculino (Amâncio, 1986, 1994; Connell, 1993, 1995; Kimmel, 2000), e a demonstração de uma contrução de género bem sucedida (Lorber e Farrell, 1991; Kimmel, 2000; Giddens, 2001). Apenas umas não excluem as outras, sendo necessário pulso firme, saber liderar e impor objectivos.

“Como eu costumo dizer, sou uma pessoa sem tabus e, acima de tudo, sou eu própria. E eu sou esta mescla de alguém que é capaz de se emocionar com uma imagem que vê ou com alguém que vê na rua e que não consegue ajudar mas que também, de repente, dá um murro na mesa e diz ‘esta orientação é para cumprir, isto tem que ser feito’, ‘não autorizo, indefiro’, ‘tem que se demolir, tem que se embargar’, ‘não posso atribuir este subsídio’. Portanto acabo por reunir essas qualidades que alguns podem dizer que são mais masculinas, de alguém que acaba por dar um murro na mesa, que acaba por... Eu costumo dizer sempre ‘não me pressionem, não me encostem à parede, porque entre a espada e a parede eu escolho sempre a espada’. Essa é uma conduta guerreira e se calhar masculina, nessa perspectiva, mas não tenho problemas nenhuns em sair deste registo mais dócil e mais feminino digamos assim, porque sou muito feminina na forma de vestir, na forma de estar, há quem insista até que tenho de pôr mais calças, tenho que pôr mais blazers, mas concilio isso, a minha peça de vestuário favorita é o vestido, adoro vestidos, acho que isso é uma faceta muito feminina. Mas não tenho problemas nenhuns, na condução de uma reunião, seja onde for, de ter uma postura mais agressiva. Há alguém que me chama dama de ferro, que não sou. Não sou, mas é um tipo de cargo onde a liderança é fundamental, alguém que não consegue liderar e impor, cumprir os objectivos, é engolido pela máquina e eu tive esta noção logo desde o princípio.”

Apesar de todos os homens entrevistados considerarem ter atributos tradicionalmente percebidos como femininos, nomeadamente, sensibilidade, tolerância, emotividade, alguns declaram, com firmeza, tentar evitar a sua demonstração na gestão autárquica. Consideram que, de facto, são sensíveis, tolerantes e emotivos, mas tentam evitar mostrá-los no contexto político.

“No exercício do meu cargo muitas vezes colocamos defesas, eu não me exponho assim á primeira, mas depende.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

“Eu acho que sou naturalmente isso, mas procuro gerir o mais possível. Reconheço. Não sei se isso é característica de homem se é também de mulher, mas que eu evito expressar...” Vasco Batista, 56 anos, PCP

Outros não evitam essas características no desempenho das suas actividades políticas, ou porque essas categorizações não têm qualquer significado para o entrevistado ou por este considerar positivo uma liderança com essa postura.

“São características nas quais eu me revejo, e sei que faço uma excelente gestão dos afectos, quer ao nível interno da Câmara Municipal, ao nível da minha equipa, e mesmo na relação com os munícipes. Portanto...” Pedro Silva, 35 anos, PCP

Por fim, Guilherme Ventura, de 56 anos, PS, adopta uma postura intermédia, geralmente pautada pela conciliação mas que, quando quer um objectivo, é inflexível.

“Eu tento adoptar posições de conciliação, mas quando eu tenho objectivos bem definidos e objectivos que acho que se regem por princípios que são os meus, sou relativamente inflexível no caminho que me permite atingir esses objectivos.”

Será importante lembrar, para esta reflexão, que existe uma assimetria simbólica no que diz respeito ao género, onde as características tradicionalmente associadas ao homem são social e culturalmente muito mais valorizadas do que as associadas às mulheres, o que certamente tem influência nestas posturas (Almeida, 1986; Amâncio, 1986, 1994; Connell, 1993, 1995; Kimmel, 2000).

5.3.4. Limitações e expectativas

Apesar de todas as dificuldades já apontadas pelas mulheres nas suas trajectórias políticas, como o seu papel na família, as pressões sociais e mesmo os mecanismos de selecção e a estrutura dos partidos políticos, quando colocadas perante as questões: “Teve alguma experiência na sua vida em que viu um dos seus objectivos ameaçados por ser mulher?” e “Alguma vez sentiu uma meta sua ser facilitada por ser mulher?”, a maioria nega ter sentido alguma meta ter sido dificultada por ser mulher. Ao que Júlia Delgado, de 59 anos, PS, acrescenta que o ser mulher até a pode ter ajudado em algumas circunstâncias.

“Isso eu não diria dessa maneira [que alguma vez tivesse sentido uma meta sua ser facilitada por ser mulher]. Eu diria que as mulheres têm certas particularidades que, muitas vezes, ajudam a resolver os problemas.”

Quanto aos homens, são os mais igualitários nas suas representações de género que consideram que o ser homem não os facilitou nem dificultou nas suas trajectórias políticas.

“Não, entreve não houve. Definitivamente não houve. E benefício também não. Sinceramente acho que não.” Guilherme Ventura, 56 anos, PS

Os restantes consideram que ser homem os ajudou e facilitou todo o percurso pessoal, social, profissional e político.

“Acho que sim, até na minha educação, quer queiramos quer não, os pais têm um conceito, embora tenham proporcionado de forma igual, eu tenho uma irmã mais nova quatro anos do que eu, mas acho que sim, ao longo da minha vida, não lhe vou especificar, mas inclusive até acesso a determinadas coisas tive-o porque era homem, e eu reconheço isso, reconheço-o.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

“(Silêncio) Eu acho que, de facto, ser homem é sempre um pressuposto... Como é que eu lhe explico isto? Ou seja, é mais fácil, na minha perspectiva, actualmente, construir uma carreira política pelo simples facto de se ser homem do que o inverso.” Pedro Silva, 35 anos, PCP

Se alguns consideram que ser homem os facilitou nos seus objectivos e projectos, todos afirmam não sentir qualquer expectativa mais específica da sociedade associada ao facto de serem homens, mas sim associada ao cargo que exercem. O que pode ser explicado, por um lado, pela absorção que o trabalho exige mas, por outro, pela já referida invisibilidade do masculino e construção da realidade profissional e política à sua medida, logo não sentindo grandes expectativas ou pressões sociais. Uma vez que a imagem tradicional de homem, enquanto profissional bem sucedido e competente, todos eles atingiram.

“Acho que não esperam nada de mim por ser homem. Esperam de mim, neste caso, porque exerço uma função política, esperam de mim enquanto Presidente da Câmara, que faça um bom trabalho aqui, mas não por ser homem.” Mário Couto, 47 anos, PCP

Apenas Vasco Batista, de 56 anos, PCP, refere a expectativa da sociedade no sentido de ele corresponder ao estereótipo masculino sob risco de acusação de uma construção de género mal conseguida (Lorber e Farrell, 1991; Kimmel, 2000; Giddens, 2001).

“Isso espera de mim, como espera de todos os homens. Têm de ser de determinado estereótipo, têm de ser todos àquela maneira e quando não somos, há qualquer coisa que está ali que não é bem... Ou tem um piquinho a azedo ou...” Vasco Batista, 56 anos, PCP

As mulheres, com excepção de Júlia Delgado, de 59 anos, PS, muito marcada pelo processo revolucionário de 1974, vivenciando uma forma muito igualitária de olhar o género e as suas capacidades e competências, logo as suas limitações e expectativas, revelam sentir que realmente a sociedade espera muito delas, o que origina uma sobrecarga e mesmo uma maior preponderância de depressões e problemas mentais nas mulheres.

“Acho que a sociedade em geral, pelo facto de ser mulher, espera, regra geral, que a mulher tenha maior capacidade de entrega e que possa fazer mais serviço social e que possa estar mais nas instituições e nas associações. (...) E portanto eu acho que a sociedade espera isso da mulher mas a sociedade cada vez mais tem de perceber que também tem de esperar isso dos homens e tem que exigir isso aos homens. (...) Esse papel que é esperado das mulheres não as deve pressionar para isso, porque elas, no fundo, são pressionadas para cumprir vários papéis ao mesmo tempo, papel de mãe, papel de filha, papel de irmã, papel de esposa, são muitos ficheiros abertos o dia todo. (...) É complicado e hoje em dia as mulheres são as que estão com mais problemas de

depressão, com maiores consumos de anti-depressivos, com mais problemas de incidência psicológica. É preciso ver que a sociedade civil não pode constantemente pressionar as mulheres no sentido de cumprir tantas tarefas, tanto papel, ao mesmo tempo. A sociedade civil também tem que fazer alguma introspecção, ser mais generosa com aquilo que exige das mulheres, porque a mulher hoje já não está em casa, as mulheres portuguesas são as que trabalham mais horas, as mulheres que estão mais tempo fora de casa e que também são as mulheres que trabalham mais em casa, o que em tempo não é quantificável, valorizado, e que é tempo para a família, tempo para a casa e tempo para a vida doméstica. E falta-lhes muito pouco tempo para elas próprias e as mulheres também têm que ter vida privada, também têm que ter o seu tempo para ler um livro, o seu tempo de ouvir o silêncio. A mensagem que eu gostaria que ficasse é que a sociedade civil tem que exigir às mulheres o mesmo que exige aos homens e mudar a própria organização da sociedade.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Aliás, como se pôde constatar, consideram inclusive que as expectativas em relação aos homens não são as mesmas, sendo mesmo mais leves, defendendo uma maior igualdade e justiça nas expectativas e exigências para homens e mulheres. Visto que, com tal peso de exigências e expectativas, algo fica sempre por fazer, por realizar, como desabafa Helena Pedrosa, 41 anos, PCP.

“Esperam que seja mãe, que seja filha, que seja profissional, como é evidente, eu acho que se esperava tudo. Eu acho que a sociedade em geral não esperaria que, de repente, eu virasse costas e dissesse: ‘então agora vou deixar estas coisas todas que eu faço e vou emigrar uns meses para Barcelona ou para outro sítio qualquer e vou fazer o mestrado que interrompi, que nunca mais fiz’. Eu acho que ninguém esperaria isso de mim.”

5.4. Poder

5.4.1. Representações

Todos os entrevistados, quer sejam homens ou mulheres, consideram o poder enquanto a capacidade de decidir e intervir na sociedade, no sentido de a melhorar.

“O poder fazer, o poder construir, o poder actuar, o poder decidir, o poder influenciar a vida dos outros. Aqui o conceito de poder, para mim, é isso, é decidir, é actuar, é construir, é criar, e nesse âmbito o conceito de poder é um conceito atraente, importante e compensador para nos realizarmos, e todos nós temos um bocado desse poder.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

No entanto, as mulheres falam no poder enquanto missão, um “cargo de amor, um cargo de dedicação”, como descreveu Sara Rodrigues, de 40 anos, PS, no qual podem concretizar projectos e ajudar a suprir necessidades. Fazendo questão de realçar que são esses os únicos objectivos do poder, para cada uma delas.

“É uma missão. E é a possibilidade de resolver um conjunto de problemas a uma comunidade, neste caso, intervir, de alterar o curso das coisas e de intervir para melhorar. É isto o poder para mim.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

“Poder não serve para mais nada, não é para a gente ostentar, não é para mostrar, não é para negociar,

não é para vender, eu acho que essencialmente o poder aqui é um veículo para, de facto, exercermos e praticarmos uma missão que é de construir projectos para uma determinada comunidade. O poder só serve para isso.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

“O poder pelo poder não é minimamente atractivo. É o poder pela possibilidade de fazer mudanças na sociedade.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Luís Araújo, 51 anos, PSD, como professor de ciência política, faz uma análise mais teórica, relembando a tónica relacional do conceito de poder para Crozier e Friedberg (1977; in Ferreira, 2001).

“O poder é uma relação. O poder é uma relação em diferentes graus de relação e o poder suscita uma tridimensionalidade de análise. [...] O exercício do poder, de certa maneira, é quase tipo o Ortega Garcia: somos nós e as nossas circunstâncias. E sendo nós e as nossas circunstâncias, somos as circunstâncias internas, somos as circunstâncias externas e depois somos as circunstâncias dos ambientes. [...] O exercício do poder levanta a questão do poder, a questão da influência e a questão da autoridade.”

No exercício do poder, e na relação intransitiva e recíproca que se estabelece, neste caso, entre o/a Presidente de Câmara e os outros interlocutores, existem influências (Crozier e Friedberg, 1977; in Ferreira, 2001). Assim quando questionadas sobre que influências consideravam que existia no cargo que desempenham, as mulheres referiram essencialmente a pessoa que detém o poder e as necessidades da população, sendo visível uma perspectiva relacional e subjectiva do poder.

“Tanta coisa. Desde logo a nossa maneira de ser e estar, a maneira como conseguimos expor as questões, como nos defender, como as tomamos como objectivos a conseguir. Imensas coisas.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

O que reenvia para o afirmado por Genovese e Thompson (1993), segundo a qual o género influencia o desempenho das funções de um líder, uma vez que todos os outros intervenientes na relação de poder o percebem enquanto indivíduo genderizado e adoptam o seu comportamento em conformidade, aliás como Sara Rodrigues já tinha abordado quando referia uma linguagem mais polida nas reuniões.

Os homens acrescentam a opinião pública, o poder económico, a conjuntura social e a própria estrutura organizacional do executivo municipal, tendo uma perspectiva mais organizacional e institucional das influências no poder.

“Para já influencia a estrutura da pessoa que o exerce, enquanto ser humano. Acho que isso é o determinante. E depois influenciam também as condições externas que ela (a pessoa) encontra, quer condições financeiras, quer condições de mobilização de meios, quer condições de conjuntura da sociedade em geral. Acho que tudo isso condiciona muito o exercício de poder. Mas acima de tudo acho que é o que é intrinsecamente a pessoa que exerce o poder que determina a forma como define os objectivos, como gere os processos, como, no fundo, exerce o poder.” Guilherme Ventura, 56 anos, PS

5.4.2. Conflito e negociação

Sendo o poder uma relação estabelecida entre pelo menos duas pessoas, cada uma com seus recursos e fontes de poder, de pesos e importâncias variadas (Crozier e Friedberg, 1977; in Ferreira, 2001), a forma como se gere essa relação, nos seus momentos de conflito ou negociação, é muito semelhante entre todos os entrevistados, com uma ligeira cambiante de género. Ou seja, para todos, uma boa estratégia de acção consiste em saber ouvir várias vozes e contributos, e a partir daí saber envolver os intervenientes na acção em concreto, sendo importante que se sintam integrados e participantes nos processos e não meros espectadores.

No entanto, mais homens que mulheres referem que quando o consenso não é possível a decisão cabe-lhes a eles, visto serem eles os Presidentes.

“Tenho sempre esta prerrogativa de decidir em definitivo. É frequente, não é todos os dias, mas é frequente chegarmos a um impasse, eu com um vereador meu ou eu com uma instituição, a Misericórdia acha que é assim, não me convence, prevalece a minha ideia. E portanto eu tenho que decidir, tenho que decidir contra a vontade, e muitas vezes tenho de decidir a favor de um e contra o outro. Tento ser justo e tento ouvir ao máximo a situação” Carlos Vaz, 62 anos, PSD

“Tento discuti-las e procuro chegar a um consenso. Se não há consenso vale a minha. Sou Presidente da Câmara (Risos).” Guilherme Ventura, 56 anos, PS

Pelo contrário, nota-se nas mulheres uma maior preocupação no envolvimento das pessoas nas decisões, na motivação dos outros, não falando num uso tão directo do poder. O que certamente se pode explicar pela própria percepção relacional do poder, na qual a pessoa que o detém, e seu género, influencia substancialmente a relação, como se verá mais à frente.

“Eu faço partindo de uma prática, acima de todas as outras, que é a de ouvir, ou seja, ouvir os que me rodeiam, ouvir os que trabalham sobre o assunto, ouvir os que são especialistas sobre o assunto e é com base nisso que determino uma determinada acção. O ouvir é a primeira condição, e, depois a partir daí, mais uma vez, é envolver aqueles que têm algo a ver com a acção.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

“Eu assumi-me sempre como uma via, um movimento de confiança e portanto, acima de tudo, acho que os resultados que tenho junto das equipas dirigentes, dos funcionários e junto dos vereadores passam pela capacidade que me reconhecem de me envolver com as pessoas, de as motivar e de as estimular constantemente. Eu sou muito exigente comigo própria, aliás eu costumo dizer que eu sou vítima da minha própria exigência, se alguma coisa acontece mal eu acabo por assumir a responsabilidade. Sou solidária, fui assim educada, a ser solidária, se alguma coisa corre mal com um vereador, em última instância, não é só com ele, é comigo também.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

No entanto, alguns entrevistados, mais mulheres que homens, mencionaram que, na situação inversa, ou seja, quando reconhecem que, de facto, a sua opinião não é a mais adequada à realidade e optam a favor da opinião expressa por outrém, aceitam sem pruridos

essa mudança de postura, sendo aí que reside a capacidade de ouvir e de diálogo, bem como a democracia.

“Há momentos em que perco, há momentos em que ganho. E posso perder mesmo estando em maioria. O que é que aí significa perder? Significa reconhecer que a minha ideia não era a melhor, nem a do meu grupo, e, como tal, tenho de ceder perante outra ideia melhor ou recuar. Isso não significa propriamente perder. Recuar hoje pode significar ganhar amanhã. Mas isso é da democracia, não me causa problemas.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

“Se acharem que eu estou errado, se me fizerem ver que eu estou errado, não tenho qualquer problema em aceitar a opinião dos meus camaradas e seguir o rumo que eles acham que é o mais adequado, sem esses pruridos. Agora é necessário saber e tentar perceber quais os fundamentos que sustentam as opiniões e criar em nós uma certa lógica. Nalguns casos há que eu imponho a minha decisão, mas são casos muito raros, porque, como lhe disse, o que eu pretendo é obter o máximo dos consensos, a máxima conciliação possível, a máxima partilha das decisões entre as pessoas que constituem a maioria deste executivo.” Pedro Silva, 35 anos, PCP

5.4.3. Liderança

Tal como defendido por Crozier e Friedberg (1977; in Ferreira, 2001), existem dois tipos de recursos numa relação de poder: o conjunto de características individuais, sociais, económicas e culturais detido pelo indivíduo e o poder que advém de constrangimentos estruturais, como a autoridade legitimada pelas regras e hierarquias formais. Quando confrontados com a questão: “Considera que as suas ideias são seguidas devido à sua posição hierárquica ou também entram em jogo as suas características pessoais?”, todos os entrevistados, homens e mulheres, consideram ser seguidos nas suas decisões pelos dois tipos de recursos de poder, quer pelas suas características pessoais quer pelo cargo que ocupam. No entanto preferem a via pessoal, na qual os intervenientes na tomada de decisão concordam com as medidas e com os argumentos e se sentem integrados e motivados como parte do todo.

“(Silêncio) Se não houver a tal fundamentação da decisão as pessoas poderão não perceber e tenderão a segui-la só pelo simples facto do exercício do poder e das minhas funções. Se houver fundamentos e argumentos válidos, lógicos, as pessoas tenderão a perceber. Mas o carisma também é importante no que diz respeito à aceitação e à prossecução dos objectivos que são traçados por mim e pelos meus vereadores.” Pedro Silva, 35 anos, PCP

“Eu acho que as duas coisas dependendo das circunstâncias. Mas eu procuro sempre conquistar as pessoas. Vamos lá a ver, há níveis de decisão. (...) E eu procuro conquistar as pessoas, e essa é a parte importante do tal debate. Mas depende das circunstâncias, eu penso que não há nada a 100%. Mas procuro que seja mais pela pessoa em si, pelo conhecimento e pela conquista. Às vezes tem que ser porque sou Presidente.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

Mais uma vez, denota-se nas mulheres uma maior renitância em usar o cargo para prosseguir seus objectivos, tentando a conciliação e a argumentação. Consideram que o poder

do cargo tem um importante papel a desempenhar mas não de forma isolada, pelo que as características pessoais do líder também influenciam e muito. Preferem assim uma postura dialogante e de envolvimento da equipa, responsabilizadora mas motivadora, e sobretudo não dogmática.

“Acima de tudo tento liderar e coordenar, quer a equipa da direcção quer a equipa de dirigentes com inteligência emocional. Eu acho que nada se consegue à força, nada se consegue com posturas ditatoriais e acima de tudo, eu costumo dizer que, eu não dou ordens, dou orientações, tento envolver, tento estar junto dos projectos.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

“É difícil aí porque eu também sou muito teimosa (risos). (...) Mas aí também sei recuar e não sou dogmática, a minha posição não vence contra tudo e contra todos, é sempre na base do diálogo. Se não há consenso há-de haver pelo menos uma maioria ou uma inclinação para e portanto, em geral, eu procuro decidir por essa via. Regra geral não tenho que fazer braço de ferro.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

No entanto, Júlia Delgado, 59 anos, PS, tem uma postura mais aproximada à dos homens, em que existe a tentativa de persuasão da equipa pela argumentação, mas em que, num momento de indefinição da estratégia e de necessidade de tomada de posição, ela decide e assume as responsabilidades.

“As características pessoais concorrem determinadamente para um resultado quando se torna necessário defender uma posição. (...) Mas há momentos em que não é possível e então eu costumo dizer o que é uma frase, não minha mas de muita gente, ‘há um momento para discutir e há um momento para decidir’. É preciso decidir, decide-se, assume-se a responsabilidade.”

Retomando as tipologias de liderança explanadas anteriormente, parece existir uma tendência geral em direcção a uma liderança próxima do estilo participativo e democrático, de Likert (in Neves, 2001), caracterizada por uma participação dos intervenientes nas decisões relativas a objectivos e estratégias, através da comunicação e motivação.

No entanto, segundo a tipologia de Bales e associados, parece existir já uma diferenciação de género, em que os homens se aproximam mais de um líder tarefa, onde se destaca a actividade e a competência instrumental, e as mulheres de um líder relacionamento, onde impera a interacção e a simpatia.

Diferenciação também presente se olhada na perspectiva da Escola de Ohio, onde se percebe a distinção entre os homens num estilo de liderança mais centrado na persuasão, onde são essenciais a tarefa mas também o relacionamento; e as mulheres num estilo mais centrado na participação, onde o relacionamento se sobrepõe à tarefa.

Os entrevistados, homens e mulheres, quando interpelados para a descrição do seu ideal de líder, têm percepções e representações muito semelhantes do que um líder deve ser. Os homens caracterizam-no por saber ouvir, gerir a informação, gerar solidariedade e mobilizar a equipa, com tolerância, lealdade, firmeza e justiça. É alguém corajoso, altruísta,

persistente, com uma postura humilde, de desprendimento em relação ao poder, capacidade de análise, de diálogo e de decisão, um percurso coerente e objectivos claros e realistas.

“Saber ouvir e ter capacidade de decisão. É saber ouvir e saber decidir. Porque as pessoas não gostam de pessoas que hesitem, pessoas que não têm rumo, que não sabem o que é que querem. Quem anda aqui, vou, não vou, talvez...” Afonso Oliveira, 50 anos, PS

“Em primeiro lugar, uma boa capacidade de análise da realidade, para começar a formar a sua decisão sobre o problema, hierarquizar as prioridades, acho que é muito importante, não podemos ir a todas, é impossível. Depois, como disse, dialogar, no sentido em que aquilo que nos parece óbvio, por vezes não é óbvio, é estúpido, portanto temos que, antes de tomar uma decisão, procurar aferir se ela vai ser tomada no bom sentido e se ela cumpre critérios de justiça e se ela se enquadra naquilo com que nos comprometemos e depois tomar a decisão mesmo que ela seja, e em muitos casos tenho que a tomar, contra aquilo que seria mais popular.” Carlos Vaz, 62 anos, PSD

As mulheres definem idealmente um líder como um indivíduo com uma postura de humildade, com a noção do poder enquanto responsabilidade e não autoridade, com objectivos claros, determinação e capacidade de trabalho para os atingir. Mas também com diplomacia, capacidade de gerir equipas e conflitos, com diálogo, sensibilidade, partilha e participação, dedicação e credibilidade, saber ouvir, saber planejar e concretizar.

“Ter bem claros os objectivos, não ter do poder uma noção de autoritarismo e de benefício próprio, ser humilde para acolher tudo aquilo que sejam críticas, sabendo retirar ensinamentos. Depois ter diplomacia para gerir equipas e para gerir conflitos e ser determinado. Sem ser determinado, sem ser trabalhador, não há nenhuma outra característica que lhe valha.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

“Capacidade de trabalho, dedicação, mas depois eu acho que é muito importante o diálogo, muito importante saber ouvir os outros, acho que é muito, muito importante, porque um líder autocrático acho que o é pouco tempo ou o é pouco. O autocrático pensará, provavelmente, que manda e mandará apenas em algumas coisas. Eu acho que é fundamental ouvir os outros. Eu acho que a partilha e o espaço de participação de todos os que estão envolvidos numa determinada área e/ou que vão estar sujeitos ao efeito e ao impacto de determinada decisão é fundamental. Diálogo, partilha, participação acho que são coisas chave para qualquer líder. Saber ouvir, ter sensibilidade para sentir também as muitas coisas como são ditas, e às vezes as que não são ditas. E portanto eu acho que é isso, eu acho que gerir é essencialmente um acto de sensibilidade.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

Apesar da semelhança dos ideais, os homens destacam o saber ouvir, a mobilização da equipa e a capacidade de decisão e as mulheres o saber ouvir, a determinação e a capacidade de trabalho. Sendo curioso o enfoque dos homens na decisão, uma vez que, como já foi realçado, não têm pudor ou pruridos em tomar decisões aquando uma situação de impasse; e a determinação e capacidade de trabalho para as mulheres, sendo que, como Paula Veríssimo, de 56 anos, PS, defende, as mulheres têm de trabalhar sempre mais para serem reconhecidas de igual forma em relação aos homens.

Porém, se existe semelhança na definição do ideal de líder, não existe no sentimento de proximidade a esse ideal. Ou seja, os homens referem com muito mais frequência sentirem-se próximos, enquanto que as mulheres afirmam esforçar-se por se aproximar, existindo alguma hesitação nessa aproximação.

“Dizer se estou perto ou longe daquilo que é a imagem que eu defendo de como se deve estar quando se está neste lugar, o que posso dizer é que me esforço, todos os dias, para ser melhor e que, todos os dias, faço a análise daquilo que foi o meu dia. Faço sempre. E arrependo-me de algumas coisas. Congratulo-me com outras.”
Júlia Delgado, 59 anos, PS

“Devo dizer que faço, todos os dias, um esforço para conseguir cumprir os objectivos que tracei, acima de tudo para o mandato, anualmente, e não deixar as coisas...” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

O que pode ser explicado, como já foi dito, por o ideal de profissional, e neste caso de político, ser masculino, construído por homens e avaliado por critérios masculinos (Amâncio, 1986, 1994; Connell, 1993, 1995; Kimmel, 2000). Masculinidade essa que parece invisível e universal, mas que dada a imperceptibilidade de ser masculino transmite uma neutralidade ideológica (Connell, 1993; Kimmel, 2000), como se pode constatar de seguida. *“The continued invisibility of masculinity also means that the gendered standards that are held up as the norm appears to us to be gender-neutral. The illusion of gender neutrality has serious consequences for both women and men. It means that men can maintain the fiction that they are being measured by ‘objective’ standards; for women, it means that they are being judged by someone else’s yardstick”* (Kimmel, 2000: 8).

O que também é visível nos critérios que os entrevistados utilizam para a avaliação das suas equipas, em que aparece com grande destaque a instrumentalidade, isto é, a eficácia, a competência, a concretização de objectivos, o trabalho, os resultados conseguidos.

“A eficácia, sempre a eficácia. Se trabalhamos por objectivos. A eficácia e a sensibilidade, as pessoas têm que perceber, se trabalham aqui na Câmara Municipal, seja lá em baixo na recepção seja o Presidente da Câmara, primeiro que estão a trabalhar para as pessoas, que são pagas pelos impostos das pessoas, que não são obrigadas a estar aqui, mas se estão aqui têm de atender as pessoas e muitas vezes não é fácil atender as pessoas tendo a conta o problema real que vêm apresentar, têm que as ouvir e têm que verificar se o que estão a apresentar é justo ou não, porque em muitos casos não tem rigorosamente nada a ver com a justiça. (...) O critério é: o objectivo era fazer isto, foi conseguido ou não e se não porquê, aferir os resultados obtidos em todas as áreas, se fizemos as coisas bem feitas.” Carlos Vaz, 62 anos, PSD

“A seriedade, o empenho, a capacidade de trabalho, a capacidade de ouvir os outros, talvez. A eficácia. Eu gosto muito da eficácia.” Vasco Batista, 56 anos, PCP

No entanto, alguns entrevistados, com maior preponderância nas mulheres, também enaltecem variáveis expressivas, como a sensibilidade, a capacidade de entrega e de cativar, a cumplicidade e empatia funcional, a partilha e o saber ouvir

“Competência, dedicação, trabalho, esforço, sensibilidade, capacidade de partilha com os outros, capacidade de ouvir são alguns dos critérios que eu acho que são fundamentais nas pessoas que trabalham comigo e com quem partilho este projecto.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP

“Eu sou muito pouco científico. Eu funciono muito por sentimentos, sou muito à flor da pele. E procuro reflectir e por aí fora mas também sou muito acutilante. Às vezes a avaliação também... Quem trabalha comigo habitualmente é penalizado. (...) Porque primeiro começo por ser muito exigente comigo mesmo, depois sou muito exigente com os outros e depois sou muito directo e às vezes sou rude e duro (risos). (...) Eu, quando avalio o trabalho da gente que trabalha comigo, acima de tudo, se é que se pode chamar critério, tem a ver com a cumplicidade e a empatia funcional que temos. Muita cumplicidade. Quem trabalha comigo tem que estar ali, porventura, sentado e a olhar para mim e entender, que é difícil, a determinada altura que eu estou a precisar que diga qualquer coisa ou que telefone para um sítio qualquer, ou que estou numa sessão pública, por exemplo, em que é fundamental, para quem está a trabalhar comigo, que esteja a olhar para mim nos olhos, porque eu é tudo expressões.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

Poucos entrevistados mencionam querer mudar algo na sua liderança, na forma como desempenham o seu cargo ou na forma como esse desempenho é percebido e avaliado pela sua equipa.

“Acho que não mudaria nada. Neste momento acho que estou a agir da forma mais correcta, talvez daqui a uns tempos eu venha a perceber que não era bem assim, mas neste momento acho que estou no caminho certo, com algumas inflexões que tenha de fazer, pequenas ou grandes.” Pedro Silva, 35 anos, PCP

No entanto, Guilherme Ventura, de 56 anos, PS, gostaria que a sua equipa o visse de outra forma, de modo a não sentir tanto o peso de todo o município nos seus ombros.

“(Silêncio) Eu, às vezes, gostava que a minha equipa me visse... (...) Talvez pelo facto da minha equipa reconhecer em mim alguma capacidade de liderança, às vezes confunde um bocadinho capacidade de liderança com uma espécie de santo milagreiro. Às vezes tenho um bocadinho o ónus desse peso de ser visto por alguns membros da minha equipa como o gajo que resolve tudo. (...) É nessa perspectiva, que me vissem mais como uma pessoa... Que me dessem mais uma margem limitada de actuação.”

E Vasco Baptista, de 56 anos, PCP, gostaria de trabalhar menos de maneira a conseguir gerir melhor, com mais eficácia e clarividência.

“Eu precisaria de ser mais clarividente e mais eficaz. E gostava de trabalhar menos que era para poder dirigir melhor.”

Mas não aponta mudanças apenas na sua liderança e no seu desempenho. Também gostava de ver operadas mudanças no desempenho da sua equipa e dos próprios munícipes.

“Gostaria que a Câmara tivesse uma concepção, os trabalhadores, as pessoas que aqui trabalham, tivessem uma concepção de serviço público e gostaria que os cidadãos se sentissem parte integrante do processo construtivo que é construir a sua cidade.”

Outra mudança que permitiria um melhor funcionamento em equipa sem o desenvolvimento de tensões, derivadas das exigências e do desgaste do desempenho de cargos autárquicos, seria uma mudança na lei autárquica.

“Nós precisamos de um novo modelo eleitoral que permita que o desempenho nas autarquias se faça de outra maneira, noutra contexto. Porque hoje, com o actual modelo, e face às exigências das populações, torna-se muito difícil conseguirmos dar resposta sem termos também tensões entre nós. Porque uma equipa tem que ter sempre um líder, não é possível uma equipa sem líder, e nós somos todos pessoas diferentes entre si. E podemos ter, no caso presente temos, cumplicidades, e temos uma vantagem enorme que é o sermos amigos. O facto de sermos amigos ajuda-nos a resistir e a vencer dificuldades que, noutros casos, não se conseguiria vencer. Neste quadro, eu aposto sempre que, todos os dias, nós, cada um de nós tem aspectos que deve corrigir. E, se calhar, eu mais do que qualquer um dos outros.” Júlia Delgado, 59 anos, PS

5.4.4. Género no poder

Voltando à liderança e ao exercício do poder, a larga maioria dos entrevistados, homens e mulheres, considera que existem diferenças de género no seu exercício, inerentes às diferenças de género, já referidas por eles, na construção identitária, como a sensibilidade e o pragmatismo que reconhecem nas mulheres.

“Admito que a ténue diferença que possa existir ou a tendência que possa existir para uma maior sensibilidade para algumas áreas da mulher as leva a dar prioridade a algumas áreas que, porventura, em média, os homens não teriam tanta sensibilidade” Carlos Vaz, 62 anos, PSD

“Acho que a mulher é mais sensível, portanto os aspectos de sensibilidade vêm mais ao de cima, portanto influenciam a gestão. E admito que tenham uma visão mais de pormenor e menos do objectivo que se tem para atingir. E o homem, às vezes, penso eu, com mais facilidade secundariza o que está pelo caminho para atingir o objectivo. E isso tem a ver com aquela história da sensibilidade.” Vasco Batista, 56 anos, PCP

“Eu acho que sim, acho. Acho que sim, exactamente por causa daquelas diferenças que são intrínsecas ao sexo masculino e ao sexo feminino e que eu há bocado enunciei. Portanto as mulheres são capazes de encarar a resolução de um problema de uma forma mais pragmática. Sei lá! Eu, às vezes, fico aqui enredado... às vezes aparece-me um problema e esse problema tem tantas pontas e eu enredo-me um bocadinho na busca daquelas pontas e acho que, se fosse uma mulher e tivesse aquele sentido pragmático de mulher, era capaz de ir mais incisivamente à solução do problema.” Guilherme Ventura, 56 anos, PS

Porém, Guilherme Ventura constata ainda uma outra diferença no exercício do poder, que se relaciona directamente com o, já referido anteriormente, uso directo do poder, de forma mais fácil e sem pudor, por parte dos homens e a necessidade das mulheres em envolver a equipa nas decisões.

“Eu quando defino um objectivo e os meios, digo abertamente que aquele é o meu objectivo e hei-de chegar ali por estes meios e aqueles. Uma grande barulheira! Se fosse uma mulher, se calhar... Como é que eu hei-de dizer? Burlava mais um bocadinho estas coisas, tinha uma actuação mais discreta, mais fundamentada em estratégias de exercício de poder do que na afirmação directa do poder.”

Todavia, alguns homens afirmaram não encontrar diferenças no exercício do poder decorrentes do género do seu detentor, mas sim da sua identidade, valores e representações.

“Portanto eu penso que não há forma diferente de exercício de poder, não há exercício de poder

caracterizado para mulher e homem. Há exercícios de poder diferentes de cidadão para cidadão, de ser para ser, em função da sua formação e em função da sua genética.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

É, no entanto, importante sublinhar que essas diferenças de género eventuais no exercício de poder não limitam esse mesmo exercício, segundo alguns entrevistados.

“O género não traz... Traz tanta limitação ao exercício do cargo como a idade, somos mais experientes, menos experientes... A idade traz! O género é com a sensibilidade. Portanto não traz alteração, traz é formas diferentes de actuar, acho eu.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

Carlos Vaz, 62 anos, PSD, considera que o género ainda pode limitar o desempenho de funções políticas como a de Presidente de Câmara Municipal, mas que são diferenças que se têm vindo a atenuar. Helena Pedrosa, de 41 anos, PCP, adverte novamente para os ritmos e horários masculinos, ao que Sara Rodrigues, de 40 anos, PS, acrescenta o fechamento dos partidos políticos às mulheres.

“Os partidos políticos não estão organizados nem estruturados para a igualdade de género nem para receberem as mulheres no seu seio. São estruturas muito fechadas, há algumas secções que funcionam com alguns tíques tipicamente masculinos e onde há muita falta de método:” Sara Rodrigues, 40 anos, PS

6. Conclusões

Pretende-se, neste último ponto, traçar algumas conclusões procurando integrar alguns dos resultados obtidos que pretendiam dar resposta às interrogações que se formularam no início. Com efeito, a pesquisa teve como objectivo compreender a relação que se estabelece entre género e poder político ao nível local. Nesse sentido, entrevistou-se doze Presidentes de Câmara Municipal da Área Metropolitana de Lisboa, oito homens e quatro mulheres. Sendo que se decidiu por uma metodologia intensiva, através de entrevistas em profundidade a uma realidade social restrita, não se pode extrapolar os resultados desta amostra para o universo de autarcas do país. Há que atender ao seu contexto geográfico, marcadamente urbano e mais a sul do país, o que tendencialmente representa posições, opiniões e comportamentos mais modernos e igualitários (Viegas e Faria, 2001; Espada, 2002; Organização das Mulheres Comunistas, 2003).

Saber se as mulheres que efectivamente conseguem ser eleitas são defensoras e militantes dos princípios ideológicos e dos partidos de esquerda, mais progressistas e igualitários no que ao género diz respeito, constituía, recorde-se, uma interrogação para a qual a pesquisa procurou resposta. E, na verdade, a pesquisa veio confirmar os indícios iniciais, as seis autarcas da Área Metropolitana de Lisboa são filiadas em partidos de esquerda, PS e PCP em igual medida (Inglehart e Norris, 2003).

Todos os entrevistados, homens e mulheres, conciliaram, desde muito cedo, a sua trajectória pessoal, familiar e profissional com uma participação política ou associativa, tendo demonstrado precocemente um interesse pela política. No entanto, é notório nas mulheres uma tendência para uma maior escolarização e um currículo político mais abrangente, não tão restrito ao poder local. Esta tendência pode reflectir a efectiva necessidade, por parte das mulheres, de adquirir maior visibilidade social e corresponder à maior exigência que recai sobre elas (Genovese, 1993; Organização das Mulheres Comunistas, 2003; Baum e Espírito-Santo, 2004; Martins e Teixeira, 2005), indo ao encontro da questão inicialmente colocada sobre se não teriam as mulheres eleitas um nível socio-económico superior à maioria dos homens eleitos.

Porém, esta não é a única diferença visível entre homens e mulheres no poder político, ao nível local. Para os homens, a vida gira em torno da política, enquanto que, para a maioria das mulheres entrevistadas, apesar da importância conferida à política, esta não é o único

plano da vida, para a qual concorrem simultaneamente a família e os amigos. O que reenvia para a principal dificuldade sentida pelas mulheres, em diferentes fases do ciclo de vida conjugal e parental, na sua trajectória política: a relação entre a participação activa na vida política e a vida familiar. A dificuldade em gerir o desempenho de um cargo desgastante e exigente ao nível intelectual, emocional e físico, e as responsabilidades familiares, consideradas social e culturalmente enquanto prioridade feminina. Sendo que, para além dessa relação de difícil construção, ainda é destacada a organização tipicamente masculina da vida político-partidária, com ritmos e horários não compatíveis com uma vida familiar (Joan Acker, in Kimmel, 2000; Martins e Teixeira, 2005). Em contraposição, os homens revelam uma maior dispersão nas dificuldades destacadas na construção da trajectória política, mais derivadas das histórias de vida individuais do que do próprio género. O que pode explicar uma menor hesitação por parte dos homens em reflectir e decidir uma recandidatura.

Validando o referido pelas mulheres relativamente à organização da vida política e partidária, todos os entrevistados consideram que o seu partido tem uma preocupação política para com a igualdade de género e a relação trabalho/família, mas consideram também que essa preocupação é mais teórica do que prática. O que reenvia para as explicações das mulheres entrevistadas para a reduzida participação política feminina, maioritariamente exógenas e institucionais (Espada, 2002), tal como havia sido avançado nas interrogações iniciais de pesquisa. Com efeito, destacam-se: a estrutura partidária e seus modos de funcionamento (Barbosa, 1998; Martins e Teixeira, 2005); que, muitas vezes, origina conflitos entre o espaço público e privado (Silva, 2002, Martins e Teixeira, 2005); e a falta de reconhecimento social (Espada, 2002), que provoca uma falta de motivação para o exercício de uma vida política, dada a simultânea pressão social e cultural para a dedicação à família (Espada, 2002; Silva, 2002; Barbosa, 1998; Martins e Teixeira, 2005).

Por seu lado, os homens também vão ao encontro do cenário avançado no início da investigação, em que se colocava a hipótese de eles apontarem para razões endógenas, intrínsecas à mulher, de falta de interesse no que diz respeito ao poder político, fruto de barreiras culturais. Efectivamente, avançam razões maioritariamente endógenas e intrínsecas às mulheres (Espada, 2002), apesar de também reconhecerem razões culturais e sociais. Nesse sentido, explicam a reduzida presença de mulheres na política pela falta de interesse, de motivação e de recursos (Martins e Teixeira, 2005); mas também pela falta de disponibilidade, dados os papéis social e culturalmente associados à mulher (Espada, 2002; Silva, 2002; Barbosa, 1998; Martins e Teixeira, 2005).

Estas diferenças de género reflectem-se nas posturas em relação a mecanismos de correcção de assimetrias na política, nomeadamente o sistema de quotas. Com excepção de um homem entrevistado que se mostra a favor do estabelecimento dessas medidas, sob risco dos homens não cederem o poder (Silva, 2002; Bourdieu, in Barbosa, 1998), todos os outros se revelam contra, alegando ser atentória da dignidade das mulheres e incapaz de operar transformações na realidade social. Já as mulheres, e em resposta a uma interrogação inicial que ia no sentido de estas serem mais defensoras de medidas de discriminação positiva, como forma de minorar as barreiras estruturais e institucionais com que explicam o seu reduzido peso na vida política, metade afirmou ser a favor, como meio de modificar representações sociais e culturais de género.

Contudo, apesar destas divergências, alguns pontos revelaram-se muito similares entre homens e mulheres, sem interferência de género. Deste modo, os programas políticos defendidos, por todos os entrevistados, são marcadamente sociais, ao contrário do avançado inicialmente como hipótese de pesquisa segundo o referido por Espada (2002), que considera que os homens tendem a desenvolver um maior interesse pelas áreas da política 'dura' como sejam a justiça, economia/finanças e trabalho, enquanto que as mulheres incidem mais nas áreas da política de intervenção social e comunitária, como sejam a saúde, educação, cultura, e ambiente.

Em resposta a uma das principais interrogações de pesquisa, que consistia em saber se existem diferenças de género no exercício de poder, se as mulheres no mesmo lugar hierárquico, com as mesmas funções e desafios, desempenham o seu papel de forma diferente dos homens, há que ressaltar que a representação de poder apresenta grandes similitudes entre homens e mulheres, sendo para todos a capacidade de decidir e intervir na sociedade, no sentido de a melhorar. Para o que é essencial, segundo todos os entrevistados, saber ouvir os intervenientes nas decisões políticas, reunir seus contributos, e saber envolver, motivar e mobilizar as equipas no processo de decisão política.

Contudo, denotam-se também ligeiras diferenças de género no ênfase colocado em determinadas cambiantes, o que pode responder à questão da existência ou não de uma maior facilidade dos homens em liderar e na aceitação de poder e autoridade por parte dos elementos da sua equipa. Assim, os homens têm uma visão mais estratégica do poder, não se importando com o seu uso directo e marcadamente individual, um pouco como defendido por Genovese (1993) que referia uma liderança mais dura e assente na hierarquia para os homens. Já as mulheres evidenciam uma maior preocupação no envolvimento das pessoas nas decisões, em mobilizar, motivar e incentivar os intervenientes, tal como colocado em hipótese inicialmente.

Mas não foi visível qualquer dificuldade nas mulheres na aceitação da sua liderança por parte das equipas, apenas sendo notório diferentes posturas na liderança: as mulheres com forte cariz relacional, os homens marcadamente assertivos. Seguindo esta linha de raciocínio, refuta-se a hipótese colocada inicialmente, segundo a qual se a mulher num cargo de liderança seguisse uma conduta tradicionalmente feminina teria maiores dificuldades em fazer-se ouvir e ser respeitada.

Até porque é importante realçar que, para essa liderança, as mulheres não têm qualquer pudor em demonstrar características tradicionalmente consideradas masculinas, como autoridade, perseverança e empreendedorismo. Sem que, todavia, isso signifique uma masculinização da mulher que se encontra no poder, colocada como hipótese inicial, uma vez que também introduz na sua liderança sensibilidade, emotividade e capacidade de comunicação, características tradicionalmente associadas às mulheres. Logo, não colocam em risco a demonstração de uma construção de género bem-sucedida (Lorber e Farrell, 1991; Kimmel, 2000; Giddens, 2001), o que responde negativamente a uma das questões de pesquisa. Ao invés disso, tentam adoptar a postura que consideram ser a ideal para um líder.

Tanto as mulheres como os homens entrevistados descrevem um ideal de líder muito semelhante, sendo que, todavia, destacam nuances ligeiramente diferentes. Desta forma, os homens realçam o saber ouvir, a mobilização da equipa e a capacidade de decisão, e as mulheres enaltecem o saber ouvir, a determinação e a capacidade de trabalho. Porém, o que difere realmente é o sentimento de proximidade a esse ideal. Ou seja, os homens, com maior facilidade, declaram sentir-se próximos, o que contrasta com a dificuldade das mulheres em fazê-lo, preferindo referir que se esforçam todos os dias nesse sentido.

Depois de realçadas as influências do género na trajectória e no exercício do poder político, importa agora compreender a influência da trajectória política na identidade de género dos entrevistados, ou seja, a interferência de uma participação política activa na forma de sentir, perceber e comportar o género. No que diz respeito ao modo de sentir e perceber o género, todos os entrevistados defendem a existência de diferenças nas formas de ser homem ou mulher, mas a inexistência dessas diferenças nas capacidades de cada um exercer qualquer função na sociedade. No entanto, foi visível uma maior dificuldade, por parte dos homens, em definir o que é ser homem, o que pode ser explicado pela invisibilidade e universalidade do masculino (Kimmel, 2000), do que em definir o que é ser mulher, aparentemente uma representação mais restrita e simplificada. Por seu lado, as mulheres quando definem no que consiste ser mulher, denota-se uma valorização e uma representação positiva do feminino, com uma sensibilidade mais profunda e uma maior perspicácia.

Sendo estas as representações de género dos entrevistados, todos foram consensuais na afirmação da efectiva influência da trajectória política nessa construção. Influência tanto maior quanto mais tradicional tiver sido a sua construção identitária de género inicial, pelo que foi reduzida no caso das mulheres, reflexo de uma envolvência social mais igualitária que lhes permitiu a construção de um projecto de vida e uma trajectória política pouco comum na maioria das mulheres (Genovese, 1993).

As entrevistadas revelaram considerar que as mulheres tiveram conquistas importantes e muito positivas na sociedade actual relativamente ao seu papel social, profissional, mas também cívico. Já a maioria dos homens destacou o ainda papel minorizante da mulher na sociedade portuguesa, com grandes dificuldades na modificação social e cultural das representações de género, originando angústias de afirmação tanto nas mulheres como nos homens (Giddens, 1993).

No que concerne ao comportamento de género, todas as mulheres consideraram os estereótipos femininos limitadores da sua identidade, expressando-se completamente contra o rótulo de fragilidade. Enquanto que os homens, na sua larga maioria, expressaram um esforço em afastar-se do que tradicionalmente se associa ao masculino, sendo que ressalvam no entanto que a educação familiar foi nesse sentido. O que dá origem, por parte das mulheres, e como já havia sido referido acima, a uma facilidade e ausência de hesitação em adoptar qualquer comportamento associado ao homem; e, por parte dos homens, a uma tentativa de evitar comportamentos ou características tradicionalmente femininas no exercício do seu cargo, como sejam uma maior sensibilidade, emotividade ou docilidade. Este duplo padrão dever-se-á provavelmente à assimetria simbólica de género (Almeida, 1986; Amâncio, 1986, 1994; Connell, 1993, 1995; Kimmel, 2000).

Por fim, é importante analisar as condicionantes impostas pelo poder político na vida familiar e suas diferenças de género. Assim, e ao contrário do que tinha sido avançado inicialmente como possível cenário (uma maioria de homens casados e mulheres solteiras ou divorciadas), tanto as mulheres como os homens, são, na sua larga maioria, casados ou vivem actualmente em união de facto. Sendo, no entanto, de grande dificuldade a construção ou a manutenção bem sucedida de uma relação conjugal ou parental, dada a exigência e o desgaste do exercício de um cargo como o de Presidente de Câmara Municipal. Contudo não é notório que o poder político da mulher leve ao conflito matrimonial como defendido por Beck e Beck-Gernsheim e questionado na fase inicial da pesquisa. Leva sim à existência de uma maior negociação e quase inevitavelmente ao sacrifício pessoal, profissional e, por vezes,

político dos cônjuges. Sendo que, no entanto, é mais frequente o sacrifício feminino (Kellerhals, 1982, 1984; Singly, 1987, 1993, 1996, 2000).

Porém, o exercício de um cargo político tem repercussões a outros níveis que não apenas o plano pessoal, profissional ou político dos indivíduos envolvidos na relação conjugal, como é o caso da própria estrutura familiar. Nota-se nas mulheres autarcas a tentativa de um equilíbrio entre corresponder às expectativas sociais de ser companheira e ser mãe e minorar as limitações que provêm das responsabilidades familiares que acabam por se reflectir nas suas trajectórias profissionais e políticas (Singly, 1987, 1993, 1996, 2000; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Torres, 2000a, 2001, 2002b, 2004), visto ainda hoje a família ser considerada um reduto mais feminino. O que é visível no adiamento da maternidade ou na limitação do número de filhos. O que não é perceptível nos homens, dado que as responsabilidades familiares ficaram, em grande parte, a cargo das cônjuges.

Todavia, este difícil equilíbrio feminino e as dificuldades sentidas na relação entre a vida familiar e o poder político não invalida, ao contrário do esperado e colocado como hipótese inicial (segundo a qual se questionava se as mulheres casadas e com filhos não chegariam ao poder apenas numa fase mais tardia da relação conjugal e parental), que mulheres com filhos pequenos e dependentes consigam aceder a cargos desta natureza. Conseguem-no com hesitações, receios, inseguranças, mas também com o apoio e incentivo dos cônjuges, o recurso a empregadas domésticas e também à família de origem, essencialmente as mães. Apoios que são muito semelhantes no caso dos homens, em que estes delegam grande parte dos cuidados com os filhos e as tarefas domésticas às cônjuges e empregadas domésticas, sendo aqui menos visível o recurso às famílias de origem.

Contudo, apesar das dificuldades na relação entre vida familiar e poder político, das diferenças visíveis entre homens e mulheres nas trajectórias políticas e no exercício do poder e das influências do poder político na construção identitária de género, é consensual a importância do exercício deste serviço público de entrega ao cidadão.

“Nós não podemos abusar do poder, nem prescindir dele.” Paula Veríssimo, 56 anos, PS

Apesar de algumas hipóteses de pesquisa não se terem verificado, o resultado inicialmente não previsto que mais surpreendeu foi o caso de Guilherme Ventura, 56 anos, PS, que depois de dois divórcios assume a custódia e as responsabilidades parentais dos seus três filhos, sendo prejudicado na sua trajectória política pelas limitações que dessa forma lhe foram impostas. O que, apesar de ser apenas um caso em doze entrevistados, pode dar um indício de que realmente mais importante do que o sexo, as componentes e características físicas e biológicas de cada indivíduo na construção da sua trajectória pessoal, profissional e

política, é o género e suas significações sociais e culturais, os papéis que cada indivíduo deve desempenhar e as expectativas que se associa aos homens e às mulheres que influenciam de forma determinante na construção do seu percurso. Mais importante do que ser homem ou mulher são os papéis e lugares simbólicos e reais que se ocupam que importam.

Por fim, ao longo desta pesquisa foram também surgindo resultados que deram origem ao interesse em desenvolvê-los e aprofundá-los em investigações futuras. Nomeadamente a entrevista aos cônjuges no sentido de compreender o efectivo sentimento de sacrifício pessoal, profissional e cívico em prol da trajectória política dos autarcas aqui estudados; e a entrevista aos vereadores de cada executivo municipal para, desse modo, tentar perceber se as representações dos Presidentes de Câmara Municipal sobre a sua forma de liderança e de exercer o poder estão em consonância com as representações dos elementos das suas equipas, ao que se podia aliar ainda uma observação participante em Assembleias Municipais com o intuito de observar o autarca e a sua equipa no exercício das suas funções e assim confrontar com o explanado em entrevista.

7. Bibliografia

Aboim, Sofia (2005a), 'A formação do casal: formas de entrada e percursos conjugais' in WALL, Karin (org.), *Famílias em Portugal – Percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 85-116

Aboim, Sofia (2005b), 'As orientações normativas da conjugalidade' in WALL, Karin (org.), *Famílias em Portugal – Percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 169-229

Aboim, Sofia (2005c), 'Dinâmicas de interação e tipos de conjugalidade' in WALL, Karin (org.), *Famílias em Portugal – Percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 231-302

Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

Aliança Para a Democracia Paritária (2003), *Afinal, o que é a democracia paritária?*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros

Almeida, Ana Nunes de (1986), "Entre o dizer e o fazer; a construção da identidade feminina", *Análise Social*, vol. XXII, nº 92 – 93, pp. 493-520

Almeida, Ana Nunes de et al (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade" in VIEGAS, José Manuel e António Firmino da Costa (orgs), *Portugal: Que modernidade?*, Celta, Oeiras

Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1994), "A recomposição socio-profissional e novos protagonismos", in REIS, A., *Portugal – 20 anos de democracia*, s. l., Círculo de Leitores, pp. 307-330

Almeida, Miguel Vale de (1995), *Senhores de si – Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Fim de Século Edições

Amâncio, Lúcia (1986), *Estereótipos e identidade psicossocial das mulheres trabalhadoras*, Colóquio "A mulher na sociedade portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais", Faculdade de letras de Coimbra

Amâncio, Lúcia (1994), *Masculino e feminino – A construção da diferença*, Porto, Edições Afrontamento

Anderson, Michael (ed.) (1980), *Sociologia de la familia*, México, Fondo de Cultura Económica

André, Isabel e Paulo Feio (2000) "Development and equality between women and men in the portuguese labour market" in *Gender inequalities in southern Europe: Women, Work and Welfare in the 1990's*, Frank Cass, London

- Barbosa, Madalena (1998), *Invisibilidade e tectos de vidro – Representações do género na Campanha Eleitoral Legislativa de 1995 no Jornal 'Público'*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros
- Barreira, Cecília (1994), “Os estilos de vida e o convívio quotidiano”, in António Reis (coord.), *Portugal – 20 anos de democracia*, s. l., Círculo de Leitores, pp. 492-495
- Barrère-Maurisson, Marie Agnès (1992), *La division familiale du travail – la vie en double*, Paris, Presses universitaires de France
- Bass, Bernard M. (ed.) (1990), *Bass & Stogdill's handbook of leadership: Theory, research and managerial applications*, Nova Iorque, Free Press, pp. 723-725
- Baum, Michael e Ana Espírito-Santo (2004), “Desigualdades de Género em Portugal: a participação política das mulheres” in André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, *Portugal a votos – As eleições legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a new society*, London, Sage publications
- Beck, Ulrich e Elisabeth Beck-Gernsheim (1995), *The normal chaos of love*, Cambridge, Polity Press
- Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash (2000), *Modernização reflexiva*, Oeiras, Celta
- Blanchet, Alain et al (1987), *Les techniques d'enquête en sciences sociales*, Paris, Dunot
- Bourdieu, Pierre et al (1993), *La misère du monde*, Paris, Éditions du Seuil
- Casaca, Sara Falcão (2005) "Flexibilidade, emprego e relações de género. A situação de Portugal no contexto da União Europeia" in Kovács, Ilona (org) *Flexibilidade de Emprego*, Oeiras, Celta Editora, pp. 55 – 89
- Connell, Robert W. (1993), *Gender and power*, Oxford, Polity Press
- Connell, Robert W. (1995), *Masculinities*, Cambridge, Polity Press
- Cook, Alice (1992), “Can Work requirements accomodate to the needs of dual-earner families?” in Lewis, Izraeli and Hootsmans *Dual-earner Families. International Perspectives*, London, Newbury Park and New Delhi, Sage Publications, pp. 204-220
- Crompton, Rosemary (2006) *Employment and the Family. The Reconfiguration of Work and Family Life in Contemporary Societies*, Cambridge, Cambridge University Press
- Crompton, Rosemary e C. Lyonette (2007) “Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português” ICS, Lisboa
- Crozier, Michel e Erhard Friedberg (1977), *L'acteur et le Système – Les contraintes de l'action collective*, Paris, Le Seuil

- Delgado, Juan Miguel e Juan Gutiérrez (coords) (1995), *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*, Madrid, Síntesis
- Diniz, Maria Clementina (1994), “O amor e a sexualidade”, in Antonio Reis, *Portugal – 20 anos de democracia*, s. l., Círculo de Leitores, pp. 496-502
- Drew, Eileen et al. (1998), *Women, Work and family in Europe*, Londres, Routledge
- Duby, Georges e Michelle Perrot (1991), *História das Mulheres no Ocidente*, Edições Afrontamento
- Espada, Isabel (dir.) (2002), *Género e comportamento eleitoral – O eleitorado português e a actividade política das mulheres*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 2002
- Ferreira, J. M. Carvalho et al (1995), *Sociologia*, Lisboa, McGrawHill
- Ferreira, J. M. Carvalho (2001), “Abordagem política das organizações” in J. M. Carvalho Ferreira, *Manual de psicossociologia das organizações*, Lisboa, McGrawHill, pp. 103-127
- Genovese, Michael, “Women as national leaders – What do we know?” in Genovese, Michael (ed.), *Women as national leaders*, London, Sage Publications, pp. 211-218
- Genovese, Michael e Seth Thompson (1993), “Women as chief executives – Does gender matter?” in Genovese, Michael (ed.), *Women as national leaders*, London, Sage Publications, pp. 1-12
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon (1996), *O inquérito – teoria e prática*, Oeiras, Celta
- Giddens, Anthony (1993), *The transformation of intimacy. Sexuality, love & eroticism in modern societies*, Cambridge, Polity Press
- Giddens, Anthony (1997), *Sociology*, Oxford, Polity press
- Giddens, Anthony (2001), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta editora
- Goode, William (1964), *A família*, São Paulo, Livraria Pioneira editora
- Guerreiro, Maria das Dores (org) (1998), *Trabalho, família e gerações*, Lisboa, CIES
- Guerreiro, Maria das Dores e Vanda Lourenço (1999), *Boas práticas de conciliação entre vida profissional e vida familiar – Manual para as empresas*, Lisboa, CITE
- Inglehart, Ronald e Pipa Norris (2003), *The rising tide*, Cambridge, Cambridge University Press
- Kellerhals, Jean (1984), *Microsociologie de la famille*, Paris, PUF
- Kellerhals, Jean et al. (1982), *Mariages au quotidien*, Lausanne, Éditions Favre

- Kimmel, Michael (2000), *The gendered society*, New York, Oxford University Press
- Kóvacs, Ilona (2002) *As Metamorfoses do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*, Celta editora, Oeiras
- Leandro, Engrácia (2001), *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta
- Lorber, Judith e Susan Farrell, (ed.) (1991), *The social construction of gender*, London, Sage Publications
- Martins, Manuel Meirinho e Conceição Pequito Teixeira (2005), *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros
- Michel, André (org.) (1970), *Sociologie de la famille*, Paris, École Pratique des Hautes Études and Mouton
- Neves, José (2001), “O processo de liderança” in J. M. Carvalho Ferreira, *Manual de psicossociologia das organizações*, Lisboa, McGrawHill, pp. 377-403
- Neves, José e J. M. Carvalho Ferreira (2001), “Poder, conflito e negociação” in J. M. Carvalho Ferreira, *Manual de psicossociologia das organizações*, Lisboa, McGrawHill, pp. 501-529
- Organização das Mulheres Comunistas (2003), *As mulheres e o poder local*, Lisboa, Edições Avante
- Perista, Heloísa e Alexandra Silva (2005), *Impacto em função do género*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros
- Pinto, José Madureira (1991), “Considerações sobre a produção social da identidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, pp. 217-231
- Rodrigues, Julieta (1983), “Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares”, *Análise Social*, n.º 77/78/79, pp. 909-938
- Segalen, Martine (1999), *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar
- Singly, François de (1987), *Fortune et infortune de la femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*, Paris, PUF
- Singly, François de (1993), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan
- Singly, François de (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan

Singly, François de (2000), 'O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar' in Peixoto, Singly e Cicchelli (org.), *Família e individualização*, Rio de Janeiro, FGV Editora

Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (orgs) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento

Silva, Manuela (2002), *A igualdade de género – Caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros

Smelser, Neil, *Handbook of sociology*, Sage Publications, London

Sousa, Antónia de (1994), "A família e a condição feminina", in REIS, António, *Portugal – 20 anos de democracia*, s. 1., Círculo de Leitores, pp. 503-508

Souza, Maria Reynolds (2006), *A concessão do voto às portuguesas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros

Sussman, Marvin e Suzanne Steinmertz (ed.) (1987), *Handbook of marriage and the family*, New York and London, Plenum Press

Tilly, Louise A. e Joan W. Scott (1978), *Women, work and family*, New York, Holt, Rinehart and Winston

Torres, Anália Cardoso e Francisco Vieira da Silva (1998), "Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 28, 1998, pp. 9-65

Torres, Anália Cardoso (2000a), *Trajectórias, dinâmicas e formas de conjugalidade – assimetrias sociais e de género no casamento*, Dissertação de doutoramento em sociologia, ISCTE, Lisboa

Torres, Anália Cardoso (2000b), 'A individualização no feminino, o casamento e o amor' in PEIXOTO, Singly e Cicchelli (org.), *Família e individualização*, Rio de Janeiro, FGV Editora

Torres, Anália Cardoso (2001), *Sociologia do Casamento – A família e a questão feminina*, Lisboa, Celta

Torres, Anália Cardoso (2002a), 'Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos', *Análise Social*, vol. XXXVII (163), 2002, pp. 569-602

Torres, Anália Cardoso (2002b), *O casamento em Portugal*, Oeiras, Celta Editora

Torres, Anália Cardoso (2004) *Vida Conjugal e trabalho: uma perspectiva sociológica*, Oeiras, Celta

Torres, Anália Cardoso, Rita Mendes e Tiago Lapa (2006) "Família na Europa" in Jorge Vala e Anália Torres (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 6. Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, ICS, Lisboa

Viegas, José Manuel Leite e Sérgio Faria (1999), “Participação política feminina: percursos, constrangimentos e incentivos”, *Sociologia – Problemas e práticas*, Nº30, pp. 55 – 87

Viegas, José Manuel Leite e Sérgio Faria (2001), *Mulheres e a política*, Oeiras, Celta Editora

Viegas, José Manuel Leite, Sérgio Faria e Susana Nogueira (2002), *Género e gestão local da mudança em sete países da União Europeia* (relatório final), Lisboa, CIES/ISCTE

Wall, Karin (1995), ‘Apontamentos sobre a família na política social portuguesa’, *Análise Social*, Vol. XXX (131/132), pp.431-458

Wall, Karin (1996), ‘Portugal: Issues concerning the family in 1995’, developments in national family policies in 1995, European Observatory on National Family Policies

Weber, Max (s.d.), *O político e o cientista*, Lisboa, Editorial Presença

8. Anexos

I. Quadro conceptual

Conceitos	Dimensões	Indicadores
<i>Género</i>	Representações	Perguntas 56 – 58, 65 – 66
	Posicionamento face aos estereótipos	Perguntas 62 – 64
	Género na trajectória profissional/política	Perguntas 59 – 61
	Limitações e expectativas	Perguntas 67 – 68
<i>Poder</i>	Representações	Perguntas 69, 71
	Conflito e negociação	Perguntas 74 – 75
	Liderança	Perguntas 73, 76 – 79
	Género no poder	Perguntas 70, 72
<i>Relação Trabalho/Família</i>	Caracterização familiar	Perguntas 39, 52 - 54
	Influência do trabalho na família e da família no trabalho	Perguntas 40 – 46, 55
	Divisão de tarefas domésticas	Perguntas 47 – 48
	Gestão de poderes	Perguntas 50 – 51
	Estruturas de apoio	Pergunta 49
<i>Política</i>	Trajectória política	Perguntas 7 – 15
	Enquadramento político	Perguntas 21-23, 26
	Representações e práticas	Perguntas 19 – 20, 27, 36-37
	Relações sociais e avaliação	Perguntas 28 – 32, 34 – 35
	Género na política	Perguntas 16-18, 24 – 25, 33, 38

II. Guião de entrevista

Bom dia/Boa tarde! Antes de mais obrigada pela sua colaboração. Esta investigação é no âmbito do meu mestrado em Família e Sociedade, sendo que o que pretendo estudar é a “Conciliação entre Família e Participação Política Democrática no Poder Local” – Auscultação aos Presidentes de Câmaras Municipais. Todas as informações concedidas nesta entrevista serão anónimas e confidenciais, não sendo revelados nomes ou qualquer dado que possibilite a identificação. Mais uma vez obrigada. Passemos agora à entrevista em si...

⇒ *Caracterização social*

- 1 - Sexo
- 2 - Qual é a sua idade?
- 3 - Qual é a sua profissão?
- 4 - Qual o seu grau de instrução?
- 5 – Qual é o seu estado civil?
- 6 - (Em caso de casado/junto) Qual é a escolaridade, a situação perante o trabalho e profissão do(a) seu(ua) companheiro(a)?

⇒ *Política*

- 7- Há quantos anos/mandatos se encontra neste cargo?
- 8 – Como considera ter sido a sua trajectória profissional e política? Foi regular? Teve interrupções?
- 9 – Sempre se interessou por política?
- 10 - A que organizações sociais e políticas já pertenceu e pertence hoje?
- 11 - Que papel ou funções desempenhava ou desempenha nessas organizações?
- 12 – Qual é a sua experiência na ocupação de cargos partidários?
- 13 – Qual é a sua experiência no exercício de cargos políticos (candidaturas e ocupação)?
- 14 – Quais são os seus objectivos políticos imediatos e futuros?
- 15 -Quais foram as principais dificuldades e facilidades que sentiu na sua trajectória profissional?
- 16 - Pensa que esta foi influenciada por ser homem/mulher?

- 17 - Como pensa que a questão da relação trabalho/família e a igualdade entre homem e mulher é tratada no seio do seu partido?
- 18 - Como acha que se aumenta a participação política das mulheres? Que opinião tem em relação à Lei de Quotas?
- 19 - Que características atribui à sua profissão/cargo político?
- 20 - Que funções desempenha no seu dia-a-dia de trabalho?
- 21 - Quais são as suas prioridades neste mandato?
- 22 - Fale-me um pouco das directrizes políticas do seu partido. Quais foram as que o influenciaram na decisão de filiação? O que pensa do programa político?
- 23 - Quando pensa nos seus eleitores, pensa num grupo homogéneo ou pensa em sectores específicos da população? Como vê o seu município?
- 24 - Acha que o eleitorado faz diferença se o seu representante é homem ou mulher?
- 25 - Considera que os homens têm um voto diferente das mulheres?
- 26 - Quando reflecte sobre possibilidades de aumentar o voto no seu partido, em que medidas pensa?
- 27 - Qual considera ser a imagem pública da Câmara Municipal e do Poder Local?
- 28 - Como avalia o funcionamento interno da Câmara Municipal: espaço conflitual ou espaço de diálogo?
- 29 - Como define o seu ambiente de trabalho?
- 30 - Como considera a sua relação com os elementos da sua equipa?
- 31 - Como pensa ser visto(a) por eles?
- 32 - Que avaliação pensa que estes fazem do seu trabalho?
- 33 - Acha que existiriam diferenças na avaliação se o seu trabalho estivesse a ser desempenhado pelo outro sexo?
- 34 - Que avaliação faz do seu trabalho?
- 35 - Haveria algo que se pudesse mudar no seu trabalho, o faria?
- 36 - Como encara a sua actividade profissional e política: um meio de sustento ou um modo de realização pessoal?
- 37 - Que importância lhe confere na sua vida?
- 38 - Considera a sua profissão/actividade política feminina (*no caso das mulheres*)? Masculina (*no caso dos homens*)?

⇒ Relação Trabalho/Família

39 – Como é a constituição do seu agregado familiar: elementos segundo sexo e idade? Como foi evoluindo ao longo dos anos?

40 - Considera que a sua situação conjugal e parental foi influenciada pelas exigências profissionais?

41 – Ajudou ou dificultou a sua trajectória profissional?

42 - Como define a influência que a sua profissão teve na sua trajectória familiar?

43 – Como define a importância que a sua família teve na sua trajectória profissional?

44 – Quem mais o(a) apoiou?

45 – Quem mais lhe colocou entraves?

46 – (No caso do entrevistado ser casado) Como vê a sua relação conjugal ao longo do tempo? E tendo em conta a relação entre vida conjugal e parental com a vida profissional? E que efeitos considera ter tido?

47 – Existe uma partilha das actividades domésticas?

Se sim, como se verifica? Que tarefas costuma desempenhar? E o seu cônjuge? (Limpeza, reparações e manutenção, cozinhar, lavar a roupa, compras diárias, passar a ferro, lavar a loiça)

48 – (No caso do entrevistado ter filhos) Relativamente aos filhos, e quando estes eram pequenos, ambos participaram no cuidado com eles, ou seja, fraldas, banhos, brincadeiras, alimentação? Quem fazia o quê?

49 – Nesse período, e durante a sua trajectória profissional, como foi construindo a relação trabalho/família, de que modo conseguia equilibrar as necessidades familiares com as profissionais? Onde e com quem seus filhos passavam o dia? Quando ficavam doentes ou iam ao médico era com quem?

50 – Quando existem conflitos qual costuma ser a sua atitude? E a do seu cônjuge?

51 - Existe uma divisão no que toca a decisões de cariz económico e educacional, por exemplo? Como costuma fazer essa gestão?

52 - Agora em relação à sua família de origem, qual a idade de seus pais?

53 -Qual a escolaridade de seus pais?

54 - Qual era a profissão de seus pais?

55 - Considera que o ambiente familiar geral em que decorreu a sua infância e adolescência foi propício ao desenvolvimento de hábitos de discussão, informação e interesse por temas políticos e partidários?

⇒ **Género**

- 56 - Considera que os homens e as mulheres são diferentes uns dos outros? Porquê?
- 57 - Para si, o que significa ser homem? E mulher?
- 58 - Que características (positivas e negativas) atribui ao homem? E à mulher?
- 59 - Pensa que essa visão de masculino e feminino sofreu alterações com a sua trajectória profissional/política e com a sua actual posição hierárquica?
- 60 - No seu trabalho/actividade política, sente alguma limitação derivada do seu sexo?
- 61 - Tende a evitar, na sua vida profissional e política, qualquer demonstração de maior fragilidade, sensibilidade, compreensão (*para os homens*)? Tende a evitar, na sua vida profissional e política, qualquer demonstração de maior autoridade, rigidez e ambição (*para as mulheres*)?
- 62 - Identifica-se com a imagem de homem competente, empreendedor, provedor da família e paternalista? (*para os homens*)
- 63 - Identifica-se com a imagem de mulher afectuosa, sentimental e maternal? (*para as mulheres*)
- 64 - Concorda com a frase: “Os homens são de Marte e as mulheres de Vénus”?
- 65 - Como considera que o homem se encontra na sociedade actualmente? E a mulher?
- 66 - Que conquistas pensa que o homem alcançou nas últimas décadas? E a mulher?
- 67 - Teve alguma experiência na sua vida em que viu um dos seus objectivos ameaçados por ser homem/mulher? E o contrário, alguma vez sentiu uma meta sua ser facilitada por ser homem/mulher?
- 68 - Acha que os outros/sociedade esperam algo de si especificamente por ser homem/mulher? O que esperam? E de que forma isso se expressa?

⇒ **Poder**

- 69 - O que, para si, constitui o poder?
- 70 - Considera existir diferenças no poder detido pela mulher e no poder detido pelo homem?
- 71 - O que, para si, influencia o exercício do poder?
- 72 - Na sua opinião, o poder é limitado ou facilitado em função do sexo do seu detentor?
- 73 - Como avalia o trabalho da sua equipa, e mesmo o seu?
- 74 - Quando se vê perante uma situação de conflito de ideias, intenções, objectivos, como reage e lida com isso?

75 - Como considera que se chega a um melhor plano de acção?

76 - Considera que as suas ideias são seguidas devido à sua posição hierárquica? Ou também entra em jogo as suas características pessoais?

77 - Que características pensa então que sejam ideais para um líder de uma equipa? Considera-se próxima ou distante desse ideal?

78 - Se pudesse, o que mudaria no seu cargo ou na forma como ele é visto pelos seus colaboradores?

79 - Mudaria algo na forma como leva a cabo a sua posição hierárquica e a sua orientação dos seus colaboradores?

III. CV em tabela

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome	[MACIEL, DIANA]
Morada	[Nº 2, 3º ESQ., R. D. Luís de Ataíde, 2830-187, Barreiro, Portugal]
Telefone	963702495
Fax	
Correio electrónico	maciel.diana@gmail.com
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	[19, 01, 1981]

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

• Datas (de – até)	2007-2008
• Nome e endereço do empregador	CIES/ISCTE Ed. ISCTE, Av. Forças Armadas 1649-026 Lisboa
• Tipo de empresa ou sector	Centro de Investigação Científica
• Função ou cargo ocupado	Investigadora no projecto 'Drogas e Prisões II' do CIES/ISCTE, com coordenação de Anália Cardoso Torres
• Principais actividades e responsabilidades	Construção de inquérito a reclusos e directores, acompanhamento da aplicação realizada por entidade externa, tratamento de dados quantitativos, realização de relatórios, apresentações públicas de resultados
• Datas (de – até)	2006-2008
• Nome e endereço do empregador	CIES/ISCTE Ed. ISCTE, Av. Forças Armadas 1649-026 Lisboa
• Tipo de empresa ou sector	Centro de Investigação Científica
• Função ou cargo ocupado	Investigadora no projecto com o título de 'Trabalho, família, igualdade de género e políticas sociais' do CIES/ISCTE, com coordenação de Anália Cardoso Torres
• Principais actividades e responsabilidades	Análise de entrevistas realizadas em Lisboa, Porto e Leiria, realização de relatórios, apresentações públicas de resultados
• Datas (de – até)	2006
• Nome e endereço do empregador	CIES/ISCTE Ed. ISCTE, Av. Forças Armadas 1649-026 Lisboa
• Tipo de empresa ou sector	Centro de Investigação Científica
• Função ou cargo ocupado	Colaboração em investigação do CIES/ISCTE, com coordenação de Anália Cardoso Torres, com o título 'Toxicodependentes: trajectórias, perfis sócio-psicológicos, padrões familiares e processos mentais'
• Principais actividades e responsabilidades	Análise de entrevistas realizadas em Lisboa, apresentações públicas de resultados
• Datas (de – até)	2005-2006
• Nome e endereço do empregador	CREDIFLASH, Grupo Espírito Santo, Miraflores
• Tipo de empresa ou sector	Entidade bancária
• Função ou cargo ocupado	Administrativa

<ul style="list-style-type: none"> • Datas (de – até) • Nome e endereço do empregador • Tipo de empresa ou sector • Função ou cargo ocupado • Principais actividades e responsabilidades 	<p>2004-2005 CIES/ISCTE Ed. ISCTE, Av. Forças Armadas 1649-026 Lisboa Centro de Investigação Científica Colaboração em investigação do CIES/ISCTE, com coordenação de Anália Cardoso Torres, com o título 'Toxicodependentes: trajectórias, perfis sócio-psicológicos, padrões familiares e processos mentais' Análise de entrevistas realizadas em Lisboa, apresentações públicas de resultados</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Datas (de – até) • Nome e endereço do empregador • Tipo de empresa ou sector • Função ou cargo ocupado • Principais actividades e responsabilidades 	<p>2003 Biblioteca infanto-juvenil Sophia de Mello Breyner Andresen – Bairro do Armador, Chelas Biblioteca da Câmara Municipal de Lisboa Estágio curricular na com a duração de 3 meses com vista à análise do impacto das iniciativas culturais por parte dos frequentadores Acompanhamento das actividades culturais realizadas no interior da Biblioteca e analisar o seu impacto nos frequentadores da mesma</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Datas (de – até) • Nome e endereço do empregador • Tipo de empresa ou sector • Função ou cargo ocupado • Principais actividades e responsabilidades 	<p>2002 Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Rua do Comércio, Lisboa IPSS Técnica de Inserção de Dados Inserção de inquéritos realizados no âmbito de um projecto da APAV</p>

FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL

<ul style="list-style-type: none"> • Datas (de – até) • Nome e tipo da organização de ensino ou formação • Principais disciplinas/competências profissionais • Designação da qualificação atribuída • Classificação obtida (se aplicável) 	<p>1999-2004 ISCTE Licenciatura em Sociologia Licenciatura 15.46</p>
--	--

PUBLICAÇÕES

<p>Data</p> <p>Tipo de publicação</p> <p>Designação da publicação</p>	<p>2008</p> <p>ARTIGO EM LIVRO</p> <p>'TOXICDEPENDENTES: TRAJECTÓRIAS, PERFIS SOCIO-PSICOLÓGICOS, PADRÕES FAMILIARES E NÓS PROBLEMÁTICOS', ANÁLIA CARDOSO TORRES (1ª AUTORA), ANA MARQUES LITO, ISABEL SOUSA E DIANA MACIEL, IN <i>CONSUMOS DE DROGAS: DOR, PRAZER E DEPENDÊNCIAS</i> (ORGS. ANÁLIA CARDOSO TORRES E ANA MARQUES LITO).</p>
<p>Data</p> <p>Tipo de publicação</p> <p>Designação da publicação</p>	<p>2008</p> <p>CIES WORKING-PAPER</p> <p>'VIVER EM AMOR OU SENTIR-SE SUFOCADO? DIFERENÇAS DE CLASSE, REGIÃO E GÉNERO', CIES E-WORKING PAPER 41/2008</p>

RELATÓRIOS DE INVESTIGAÇÃO

Data	2008
Designação do relatório	TORRES, ANÁLIA (COORD.), DIANA MACIEL, ISABEL SOUSA, RAQUEL CRUZ, RELATÓRIO INTERMÉDIO DO PROJECTO DROGAS E PRISÕES II (2001-2007), CIES/ISCTE
Data	2007
Designação do relatório	TORRES, ANÁLIA (COORD.), CRISTINA MARQUES, DIANA MACIEL, RELATÓRIO DE PROGRESSO II DO PROJECTO TRABALHO, FAMÍLIA, IGUALDADE DE GÉNERO E POLÍTICAS SOCIAIS: TRANSFORMAÇÕES NUMA PERSPECTIVA COMPARADA, CIES/ISCTE

ORGANIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS

Data	2008
Designação	ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMAR E TRABALHAR NA EUROPA, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS EM SOCIOLOGIA, ISCTE, 14 E 15 DE FEVEREIRO DE 2008

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS

Data	2008
Designação	MODERADORA DA SESSÃO TEMÁTICA "IDENTIDADES DE GÉNERO (II)", NO VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, <i>MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS</i> , FCSH/UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, 26 DE JUNHO DE 2008, LISBOA

COMUNICAÇÕES

Data	2008
Designação	'TRABALHO, FAMÍLIA, GÉNERO E POLÍTICAS SOCIAIS', VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, FCSH, 26 DE JUNHO DE 2008, LISBOA
Data	2008
Designação	'GÉNERO E PODER LOCAL', VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, FCSH, 26 DE JUNHO DE 2008, LISBOA
Data	2008
Designação	'DROGAS E PRISÕES II', SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DE ESTUDOS ENCOMENDADOS PELO IDT NO ÂMBITO DA SEMANA DE COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL CONTRA O ABUSO E TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS, ICS; 24 DE JUNHO DE 2008, LISBOA
Data	2008
Designação	'DRUGS AND PRISONS IN PORTUGAL: COMPARING DATA 2001-2007', II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ISSDP, 3 E 4 DE ABRIL DE 2008, LISBOA
Data	2008
Designação	'DO GANHA-PÃO À VALORIZAÇÃO PESSOAL', SEMINÁRIO AMAR E TRABALHAR NA EUROPA, ISCTE, 14 E 15 FEVEREIRO DE 2008, LISBOA (EM CO-AUTORIA)
Data	2008
Designação	'VIVER EM AMOR OU SENTIR-SE SUFOCADO? DIFERENÇAS DE CLASSE, REGIÃO E GÉNERO', SEMINÁRIO AMAR E TRABALHAR NA EUROPA, ISCTE, 14 E 15 FEVEREIRO DE 2008, LISBOA

Data 2007
Designação II CONFERENCIA INTERNACIONAL COMMUNITY, WORK AND FAMILY, ISCTE, 12 A 14 DE ABRIL DE 2007, LISBOA

Data 2007
Designação 'TOXICDEPENDENTES: TRAJECTÓRIAS, PERFIS SÓCIO-PSICOLÓGICOS, PADRÕES FAMILIARES E PROCESSOS MENTAIS', OLHARES CRUZADOS SOBRE A DROGA EM PORTUGAL, SESIMBRA, 2 E 3 DE MARÇO DE 2007

Data 2006
Designação 'DRUG ADDICTS TRAJECTORIES: A COMPARATIVE ANALYSIS OF PROBLEMATIC KNOTS, GENDER AND SIBLINGS', 17º CONFERÊNCIA ANUAL DA EUROPEAN SOCIETY FOR SOCIAL DRUG RESEARCH, ISCTE, 21 A 23 DE SETEMBRO DE 2006, LISBOA

Data 2005
Designação 'TOXICDEPENDENTES: TRAJECTÓRIAS, PERFIS SÓCIO-PSICOLÓGICOS, PADRÕES FAMILIARES E PROCESSOS MENTAIS', SEMINÁRIO DROGAS: TRAJECTÓRIAS DE DOR E PRAZER, ISCTE, 3 E 4 DE JUNHO DE 2005, LISBOA

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS

PESSOAIS

Adquiridas ao longo da vida ou da carreira, mas não necessariamente abrangidas por certificados e diplomas formais.

PRIMEIRA LÍNGUA

PORTUGUÊS

OUTRAS LÍNGUAS

- Compreensão escrita
- Expressão escrita
- Expressão oral

INGLÊS

EXCELENTE

BOM

ELEMENTAR

FRANCÊS

BOM

ELEMENTAR

ELEMENTAR

- Compreensão escrita
- Expressão escrita
- Expressão oral

ESPAÑHOL

BOM

ELEMENTAR

ELEMENTAR

- Compreensão escrita
- Expressão escrita
- Expressão oral

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS

TÉCNICAS

Com computadores, tipos específicos de equipamento, máquinas, etc.

CONHECIMENTO NA ÓPTICA DO UTILIZADOR DE WORD, EXCEL, SPSS, POWERPOINT E ACCESS

CARTA(S) DE CONDUÇÃO

Sim